

MOSAICOS

Mauricio Cadaval

MOSAICOS

Mauricio Cadaval

Copyright © 2016 Mauricio Cadaval

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa autorização do autor.

Editora

Clarissa Furtado

Capa e projeto gráfico

Bárbara Monteiro

Diagramação

Bárbara Monteiro

Revisão

Clarissa Furtado

Todos os desenhos e pinturas e as fotos coloridas, foram produzidos entre 1953 e 2016 e são de autoria de Mauricio Cadaval.

As fotos em preto-e-branco e sépia, de cenas e parentes antigos, são de autoria desconhecida.

Nunca viste ferver água? Hás de lembrar-te que as bolhas fazem-se e desfazem-se de contínuo, e tudo fica na mesma água. Os indivíduos são essas bolhas transitórias.

Machado de Assis, Quincas Borba.



SUMÁRIO

7 Prefácio

9 Introdução

13 Crônicas e relatos

- 14 A caminho de Sintra
- 16 Dilemas da memória
- 18 Rimbaud
- 20 Uma morte sem atropelos
- 22 Pequenas histórias da Holanda
- 24 Museus de arte e natureza
- 28 Marrakesh
- 34 Acidente de avião
- 38 Três fazendas

53 Histórias de Família (com alguma imaginação)

- 54 Luiz e Diva
- 72 Origens da família Cadaval
- 76 Os Guimarães

83 Memórias

- 84 Desempenho escolar
- 90 Muitas revoluções

101 Resenhas

- 102 Farrapos de tempos idos
- 110 O médico inventor de aviões

117 Histórias de Paulo

- 118 Encontro no Caribe
- 124 Os carros de Luiz

130 Vídeos e fotos

PREFÁCIO

Pedacinhos de cerâmica, de cores e tamanhos variados, espalhados pela mesa. Aos poucos se juntam numa figura geométrica, esboçam uma paisagem, compõem uma imagem. Arte praticada por Mauricio Cadaval em seu atelier, o mosaico lembra o amontoado de momentos marcantes, aventuras e conquistas que colecionamos ao longo da vida.

Neste livro, o convite é para admirar um mosaico. Um caleidoscópio de histórias da vida de Mauricio Cadaval e da sua família, composto por imagens e palavras. Memórias, reflexões, observações do mundo colhidas em inúmeras viagens se juntam a crônicas do cotidiano, desenhos, fotos e vídeos produzidos pelo autor ao longo dos últimos anos.

Este é um livro para ser apreciado sem pressa. Folheie, aprecie a beleza e sensibilidade dos desenhos e fotos, deixe-se levar pelas histórias. Veja como aos poucos alguns temas se repetem, dando a linha harmônica deste mosaico e revelando algumas paixões da vida do autor: artes, estudos, andanças pelo mundo.

Se começar pelos desenhos, perceberá que há técnica e sensibilidade apuradas, que foram se desenvolvendo por alguém que se dedica a esta arte desde criança. Quando era um juvenzinho em Belo Horizonte, no final dos anos 50, Cadaval estudou com o mestre Guignard e frequentava seu ateliê instalado no Palácio das Artes.

O autor exerceu mais de uma profissão – inclusive a de desenhista técnico –, passou por dezenas de empresas, trabalhou com políticos renomados, lutou por ideais, foi preso e processado pela Justiça Militar e, por fim, anistiado durante a redemocratização do país. Desenvolveu teses e estudos relevantes sobre planejamento urbano e transportes, que contribuíram para o desenvolvimento de políticas públicas bem sucedidas pelo Brasil afora.

Aposentado como professor da Universidade de Brasília (UnB), hoje passa meses em cidades estrangeiras, descobrindo novos cenários, culturas e sabores e registrando suas experiências. Um pouco do que ele descobriu está presente nestas páginas. Com seu texto direto e levemente irônico, Cadaval descreve situações inusitadas e surpreendentes em locais como os riads de Marrakesh ou nas redondezas de um hospital psiquiátrico em Sintra (Portugal).

Também reflete sobre pontos em comum de alguns lugares que já visitou, como a beleza dos museus que conciliam arte e natureza. Conta histórias de fazendas em Louisiana

(EUA), Pirenópolis (Goiás) ou Codó (Maranhão), que revelam heranças semelhantes, de escravidão e liberdade, amor e ambição.

Curiosas e emocionantes são as histórias de sua família, resgatadas de pesquisas genealógicas ou das lembranças dos parentes e de seu irmão Paulo Cadaval. Relatos do dia a dia de gente que já se foi e que vivia em um mundo tão diferente, mas ao mesmo tempo tão parecido com o nosso. Movidos por paixões, como a de José Ribas Cadaval pela aviação, que se desenvolvia no início do século XX. Ou a de Luis Felisbino, fazendeiro português que em 1840 se apaixonou perdidamente por Margarida, escrava do Barão de Sabará, e tanto fez que conseguiu comprá-la para poder se casar e viver seu amor.

Uma resenha do livro *Farrapos de Tempos Idos*, de José Palhano de Jesus, tio avô de Mauricio Cadaval, conta dos costumes da década de 1880, em uma fazenda no interior do Maranhão, a maior parte das vezes na perspectiva das crianças que viviam ali. Traz para os leitores, ainda, uma ideia do clima que tomou os proprietários e escravos, quando um mensageiro chegou anunciando que a princesa Isabel acabara de abolir a escravidão.

O leitor vai se deparar com uma visão do dia a dia de uma família nos idos dos anos 30 em Belo Horizonte, construindo a vida nos tempos em que a Pampulha, hoje logo ali, era um lugar de chácaras a que se chegava a muito custo e em que a grande notícia do dia era quando se via pousar um avião no recém-construído aeroporto. Há histórias divertidas, como as que mostram gerações de filhos se revezando no enredo típico da aventura que era roubar o carro do pai para curtir a noite da cidade.

Pequenas lembranças que descrevem o amor de Diva e Luiz, pais de Mauricio. Um amor que levava Diva, mulher forte e batalhadora, a bater de frente com as posturas aristocráticas de sua sogra d. Belinha e a seguir as andanças do marido engenheiro pelo interior de Minas. Situações que ficaram gravadas na memória, como o susto quando o irmão de Diva, Nhonhô, roubou o carro do cunhado para passar um fim de semana em Belo Horizonte, mas foi prontamente perdoado ao trazer, na volta, sua mãe (D^a. Nazinha), de quem Diva tanto sentia falta.

Para os familiares que sonhavam com origens nobres, Cadaval mostra que se não há títulos de duques ou barões em sua família, por outro lado, há histórias lindas, de gente inteligente, criativa e forte, que passa com desenvoltura pelas surpresas, dores e alegria do mosaico que é a nossa vida. Sem perder a leveza e a ternura.

Que este livro possa proporcionar a você, leitor, alguns bons momentos de leitura, despreziosa e agradável, da mesma forma que, acredito, ele foi escrito.

Clarissa Furtado

INTRODUÇÃO

Ao longo de anos venho guardando coisas numa gaveta. Ou melhor, em duas. Numa delas, de que pouco faço uso atualmente, estão as coisas que produzi como profissional de planejamento urbano e transportes, numa tentativa insana de melhorar a vida nas cidades e de ganhar a minha própria vida. Na outra estão textos, desenhos, fotos e vídeos que um ser humano como outro qualquer vai fazendo para si mesmo, gratuitamente, quase sempre sem sentido ou utilidade.

Um dia, abro a gaveta das banalidades e vejo ali um pedaço importante de mim e das pessoas que viveram comigo, dos que estão presentes, dos que já se foram e a sombra dos que estarão no futuro quando a gaveta for fechada definitivamente. E, sem saber por que, sinto um desejo incontrolável de jogar ao vento ao menos uma parte das coisas guardadas.

Este livro veio daí. Mas, que livro é esse que reúne temas e imagens tão diferentes, produzidos em várias épocas, cada um com seu próprio suporte ou *mídia*? Gosto de chamá-lo de livro-baú, onde cabem muitas quinquilharias, coisas de pouco valor ou nenhuma utilidade. Para mim, os textos valem tanto quanto os desenhos. A dificuldade maior veio das fotos e vídeos, tanto por seu grande número quanto pelo suporte digital. Acatando o conselho de jovens, pedi para que imprimissem no livro aqueles selinhos chamados *QR Codes*: com a ajuda de um programa fácil de conseguir, você aponta o celular para eles e aparece a tela do site onde estão os vídeos ou fotos. Isso funciona enquanto houver alguém pagando pela hospedagem das imagens. Depois, adeus fotos e vídeos (afinal, tudo passa).

O livro-baú se destina apenas aos meus parentes e amigos e espero que não ocupe muito espaço. Se ocupar, guarde-o num cantinho sem serventia. Quem sabe um futuro escarafunchador, como eu, não se interessa por ele?

Três pessoas me ajudaram na preparação deste livro e a elas quero agradecer.

Para começar, Paulo Cadaval, meu irmão, que é um ótimo contador de histórias escritas e faladas, mas não se preocupa em compartilhar sua produção. Para preservar suas deliciosas histórias coloquei algumas em meu site e agora publico duas neste livro. É uma maneira de estimular Paulo a continuar produzindo e alegrando o pessoal da família e todos que apreciam um bom “causo”, cheio de mineiridade.

Outra colaboração importante veio da jornalista e amiga Clarissa Furtado. Além de fazer a revisão dos textos e dar muitas ideias, ela escreveu o prefácio e duas resenhas de livros escritos por antigos parentes: José Palhano de Jesus (Farrapos dos Tempos Idos ...) e José Ribas Cadaval (Tratado de Aeronáutica).

Um estímulo especial veio de Rosana, minha esposa. Ela leu todos os textos, viu os desenhos, fotos e vídeos, sugerindo abordagens e formas criativas quando necessário e, mais do que isso, incentivou este projeto em todas as suas etapas.

Mauricio Cadaval
Dezembro 2016



**CRÔNICAS E
RELATOS**

A CAMINHO DE SINTRA

Em estado de graça. É assim que nos sentíamos naquela manhã fresca e ensolarada, depois de uma visita ao Palácio de Queluz. O próximo destino era um pouco distante e o rumo ainda desconhecido. Sem problema. Basta procurar pelo caminho no GPS do carro. Qual é a cidade? Sintra. Nome do logradouro? Parque Nacional de Sintra. Qual é o número?... Número?... Decididamente, não sei qual é o número do Parque Nacional de Sintra. Muito simples. Tenho um bom senso de direção e, com a ajuda das placas de trânsito, não preciso do GPS.

Depois de muitas ruas e rotundas, chego à conclusão que estamos completamente perdidos. É melhor parar e pedir ajuda. Paramos em frente ao Bar da Maria.



É uma construção simples. Na frente há um pequeno pátio em aclive com uma rampa em ziguezague e, ao lado dela, patamares com meia dúzia de mesas rústicas de madeira, todas ocupadas, cada uma por dois ou três homens. Ao todo eram uns dez, sentados e em completo silêncio. Quando comecei a subir a rampa, todos se voltaram para mim. Custava-me acreditar que fossem reais. Eram jovens, de aparência rude, vestidos de maneira simples. Ocorreu-me a imagem de caminhoneiros cansados. A princípio senti um ambiente agressivo e tive medo. A luz descontraída da manhã me acalmou e continuei a subir até o pequeno cômodo, procurando pela Maria do bar.

Por trás do balcão, quem me atendeu foi um jovem de seus trinta anos, ativo, bem diferente dos letárgicos fregueses. Logo se dispôs a me ajudar e disse que poderia programar o GPS para levar-me ao Parque. De pé, pôs-se a procurar caminhos e a digitar instruções. Eu observava esperançoso. Enquanto isso, todos os fregueses se levantaram das mesas e, como zumbis, foram lentamente se aproximando. Postaram-se em frente ao balcão, observando atentamente os movimentos do jovem. A cena me intrigou e, mais do que isso, me incomodou. Supondo, ingenuamente, que todos aqueles fregueses queriam pedir alguma coisa ou – quem sabe? – pagar a



conta, sugeri ao jovem que os atendesse; eu não tinha pressa e poderia esperar. Tudo que recebi como resposta foi um “não se preocupe”.

Terminada a programação, agradei e me senti na obrigação de pedir um café para mim e outro para Rosana que, a essa altura, preocupada com a demora, saíra do carro e se sentara por perto. Só então um dos fregueses rompeu o silêncio e, dirigindo-se a mim, disse algumas palavras que não compreendi. Respondi com um

sim lacônico. Ele continuou dizendo coisas incompreensíveis enquanto os outros fregueses vieram aos poucos se aglomerar, silenciosos e atentos, em torno de nós. Assustado, peguei Rosana pela mão e, literalmente, fugimos para o carro.

Dei partida e ouvimos aliviados as instruções que Catarina, a nossa guia portuguesa do GPS, nos passava. Cinquenta metros à frente passamos por um hospital psiquiátrico.

DILEMAS DA MEMÓRIA

Ele me esperou pacientemente em cima do criado-mudo. Na capa, a fotografia em preto e branco do casario de madeira à beira da estrada, cruzado por postes e fios, num ambiente de céu nublado e árvores desfolhadas que lembrava inverno rigoroso; no primeiro plano, um automóvel preto, modelo dos anos 1920, e junto dele, a observá-lo, um homem em pé.

Foi Rosana quem o resgatou na caixa de livros que eu havia destinado ao descarte. O autor era um canadense de nome estranho – Michael Ondaatje. Nós havíamos chegado recentemente de Montreal, para ela motivação suficiente de leitura. Uma história de imigrantes no início do século XX.

- Você gostou do livro?

- Não me lembro, respondi displicente.

Na realidade, eu nem me lembrava de ter lido ou comprado aquele livro. Leio livros pelo prazer imediato que me proporcionam. Uma semana depois raramente me lembro da história, do tema ou do autor. Talvez não seja bem assim, pois a minha pequena biblioteca atual reúne apenas os livros que li e de que gostei, o que supõe alguma memória, se não da substância, ao menos do sentimento que o livro me provocou.

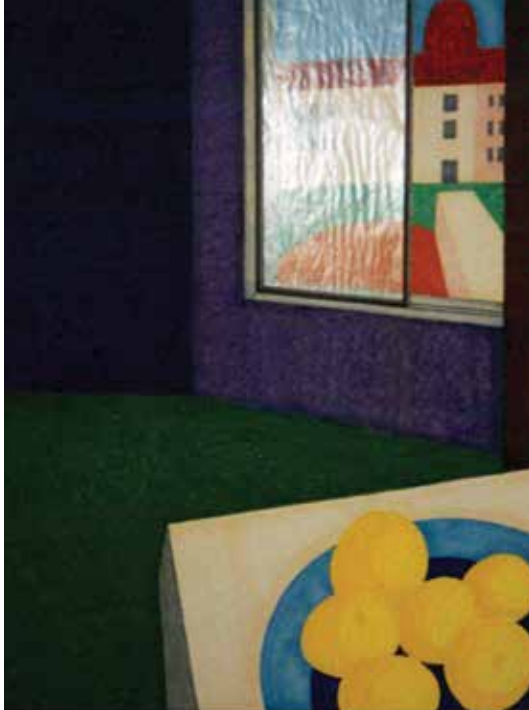
Rosana insiste: – Você deve ter lido; na primeira página há uma anotação a lápis, com a sua letra. A observação aumentou minha curio-

sidade. Era uma citação de Baudelaire: “A forma de uma cidade se modifica mais depressa do que o coração de um mortal”. Isso não me dizia absolutamente nada.

Passaram-se alguns dias, Rosana terminou a leitura e gostou muito. O livro ficou por ali me desafiando. Mesmo entretido com outra atividade, não resisti e li o primeiro capítulo. O estranhamento só aumentou, contrariando o que geralmente acontece quando releio um texto há muito esquecido. Costumo encontrar um ponto de contato, um personagem, uma maneira de escrever, mas desta vez nada.

Quem sabe pesquisando o volume encontro alguma pista? Na orelha descubro que o autor mora há muitos anos no Canadá, mas nasceu no Sri Lanka e foi educado na Inglaterra. É hoje um dos mais importantes escritores de língua inglesa. O personagem principal é Patrick Lewis, nascido na região de grandes florestas no interior do Canadá que migrou para Toronto na década de 20. A primeira página traz duas pistas: o livro custou R\$ 22,00 e foi comprado na Livraria Ouvridor da Savassi, em Belo Horizonte. Na última página aparece a informação de que foi composto em abril de 1998, mesmo ano do copyright da edição brasileira pela Editora 34.

Dezoito anos é tempo suficiente para apagar completamente da minha memória uma atividade



prazerosa? Prefiro achar que me emprestaram ou presentearam um livro que nunca li e que a anotação foi feita por alguma pessoa que tem a letra parecida com a minha. E a livraria? Detesto pensar que ela é um dos meus lugares preferidos em Belo Horizonte, cidade onde nasci e que visito quase todo ano.

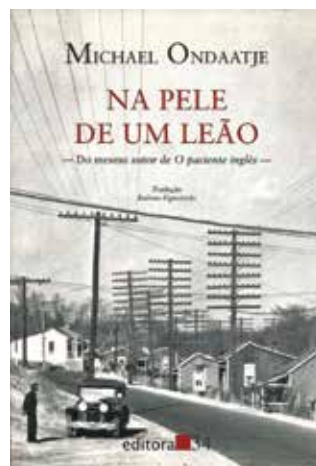
Continuo a leitura e descubro outra anotação minha, desta vez pelo sublinhado de duas frases. A primeira diz que: “Só a melhor arte consegue ordenar o caótico tumulto dos fatos. Só a melhor arte consegue realinhar o caos de modo a sugerir tanto o caos quanto a ordem em que ele há de se transformar”. A outra afirma que “A primeira frase de todos os romances devia ser: acredite-me, isso vai levar tempo, mas existe uma ordem aqui, muito tênue, muito humana. Siga em ziguezague, se quiser chegar a seu destino.”

O que se passava em minha cabeça quando destaquei essas duas afirmações? Na minha con-

dição de hoje, nem suspeito o que seja. Na primeira frase, por exemplo, o sentido é exatamente o oposto do que acredito ser a arte. Para mim, a arte contemporânea é um fator do caos, que abre novos caminhos e ajuda a desconstruir o que já existe.

A cada página que leio confirma-se a hipótese de que jamais pus os olhos neste livro e, no entanto, são muitas as provas de que eu o li atentamente. Jogo a toalha e vou até o final sem uma conclusão.

Ah, já ia me esquecendo de mencionar o nome do livro: “Na pele de um leão”. Com ou sem memória posterior, vale a pena ler.



RIMBAUD

Estou lendo “Rimbaud”, uma biografia do poeta francês, por Edmund White (Cia. das Letras, 2010). Rimbaud foi uma figura emblemática de minha adolescência. Ele me fascinava pela sua revolta contra os valores tradicionais da sociedade francesa no final do século XIX e por seu espírito libertário. Edmundo White afirma, logo nas primeiras páginas do livro, que sua identificação com o poeta, também na adolescência, estava ligada aos “desejos de ser livre, de ser publicado, de fazer sexo, de ir para Paris”. E completa: “Só me falta a coragem dele. E o gênio.”

Minha fascinação passava também pelo desejo de ser livre e de ir para Paris, o que só muito mais tarde vim a realizar. Mas, o principal era o espírito de revolta contra as amarras - mais no plano simbólico do que real - da família e da sociedade. A dificuldade era conciliar esses sentimentos com a minha profunda adesão religiosa. Na época eu era católico e dava os primeiros passos na direção que me levaria, mais tarde, ao ativismo político num movimento de esquerda.

Ainda guardo comigo o envelhecido livro de Daniel-Rops, “Rimbaud – Le drame spirituel” (Rimbaud – O drama espiritual), onde o autor procura mostrar que o poeta, por baixo de toda a sua devassidão e amoralidade, soube se engajar

no único combate que vale a pena para o cristão, o combate espiritual, tão brutal como a batalha dos homens. Hoje tenho sérias dúvidas sobre esse argumento, mas, na época, ele me parecia a única ponte possível entre o cristianismo e um jovem poeta que, gratuitamente, pichava as paredes de sua provinciana Charleville com um “Merde a Dieu”.

O que eu admirava em Rimbaud era menos a sua obra do que a sua figura humana ou o que se dizia a respeito dela. Da obra, conheço apenas “Iluminações” e “Uma temporada no Inferno”, ambos na excelente tradução de Lêdo Ivo (Ed. Civilização Brasileira, 1957). Li várias vezes, embevecido, mas entendia pouco, acho que nem mesmo apreciava todo o seu valor literário. Algumas passagens ficaram marcadas, entre elas a sua tentativa desesperada de criar uma nova linguagem, atribuindo, por exemplo, cores à vogais, e, diante do fracasso, a proposta do silêncio definitivo (Rimbaud parou de escrever aos dezanove anos e foi ser comerciante de armas na África).

Hoje eu me indago sobre os focos da rebeldia adolescente, tão importante na formação do ser humano. Tento descobrir no comportamento da juventude – roupas, tatuagens, grunhidos e preferências musicais – traços da rebeldia. Não consigo,

pois o tempo que me separa da gente jovem é grande, mas desconfio que ela ainda exista, talvez assumindo novas formas. Certamente não é mais a rejeição à sociedade de consumo dos anos 60 e 70. Também não se manifesta no engajamento político, traço de uma minoria que ainda cultiva os esmaecidos valores de esquerda e direita. Outra possibilidade, o conflito de gerações, parece estar no seu ponto mínimo: não são poucos os jovens que ainda moram com os pais até os trinta, quarenta anos ou mais.

Sem entender as coisas, eu passo.



UMA MORTE SEM ATROPELOS

Dos Anjos veio a Brasília para se encontrar com a neta. Nem bem chegou, já está com saudade dos bichinhos. Bichinhos são as galinhas do seu quintal, uma delas com nove pintinhos, que ficaram aos cuidados de uma vizinha. Todo dia de manhã eles esperam pela comida na porta da cozinha e à tarde Dos Anjos joga água com a mangueira para refrescá-los, o galo fica muito feliz e abana as asas.

Dos Anjos tem 68 anos e mora numa pequena cidade do interior do Piauí. Pela carteira de identidade tem 71 anos, mas esta não é a sua idade real. Seu pai falsificou a data de nascimento no cartório para que ela pudesse casar mais cedo, ainda menor.

Há mais de vinte anos, Dos Anjos paga mensalmente os custos de seu funeral, que de vez em quando são reajustados. Atualmente a prestação está em vinte e cinco reais. Pelo contrato, a funerária vai providenciar tudinho, desde o túmulo até o cafezinho que será servido aos parentes e amigos que vierem para o velório. O serviço é completo: transporte, flores, velas, mortalha, auxílio para o padre e tudo mais. Muito importante é o caixão, que precisa ser resistente, de madeira grossa, e bem bonito.

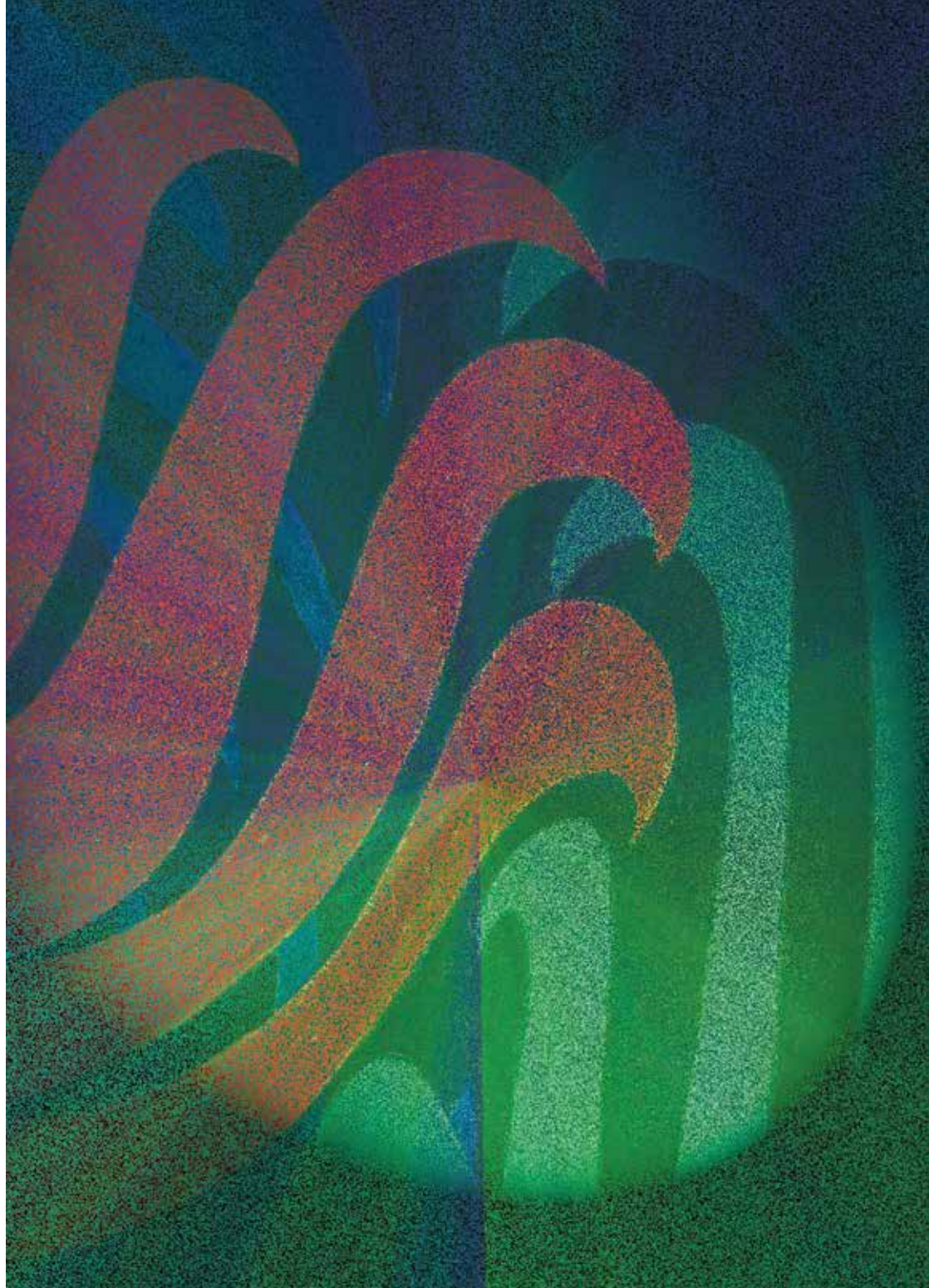
Ela não confia inteiramente na funerária. Para se prevenir, costurou ela mesma a sua mortalha, toda em azul e branco, como a dos anjos.

Está bem guardada em casa e, de vez em quando, é lavada e passada cuidadosamente para não manchar com o tempo. Apesar disso, ela teme que a funerária use a mortalha deles, bem feia, toda preta.

O motivo de tanta precaução é simples. Dos Anjos receia que, por falta de recursos, os parentes não deem a ela um enterro digno e comprem um desses caixões fininhos que se vê por aí.

Alguém pergunta: – e se a funerária falir antes do seu falecimento? Dos Anjos não acredita nisso. Faz pouco tempo, ela foi ao enterro de uma amiga, organizado pela mesma funerária, e estava tudo direitinho, conforme o combinado, até o cafezinho com açúcar. Cachaça eles não deram, mas isso não estava no contrato.

Dos Anjos espera tranquila pela morte, sem improvisos nem atropelos.



PEQUENAS HISTÓRIAS DA HOLANDA

COMO SE CHAMA A HOLANDA

Precisei ir à Holanda pela terceira vez para descobrir que aquele pequeno, rico e encantador país não se chama Holanda, mas sim Nederland, que pode ser traduzido para País Baixo em português ou Netherlands em inglês. Holanda é uma província de Nederland. Chamar o país de Holanda corresponderia a chamar o Brasil de São Paulo ou Minas Gerais. A língua oficial do País Baixo é o dutch, mas todo mundo lá fala e entende o inglês, considerado uma segunda língua.

Quem me explicou tudo isso foram a Roberta e o Koen, que estavam montando apartamento em Rotterdam e me receberam com muito carinho.

NIEMEYER NO ÔNIBUS

O ônibus 108 faz a ligação entre a cidadezinha de Ede e uma área próxima ao Parque Nacional Hoge Veluwe, meu destino naquela manhã. O motorista é o sr. Kayan, que fala fluentemente quatro idiomas: o árabe e o francês porque nasceu e cresceu na Argélia; o dutch e o inglês porque vive há muito tempo na Holanda. Gosta de conversar e pergunta de onde sou. Tem boas referências de Brasília e sabe tudo sobre Niemeyer. Comento que muitos arquitetos brasileiros não gostam das obras dele. “É um artista, senhor, um artista e não um arquiteto comum”. *Bonjour, Monsieur Kayan.*

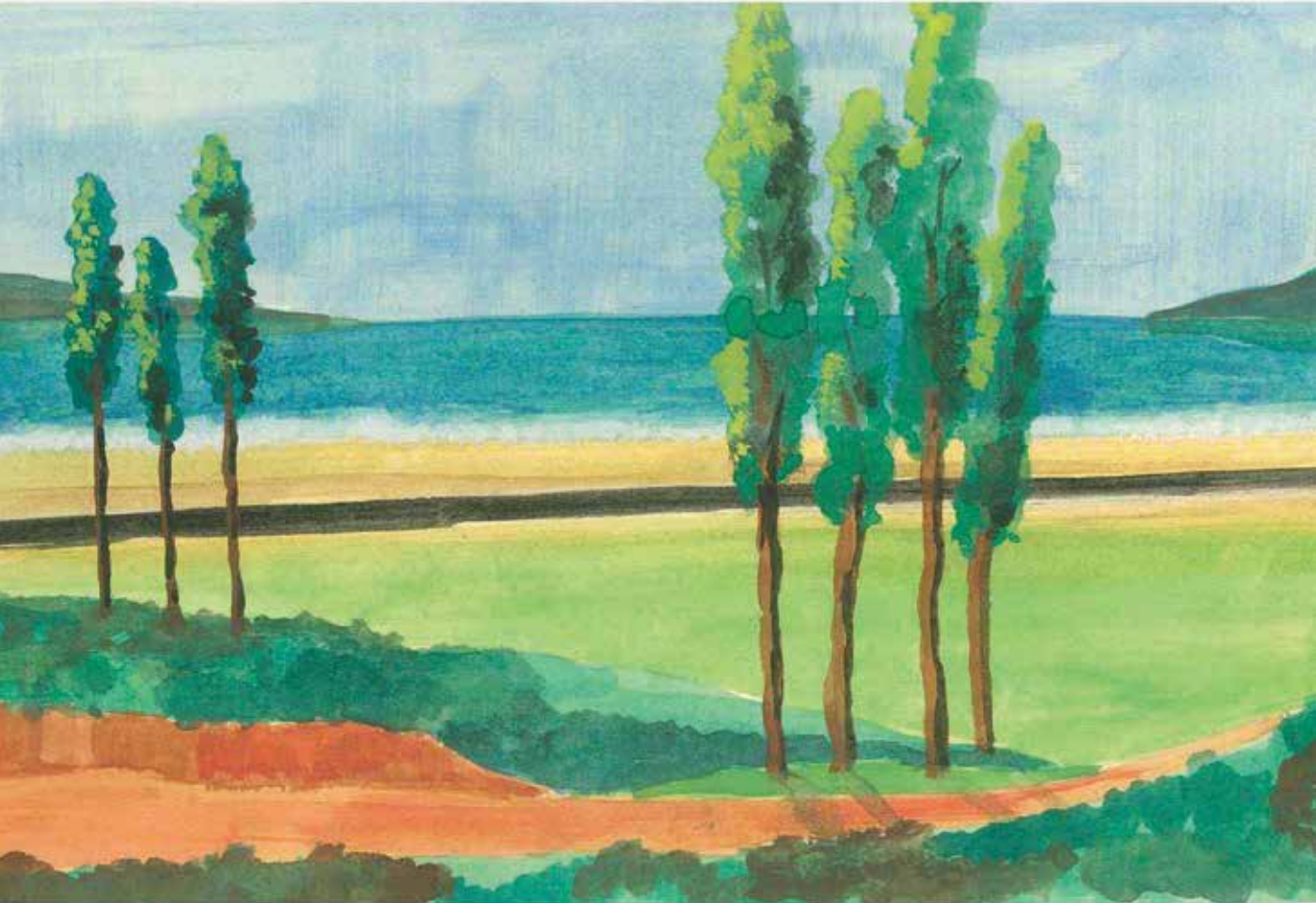
MUSEU DA HEINEKEN

Gosto muito da cerveja Heineken e sou muito curioso sobre o processo de fabricação de cervejas em geral. Por isso resolvi dar uma olhada no Museu Heineken, instalado no prédio onde funcionou a primeira fábrica da cerveja em Amsterdã. Na bilheteria me informaram que o ingresso custa 18 euros. Nos museus de arte de primeiríssima qualidade, como o Rijks e o Van Gogh, a entrada custa de 10 a 16 euros e, no Brasil, posso comprar 10 *longnecks* bem geladas por esse mesmo preço. Achei um absurdo uma multinacional cobrar esse valor para entrar num espaço que – convenhamos – foi montado para o marketing dela mesma. Desisti da visita.

Enquanto eu saía, um casal de brasileiros com dois filhos na faixa dos 18 anos estava enchendo a cesta com produtos de promoção da Heineken, vendidos a preços nada convidativos. Apressei o passo e fui embora.

HOTEL CONTAINER

O que você faria se tivesse que chegar ao aeroporto às 4 horas da manhã? Foi a pergunta que me fiz em Amsterdã. Pela primeira vez e um pouco movido pela curiosidade, eu me hospedei num hotel dentro do aeroporto, desses do tipo *container*, muito ao gosto dos japoneses. São de-



zenas, talvez centenas, de cubículos minúsculos de plástico, muito bem equipados, com banheiro, televisão, wi-fi e tudo mais, hermeticamente fechados e climatizados, sem janelas. Não recomendo para claustrofóbicos.

O hotel fica depois da área de controle de passaportes, mas antes do controle de segurança; há dezenas de *free-shops* à sua disposição, mas, como você ainda não tem cartão de embarque, só pode ver as mercadorias e não comprar. Não recomendo para os viciados em compras.

Para que você não se sinta um total prisioneiro dentro da cela, sem opções, há um pequeno quadro de controle da temperatura e da intensidade da luz. Por esse quadro, descobri que há luz especializada para ler, dormir, tomar banho, escrever e... para transar. Transar como, se mal cabe uma pessoa ali dentro? Com tudo tão pequeno e apertado é de se supor que o preço fosse pequeno. Não é. A diária fica em torno de 53 euros. Mas, tem uma vantagem: eles só aceitam reserva para um pernoite. E quem aguentaria mais?

MUSEUS DE ARTE E NATUREZA

Visitei muitos museus de arte em diversos países, o que me rendeu mais cansaço do que prazer. De vários eu só me lembro do nome (alguns nem disso) e de um ou outro objeto exposto. Há alguns anos parei de ir aos louvres e prados, os grandes museus, por mais que reconheça a importância e riqueza de seu acervo.

Outro tipo de museu me encanta e muito. São os que colocam a arte em estreito contato com a natureza. De imediato, lembro-me de cinco: o Kröeller-Müller, na Holanda, o Frieder Burda, em Baden-Baden (Alemanha) e o Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Os outros dois estão no Brasil: o Inhotim, em Brumadinho (MG) e a Fundação Maria Luisa e Oscar Americano, em São Paulo. Eles têm em comum o fato de estarem localizados dentro de jardins ou parques lindíssimos e terem arquitetura primorosa, quase sempre moderna. Exceto o Gulbenkian e a Fundação Oscar Americano, todos estão situados fora de grandes cidades. São lugares de prazer e encantamento, alguns com ótimas programações artísticas e exposições temporárias. Valem uma viagem só para estar no seu ambiente.

MUSEU KRÖELLER-MÜLLER

O Museu Kröeller-Müller é uma experiência estética e sensorial fantástica. Fica na Holanda (Província de Gelderland), dentro do Parque Nacional Hoge Veluwe, e é todo dedicado à arte moderna. Seu acervo é constituído por obras adquiridas entre o final do século XIX e início do século XX pela esposa de um industrial holandês que, em 1935, doou a coleção para o Estado.

O ponto alto do acervo é a coleção de 278 pinturas e desenhos de Van Gogh, que me fizeram redescobrir o artista. Por muito tempo eu vi a obra de Van Gogh apenas como uma expressão dos desequilíbrios psíquicos que o atingiram no final da vida. A coleção Kröeller-Müller me mostrou Van Gogh como um artista completo, genial pela sua criatividade, capacidade de expressão e excelência técnica.

A coleção de pontilistas franceses (Seurat, Signac e outros), embora pequena, é simplesmente maravilhosa e nos leva às origens da imagem digital. Na área externa do moderno prédio, o imenso jardim é dedicado a esculturas de artistas contemporâneos.

A visita se completa com a culinária requintada do restaurante e um passeio de bicicleta pelas florestas do parque. Tudo num ambiente tranquilo, sem filas nem atropelos.



MUSEU FRIEDER BURDA

Baden-Baden é uma bela cidade, muito conhecida por suas águas termais, situada no sudoeste da Alemanha. O Museu Frieder Burda fica no Parque Lichtentaler Allee que se estende ao longo do Rio Oos, margeando a cidade antiga. Sua arquitetura é moderna e o prédio funciona como um prolongamento do jardim do entorno, com grandes janelas e paredes de vidro, e se integra harmoniosamente ao vizinho Museu de Artes de Baden-Baden, de estilo neoclássico. O projeto, de 2004, é do arquiteto americano Richard Meier.

Reunido pelo empresário Frieder Burda, o acervo permanente é composto por mais de 1000 pinturas, esculturas e objetos, todos representativos da arte nos séculos XX e XXI. Destacam-se as obras de pintores expressionistas alemães (Beckman, Kirdiner etc.) e de expoentes do expressionismo abstrato americano como Kooning, Pollock, Rothko e outros. Nele estão também presentes várias obras de Picasso.

Ao percorrer as salas, rampas e corredores, o visitante aprecia tanto as obras de arte, quanto as paisagens do jardim através das enormes paredes de vidro. É uma experiência fantástica.



MUSEU GULBENKIAN

A maioria dos meus amigos que visita Lisboa se contenta em apreciar – não sem razão – a Baixa/Rossio, o Chiado, o Bairro Alto e outras áreas e atrativos do centro histórico, além dos bairros de Belém e Ajuda, onde ficam a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerônimos. São poucos os que se dirigem ao maravilhoso Museu Gulbenkian, localizado perto do centro, junto ao Parque Eduardo VII. E, no entanto, é aí um dos lugares mais agradáveis de Lisboa. A começar pelo parque em que se situa o Museu, com seu paisagismo requintado e recantos paradisíacos.



Transcrevo de um Guia de Lisboa: “Próspero homem de negócios e um grande amante das artes, Calouste Gulbenkian adquiriu em Lisboa (entre 1942 e 1955) mais de 6.000 obras de arte (...) egípcia, assíria, grega, asiática e islâmica, além de objetos de arte decorativa e pinturas europeias da Idade Média até o século 19.”

A coleção é fantástica, não só pelos objetos em si, mas também pela funcionalidade e beleza arquitetônica do espaço que ocupa. A seção com peças de René Lalique, joalheiro e decorador *art nouveau*, é imperdível.

A Fundação Gulbenkian oferece também concertos clássicos, balé, jazz e música contemporânea ao ar livre no ambiente bucólico do parque.



INHOTIM

Um belíssimo parque, junto à cidade de Brumadinho (60 quilômetros de Belo Horizonte) que abriga talvez a maior coleção de arte contemporânea do Brasil. O acervo permanente é exposto em vários pavilhões e ao ar livre. O parque, hoje administrado por uma ONG, foi iniciativa do minerador Bernardo Paz que está sempre por lá recebendo as visitas. Quem não se interessa pelas obras dos muitos artistas brasileiros e estrangeiros, pode se deliciar com os belos jardins e lagos e com o finíssimo buffet do Restaurante Tamboril.

Para mim, as obras mais bonitas são as de Adriana Varejão (o pavilhão e o painel “Celacanto provoca maremoto”), de Cildo Meireles (“Desvio para o vermelho”), o mural externo de John Ahearn e Rigberto Torres (“Abre a Porta”) e o pavilhão espelhado de Valeska Soares (“Folly”).





Há dois caminhos para Inhotim partindo de Belo Horizonte: um pela serra, com paisagens que dizem ser muito bonitas, e outro com estrada boa, mas movimentada, mostrando a paisagem horrível e poluída da cidade industrial de Contagem. Sempre fui por este último porque não conheço o primeiro trajeto. Brumadinho nada tem de interessante, muito pelo contrário, é uma cidade feia e sem atrativos. Inhotim compensa amplamente as agruras urbanas e dos caminhos.

Dizem que nos fins de semana está muito cheio, mas é quando acontecem os shows e concertos. Eu prefiro a tranquilidade dos dias úteis, fora do período de férias.

MUSEU LUISA E OSCAR AMERICANO

Desde os tempos em que trabalhei no Palácio dos Bandeirantes e, nas pouquíssimas horas de folga, passeava nos jardins da Fundação Luisa e Oscar Americano, que fica bem em frente, considero este um dos espaços mais bonitos e agradáveis de São Paulo.

Projetada pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke em 1950, a casa moderna de incrível leveza arquitetônica é cercada de jardins e matas onde, em poucos minutos de caminhada, a gente se esquece da turbulenta megalópole e entra no mundo da tranquilidade. A casa abriga o acervo

de arte brasileira adquirido pelo empresário Oscar Americano de Caldas Filho (proprietário da CBPO, empresa especializada em obras de engenharia; falecido em 1974). São pinturas do século XVII, mobiliário, prataria, porcelanas, tapeçarias e arte sacra do século XVIII, além de pinturas de artistas brasileiros do século XX, com destaque para Victor Brecheret, Lasar Segall, Guignard, Di Cavalcanti e Portinari.

Num auditório anexo à casa são realizados concertos, recitais, conferências e cursos sobre história da arte, literatura e música. Um requinte completado pela casa de chá que dá vista para o jardim.



MARRAKESH

CHEGADA

Depois de uma longa e cansativa viagem, partindo de Granada e passando por Málaga e Casablanca, cheguei às 10 da noite ao Aeroporto de Marrakesh, onde me esperava o motorista de táxi que eu havia contratado. Carro novo, largas avenidas com trânsito livre. Tudo perfeito.

A certa altura o motorista para o carro numa pequena praça escura e barulhenta, atulhada de gente e de motos, e, sem nada explicar, tira a minha valise do porta-malas e entrega a um carregador que a joga num carrinho de mão imundo. Só então me diz que, a partir daquele ponto, os automóveis não podem passar e eu devo ir a pé, acompanhando o carregador. Sem opção, vou seguindo pelo labirinto da Medina, a imensa cidade antiga de Marrakesh. Na semiescuridão, vejo que meu guia veste uma túnica (*caftan*) e um turbante brancos. Descalço, ele anda apressado sem me dar a mínima atenção. Tenho a sensação de ter sido sequestrado, mas não há como fugir. Lá pelas tantas, entramos numa ruela escura de um metro e meio de largura. O piso é de tábuas que balançam e, ao olhar para baixo, entre elas, percebo que estamos sobre um buraco profundo. Finalmente, o carregador para na frente de uma porta de madeira escura, única peça numa parede alta e lisa sem janelas ou saliências, e toca a campainha.

Eric e Didier, os franceses proprietários do *Riad* onde vou me hospedar, me recebem com o melhor dos sorrisos. Estou quase em pânico e eles tentam me acalmar. Depois do jantar, percebo que, por vias tortas, cheguei ao paraíso ou, melhor dizendo, a um oásis dentro da Medina.

O RIAD

Os riads de Marrakesh são antigas mansões, muitas delas hoje usadas como hotéis ou restaurantes. O termo significa “jardim fechado”. Têm, em geral, dois ou três andares e os poucos quartos se voltam para um vão central quadrado, onde no térreo se encontra o jardim. Quase não têm janelas dando para o exterior e, por isso, quem passa na rua não consegue identificá-los. O riad Houdou, onde fiquei, tem um belo jardim e, em torno dele, salas com decoração marroquina de muito bom gosto. No centro um pequeno chafariz. O contraste do espaço interno tranquilo com os becos agitados e barulhentos da Medina é total.

Os proprietários fazem questão de apresentar os hóspedes uns para os outros. Eles se encontram no café da manhã e à noite, quando há sempre um requintado jantar marroquino, às vezes com a presença de um cantor local.

As tábuas que forram o beco em frente ao riad Houdou são, na realidade, proteção sobre as





valas abertas para reforma da rede de esgotos que, segundo os proprietários, nunca termina.

LABIRINTO

A Medina de Marrakesh e seus mercados (*souks*) nada têm de romântico. É um emaranhado de becos que formam um verdadeiro labirinto. Neles circulam pedestres, motos, bicicletas, carroças puxadas por jegues, carregadores empurrando carrinhos de mão e o que mais se possa imaginar, de tal maneira que caminhar distraído no centro das vielas é um perigo real.

Eu me perdia com frequência e precisava pedir informações, o que pode atrair os chatíssimos falsos guias, sempre prontos a “prestar serviços” por alguns *dhrams* (moeda local).

Tirar fotos na rua é um perigo se alguém suspeitar que está no foco da câmera. A maioria dos marroquinos não gosta de ser fotografado e alguns não se importam desde que sejam remunerados.

Dizem que não há violência do tipo assalto, sequestro ou assassinato (um amigo ouviu dizer que o rei mandou cortar algumas mãos, o que restringiu a violência). Em compensação, rouba-se abertamente no comércio. O primeiro preço de qualquer mercadoria ou serviço para turista é quase sempre o dobro do que o comerciante está disposto a receber, o que pressupõe negociações e acordos a cada esquina (o que eu detesto).



Nunca vi tantos ateliers e lojas de artesanato de boa qualidade. Serralheria artística, peças em gesso, madeira, cerâmica, couro, joias etc. Pena que não sou do tipo comprador...

A Medina é toda cercada por muralhas e, junto a elas, alguns jardins. Fora da Medina, a cidade tem vias e prédios modernos, estes quase todos de seis andares e de cor “telha”, mas, com uma ou outra exceção, nada que possa interessar.

CULTURAS DIFERENTES

Já viajei por muitos lugares com costumes estranhos, mas Marrakesh está no topo da lista.

Nunca se sabe a real intenção de quem o aborda na rua. A vida religiosa está mesclada com o cotidiano. Um cantor que dava um show no *riad* em que me hospedei, por exemplo, interrompia a música na hora em que as mesquitas irradiavam as orações (são cinco orações por dia). Bebidas alcólicas são proibidas nos bares e restaurantes. Os conceitos de higiene são diferentes.

Os berberes são os habitantes originais do Marrocos e ainda hoje representam quase metade da população, mas a sua língua não pôde ser ensinada nas escolas por centenas de anos, só o árabe. O acesso às mesquitas é proibido para

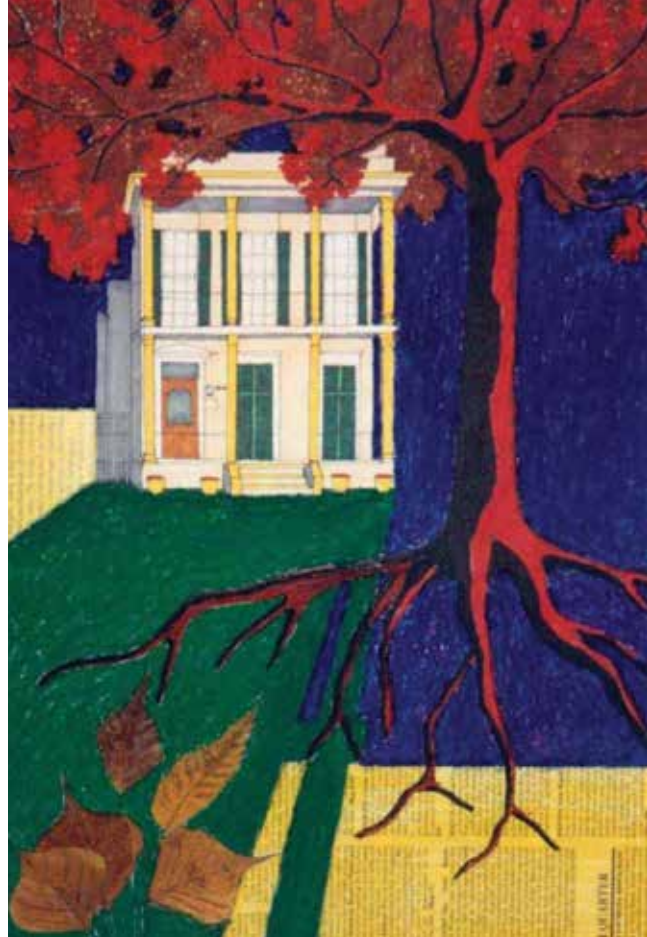
os não muçulmanos. Ao que parece, isso foi uma norma imposta pelos colonizadores franceses para evitar conflitos religiosos.

Os códigos são bem diferentes, o que cria um pouco de tensão na vida do visitante. Acho que esses incômodos devem diminuir à medida que se aumenta o tempo de estadia. Ou, para os que preferem (não é o meu caso) viajar em excursões, com guias e bandeirinhas.

MONUMENTOS

Há monumentos muito interessantes em Marraquesh. Um deles é o Jardin Majorelle, criado em 1922 pelo pintor francês Jacques Majorelle e, depois de sua morte, comprado e restaurado pelo estilista Yves Saint-Laurent que foi enterrado lá. Outro que me emocionou bastante foi a *medersa* Ben Youssef, um antigo seminário islâmico, hoje desativado, que, em certos aspectos da decoração, rivaliza com o maravilhoso Alhambra, de Granada.

Lamentei não ter estudado a arte islâmica antes de ir ao Marrocos. Ajuda muito a apreciar as coisas bonitas de lá. Ainda assim, não me arrependo dos momentos agradáveis que desperdicei no *riad*, debaixo das laranjeiras, tomando uma boa cerveja (lá dentro é permitido), fugindo do calor de 35 graus e estudando um pouco sobre o tema.



OS HAMANS

Os *hamans* são casas de banho a vapor (saunas) usados para os rituais de purificação e constituem um elemento essencial de todas as cidades islâmicas. Funcionam também como lugares de lazer e encontros sociais. Em Marrakesh há *hamans* separados para homens e para mulheres. Perto do riad em que eu estava hospedado havia um e fiquei tentado a visitá-lo mas não quis encarar a possibilidade de ser rejeitado por ser turista.

Um dia, pouco antes do jantar, fui convidado pelo rapaz berbere que trabalhava no *riad* para “buscar a carne de carneiro que estava sendo cozida no subterrâneo do *hamam*”. Mesmo sem entender muito bem do que se tratava, aceitei o convite.

Entramos pelo estreito corredor existente entre os *hamans* masculino e feminino, desemos por uma escada estreita e chegamos numa grande caverna, escavada na terra, onde o calor era terrível. Era ali onde se aquecia a água e se produzia o vapor utilizado nos *hamans*, por meio de um enorme forno mantido sempre aceso. Um senhor idoso, responsável pelas operações, desceu a um fosso ainda mais profundo do que o nível onde estávamos e trouxe de lá um pote de cerâmica tampado com um pano. Sorridente, o entregou ao rapaz do *riad*. Além de produzir vapor para o *hamam*, a alta temperatura da caverna é usada para cozinhar, durante horas,

as carnes trazidas por vários clientes. O senhor idoso mora ali mesmo, numa caverna bem ao lado do forno... Antes que as nossas próprias carnes assassem, voltamos ao riad para comer a deliciosa carne de carneiro.

TAJINES

Boa parte da culinária marroquina é feita em *tajines*. São recipientes de barro individuais, semelhantes a um prato fundo, cobertos com uma tampa em forma de cone. Do fogão ou forno, pelando, vão diretamente para a mesa. *Tajine* significa tanto o recipiente quanto o tipo de comida que nele se cozinha.

Os ingredientes são muito variados, incluindo carnes, sobretudo a de carneiro, diversos tipos de legumes e molhos deliciosos, muito condimentados. O cuscuz vem à parte e é quase obrigatório, substituindo o que seria o nosso arroz.



ACIDENTE DE AVIÃO

O céu de Lima está sempre encoberto por um espesso manto de nuvens brancas. Ao menos era sempre assim que eu via a cidade no tempo em que trabalhei por lá. E, no entanto, nunca chove. Quando o avião decola, durante alguns minutos desfilam pela janela as casas sem telhados e os tetos que servem apenas como depósitos para coisas empoeiradas. Mas logo a cidade desaparece e a névoa branca envolve o avião no seu caminho ascendente até que surge o azul e o sol da manhã brilha intensamente. Alguns minutos adiante, já na travessia dos Andes, surgem as grandes crateras de vulcões e os picos nevados.

O voo até São Paulo foi tranquilo e o sono veio fácil.



Num movimento lento e constante, uma fenda foi se abrindo no centro da cidade e os carros se jogavam dentro dela. Do meu quarto no oitavo andar do hotel eu via o enorme abismo se aproximar e não conseguia reagir, paralisado, aguardando o desfecho inevitável. O telefone tocou e alguém me dizia, num espanhol confuso, para não entrar no elevador e nem me atirar pela janela.

Acordei com a aeromoça informando que dentro de alguns minutos iniciaríamos nossa descida para o Aeroporto de Guarulhos. Tempo bom e temperatura de vinte graus.

Lembrei-me do que se passou na primeira semana de trabalho em Lima. Fui recebido como autoridade e logo acomodado num hotel de luxo em Miraflores. À noite, quando eu voltava para o que era então “a minha casa”, ficava extasiado com as luzes do bairro vistas pela janela do meu quarto no oitavo andar. O idílio durou pouco. Durante uma reunião num prédio do governo próximo ao Porto de Callao, um forte terremoto fez todos os funcionários descerem correndo pelas escadas e se postarem num pátio interno, assustados e ofegantes, eu mais do que eles. O edifício tinha apenas dois andares. Foi o meu primeiro terremoto e nunca esquecerei a terrível sensação de perder o apoio do chão e ver o prédio inteiro tremer em minha volta.



Custei a dormir naquela noite, imaginando como seria se houvesse um terremoto durante a minha permanência no hotel. No dia seguinte pela manhã fui ao escritório do meu contratante e chorei as pitangas para deixar o luxuoso hotel e alugar uma simples casa térrea, sem importar a localização. A contragosto, eles me deram autorização e rapidamente aluguei uma casa em que a minha cama ficava junto a uma porta de correr de vidro, a meio metro do jardim.

Alguns dias depois fui convidado para uma festa na cobertura de um prédio de doze andares. A dona da casa, muito gentil, veio conversar comigo e, preocupado com a situação, não consegui evitar uma menção ao medo de terremotos. Ela procurou me tranquilizar dizendo que os terremotos são frequentes em Lima, mas, na maioria

das vezes, não chegam a causar maiores danos. E contou-me que certa vez, quando foi a São Paulo, se deparou com uma daquelas terríveis tempestades que escurecem o céu no final da tarde, em meio a raios e trovões, e ficou aterrorizada. Como em Lima não chove, essa tempestade parecia para ela algo ameaçador e muito preocupante. O mesmo deveria estar acontecendo comigo em relação aos corriqueiros terremotos limenhos.

Em Guarulhos, depois de uma longa espera, embarquei num avião para Brasília com escala em Goiânia. Era um domingo, 16 de setembro de 2001. Mais tarde vim a saber que eu estava no voo 2240 da Varig e que a aeronave era um Boeing 737-200.

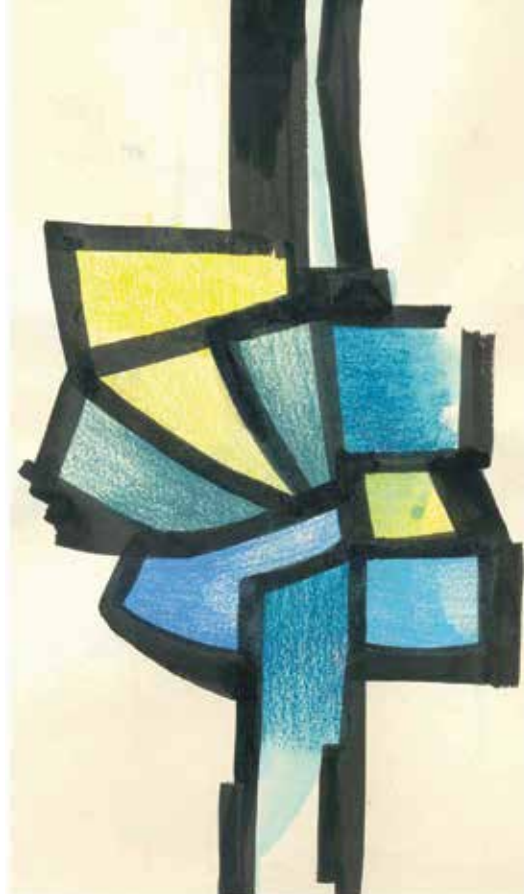
Em geral eu prefiro sentar na poltrona junto ao corredor. Naquele voo, com muitos assentos vazios, encostei-me à janela e passei quase todo o tempo olhando distraidamente a paisagem. Na chegada a Goiânia, chovia muito e as trepidações aumentaram, mas nada que abalasse a minha tranquilidade. Perto do solo, percebi que alguma coisa estava errada na aproximação da pista, um desvio anormal, alguma coisa assim.

O que aconteceu em seguida foi questão de segundos. Debaixo da forte tempestade, o avião tocou o solo fora da pista, houve um estrondo, ele inclinou-se para a direita (o lado em que eu estava) e arrastou-se por muitos metros até uma manobra súbita que o recolocou na pista novamente, mas, desta vez, sem o trem de pouso que

havia se quebrado. Dentro, o pânico era total, as pessoas gritando, as bagagens voando e muita fumaça; alguns passageiros foram lançados para fora das poltronas e várias delas se deslocaram para o corredor. Pela janela, vi que a asa do avião havia se partido e o que sobrou dela se arrastava no chão. A enorme turbina saiu voando e foi parar a 300 metros da pista.

Dentro da pista, o avião literalmente se arrastou de lado por quase 600 metros. Apavorado, coloquei os pés no encosto da poltrona à minha frente, fechei os olhos e esperei pela morte que viria quando aquela enorme massa desgovernada explodisse ou se chocasse contra algum obstáculo. Tive a sensação mais vívida do fim que alguém pode ter. Para minha surpresa, o avião parou repentinamente e, ainda tonto, ouvi os gritos desesperados das aeromoças que, junto da porta aberta, alertavam os passageiros sobre o risco de explosão e os incitavam a sair correndo. Como sair correndo no meio de todos aqueles escombros, com a fumaça embaçando tudo e doendo nos olhos? Além de tudo, o avião estava muito inclinado para o lado em que eu estava e caiu na primeira tentativa quando quis chegar ao corredor. Quase impotente, olhei pela janela e vi o combustível jorrando da asa quebrada. Acho que foi isso que me estimulou a tentar novamente.

Como o corredor estava cheio de gente tentando escapar da explosão iminente, tive a infeliz ideia de pegar uma sacola com duas garrafas de whisky que havia comprado no free shop de São Paulo e a pasta com o meu notebook, uma em



cada mão. Quando consegui chegar ao escorregador inflável, o peso da carga me obrigou a descer de cabeça e assim atingir a pista. Acho que bati o recorde olímpico de agilidade para ficar em pé e de velocidade na corrida desesperada para me afastar o mais possível da aeronave. Já distante, vi que o avião não havia pegado fogo, talvez por causa da tempestade que caía, que sei eu? Alguns passageiros se feriram no acidente, mas nenhum gravemente.

Um fato me deixou intrigado até muito tempo depois. Durante o voo eu havia lido um artigo que julguei ser de interesse para a Rosana; recortei e guardei naquela bolsa em frente ao meu assento. No sufoco da evacuação, quando tudo indicava

um alto risco de explosão, tive o impulso de voltar ao meu lugar e recuperar o recorte de jornal. Se não fiz isso foi porque, simplesmente, o aglomerado de pessoas não permitia. Pensei comigo mais tarde: talvez a situação de perigo tenha me deixado louco por alguns instantes, pois só um louco teria o ímpeto de voltar para recuperar um pedaço de jornal.

Demorei meses para matar a charada. Em situações limites, a mente procura se defender do risco de extinção e gera um derivativo – ainda que absurdo como naquele caso – ou seja, uma espécie de negativa da ideia de morte. Não sei se estou certo, mas a explicação me satisfaz.

Por conta de um trabalho, voltei diversas vezes a Goiânia nos meses seguintes e, a cada vez, acompanhava o destino do avião acidentado. Ele foi arrastado até um local próximo ao desembarque de passageiros e ali ficou. Um funcionário da Varig me informou que a perda foi total e não havia como recuperar a aeronave. Aos poucos foram retirando o pouco que havia de aproveitável, até que sobrou apenas a carcaça. Um dia, quando voltei por lá, a carcaça havia sumido. Fiquei curioso com o destino que lhe foi dado, mas não tive tempo de perguntar no Aeroporto.

Tomei um taxi e segui na direção do centro. No meio do caminho, bem ao lado da avenida, lá estava a carcaça do fatídico avião transformada num bar, restaurante ou coisa parecida.

Hoje, muitos anos passados, restou o que guardei em minha memória, cada dia mais frágil.



TRÊS FAZENDAS

1

Por volta de 1760, a Louisiana (hoje um estado americano) ainda era uma colônia francesa. Numa fazenda da região de River Cane, vivia Marie-Thérèse Coincoin, escrava de Marie de St. Denis de Soto, filha do fundador do povoado. Foi numa de suas visitas à fazenda que Claude Metoyer, um francês recém-chegado da metrópole, conheceu e se apaixonou por Marie-Thérèse. Logo alugou a escrava e passaram a viver juntos. Tiveram dez filhos, três dos quais morreram ainda crianças. O pároco local, Frei Quintanilla, não aceitava a situação do casal, pois, além do casamento entre senhores e escravos ser proibido por lei, a união de Marie-Thérèse e Metoyer não era reconhecida pela Igreja. Tentou por várias vezes separar o casal sem sucesso, até que conseguiu a prisão de Metoyer. Logo que foi libertado, Metoyer se apresentou às autoridades, declarou-se solteiro e sem filhos, e concedeu liberdade à Marie-Thérèse, a quem doou uma parte de suas terras. Em seguida, casou-se com uma mulher de sua cor e nível social e teve duas filhas com ela.

2

Marie-Thérèse, aos quarenta e seis anos, se viu uma mulher livre, proprietária de terras e

mãe de vários escravos que não moravam com ela. Começou plantando fumo e, mais tarde índigo e algodão. Com o dinheiro que ganhou, comprou os seus filhos escravos, deu a cada um deles a liberdade e um pedaço de terra numa área ao sul da cidadezinha de Natchitoches (os americanos de hoje pronunciam “nacatiches”). Quando Marie-Thérèse morreu, em 1816, ela e seus filhos possuíam cerca de 50 km² de terras e quase 100 escravos. Isso mesmo: ela, uma ex-escrava, havia comprado um grande número de escravos. Formava-se assim uma das primeiras famílias *creoles* na América do Norte, ricos, com educação refinada e esquecidos de suas raízes na escravidão.

Durante a Guerra Civil americana, com a Louisiana já pertencente aos Estados Unidos, os descendentes de Marie-Thérèse apoiaram discretamente os Confederados. Com a vitória da União em 1864, as suas plantações, que sobreviveram à crueldade da guerra, não conseguiram sobreviver aos anos de paz que se seguiram, e as famílias creoles empobreceram, perderam suas propriedades e seu orgulho. Dizem que a decadência foi também cultural, pois os descendentes de Marie-Thérèse se negavam a colocar seus filhos em escolas públicas lado a lado com os escravos libertados pela União.



3

Com o tempo, as propriedades em torno de Natchitoches foram adquiridas por famílias brancas da Louisiana e seus antigos proprietários se espalharam pelo país. A cultura *creole* caiu em esquecimento. Somente nos anos 1940, a esposa do fazendeiro que havia comprado as terras de Augustin Metoyer (filho mais velho de Marie-Thérèse que se tornara o patriarca da comunidade) empenhou-se num cuidadoso trabalho de recuperação de docu-

mentos e coleção de objetos que pertenceram à comunidade *creole* da região. A parte principal desse acervo está exposta no Museu Histórico de Natchitoches e na Melrose Plantation.

4

Fui visitar a Melrose Plantation em março de 2012. A região é simplesmente maravilhosa, com destaque para os mil tons de verde que pintam a



paisagem na primavera. Sobre o gramado verde claro, arbustos floridos harmonizam o contorno das casas com a natureza. Os enormes carvalhos, austeros e imponentes, são testemunhas das histórias felizes e dramáticas que aconteceram por lá.

Melrose fica nos terrenos planos da Isle Brevelle, cercada por rios tranquilos e de cor verde azulada. Na área aberta à visita fica a antiga casa grande, toda branca, e em torno dela várias instalações da fazenda, algumas originais, outras reconstruídas, inclusive habitações de escravos e de colonos. A casa grande não tem o aspecto suntuoso de muitas mansões de *plantations* que visitei nas áreas próximas a New Orleans. É ao mesmo tempo simples e majestosa, de dois pavimentos, quase toda em madeira, passando o mesmo sentimento de tranquilidade e harmonia que envolve o ambiente da fazenda.

Perto de lá está a encantadora igreja branca, construída por Augustin Metoyer e doada à comunidade rural. É uma igreja católica que abriga, ao lado, um cemitério onde estão os túmulos de várias gerações *creoles*.

A viagem de carro entre Natchitoches e New Orleans dura cerca de quatro horas. Dois dias depois embarquei para Atlanta e de lá para Brasília.

5

Um passeio a Pirenópolis é sempre uma experiência gostosa. Para quem não conhece, Pirenópolis é uma antiga cidade de mineração e comércio, situada no Estado de Goiás, a duas horas de carro de Brasília. Seu centro histórico é belamente ornado com casarões e igrejas do século XVIII, além de prédios de grande beleza arquitetônica, em estilos que vão desde um híbrido do colonial com o neoclássico, do século XIX, até o art-déco. Poucos dias depois que cheguei de New Orleans fomos visitar Pirenópolis, num fim de semana ensolarado. Desta vez, a novidade não estava na cidade, mas a 24 quilômetros de lá, na direção da rodovia Belém-Brasília: a Fazenda Babilônia.

A história começa no século XIX. Joaquim Alves de Oliveira, um comerciante de Meia Ponte (antigo nome de Pirenópolis), de origem humilde, adquiriu em 1800 a fazenda que daria origem ao Engenho de São Joaquim. Nos cinco anos seguintes construiu a casa, a senzala, o engenho e outros equipamentos. O empreendimento, sobretudo de produção de açúcar, logo se tornou um modelo de organização e produtividade. Por volta de 1820, a fazenda já tinha uma área de 11 mil alqueires goianos e abrigava centenas de escravos.

A filha única de Joaquim Alves de Oliveira, Ana Joaquina, casou-se, por determinação do pai, com Joaquim da Costa Teixeira. O casal não teve filhos e Ana Joaquina envolveu-se num “dramático episódio de infidelidade conjugal”.





Dramático principalmente porque o amante assassinou a mãe de Ana Joaquina.

Costa Teixeira manteve o casamento formal com Ana Joaquina, mas passou a viver com uma mulata (Eufêmia de Gouveia), ex-escrava a quem ele próprio concedera a liberdade. Com ela teve três filhos.

Falecido Joaquim Alves de Oliveira em 1851, todos os seus bens foram herdados pelo genro, pois a esposa legítima deste, Ana Joaquina, morrera antes do início do inventário. Com a morte de Costa Teixeira em 1864, o Engenho São Joaquim passou a ser propriedade de seus três filhos, que o venderam ao Padre Simeão Estelita Lopes Zedes.

6

Se você leu este relato desde o início, deve ter notado algumas semelhanças entre o que se passou na Melrose Plantation, de Natchitoches, e na Fazenda Babilônia de Pirenópolis. Nos dois casos, terras que inicialmente pertenciam a fazendeiros brancos foram parar em mãos de ex-escravos como resultado de um processo de miscigenação entre senhores e escravas. Depois de algum tempo, ainda no século XIX, voltaram para o domínio dos brancos. Ao falar da “propriedade de fazendeiros brancos”, estou omitindo a história de como as terras foram tomadas dos indígenas que nelas habitavam. Na Louisiana



esta história está bem documentada, mas nada se sabe a respeito no caso da Fazenda Babilônia.

Mas - voltando à comparação - além da semelhança, há diferenças marcantes. Ao receber as terras e a liberdade, Marie-Thèrese Concoïn trata de cultivá-las e enriquece com essa atividade. Já os três filhos mestiços de Joaquim Teixeira da Costa parecem não ter interesse nas atividades agrícolas e vendem a fazenda para o Padre Zedes. Digo “parecem” porque nada consta nos documentos consultados sobre esses personagens, nem mesmo os seus nomes, o que é muito significativo. A história da Fazenda Babilônia até aos protagonistas mais nobres (comerciantes, comendador, padre etc.) e deixa de lado os anônimos filhos “ilegítimos”.

7

Mas, continuemos a história da Fazenda Babilônia.

Ao comprar o Engenho São Joaquim, o Padre Zedes rebatiza a propriedade com o nome de Fazenda Babilônia e dá continuidade aos negócios agropecuários de seus antecessores. Todos os proprietários seguintes são descendentes do clérigo, inclusive a dona atual, sua bisneta.

Ao comentar o fato, o guia que nos acompanha se apressa em dizer que o Padre Zedes regularizou a sua condição de pai de vários filhos (biológicos) pedindo à Igreja a suspensão de seus votos sacerdotais.

8

Uma estrada de terra liga o asfalto à casa da fazenda, atravessando o cerradão fechado. Na portaria, a funcionária simpática dá informações, cobra pela entrada (somente permitida aos sábados, domingos e feriados) e encaminha os visitantes para um jardim lateral que dá acesso à imensa sala de visitas, conjugada com a sala de jantar.

O casarão, construído em estilo colonial paulista, foi descrito por Saint-Hilaire¹, quando visitou a região em 1819: “A casa da fazenda era



ao rés do chão e nada tinha de extraordinária, mas era ampla e muito bem conservada. Na frente, uma extensa varanda oferecia sombra e ar fresco em todas as horas do dia. O engenheiro-de-açúcar, conjugado à casa, fora construído de maneira que, da sala de jantar, pudesse ser visto o trabalho que se fazia junto às caldeiras, e da varanda, o que se passava no moinho de cana. Este último dava para um pátio quadrado. O corpo da casa se prolongava numa série de construções, que formavam um dos lados do pátio, nas quais estavam instaladas a selaria, as oficinas do serralheiro, do sapateiro, a sala dos arreios e, finalmente, a cocheira. Outro lado era construído pelos alojamentos dos escravos casados. Esses alojamentos eram cobertos de telhas e divididos em cubículos por paredes até certa altura. Um muro de adobe fechava os dois lados restantes do pátio.” À exceção do alojamento dos escravos e do muro de adobe, tudo continua lá, cômodos e equipamentos, servindo às novas funções de museu e de apoio para o luto café da manhã colonial oferecido aos visitantes, além de serem a moradia da atual proprietária.

Localizada ao final da grande varanda encontra-se a pequenina capela que conserva o assoalho de madeira, os forros pintados com as imagens de São Joaquim e de Santana, emolduradas por

¹ Biólogo e naturalista francês (1779-1853).

elementos artísticos barrocos. O altar, estreito e ao fundo, é encimado por um pequeno nicho onde se encontra a imagem de Nossa Senhora da Conceição sobre um retábulo de madeira.

9

A viagem continua pela fazenda de meu bisavô.

Situada em terras de floresta na vertente esquerda do Rio Itapecuru, a doze léguas da Vila do Codó, na Província do Maranhão, a Fazenda Mata-Virgem foi formada, por volta de 1860, pelo meu bisavô paterno, Fabio Alexandrino de Matos Palhano. Tudo que sei sobre ela está no livro “Farrapos de Tempos Idos...”², escrito por José Palhano de Jesus, primo de meu pai, que lá nasceu e viveu quando criança, de 1875 a 1888. O livro, escrito em 1933, reúne as lembranças de um menino, certamente avivadas pelos relatos de parentes mais velhos que lá estiveram e com quem José Palhano conviveu depois de adulto.

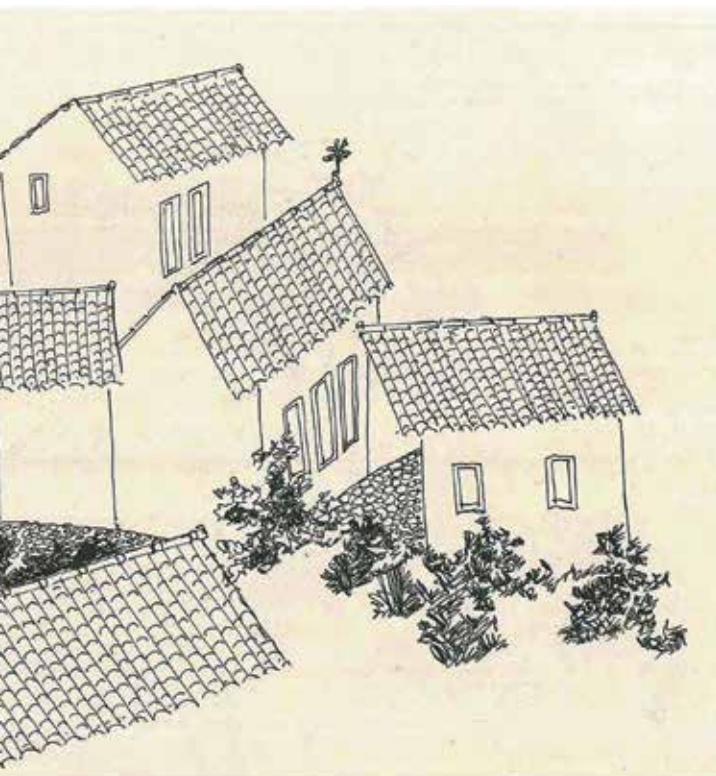
A descrição da fazenda é feita na linguagem de um engenheiro, salpicada aqui e ali por suas recordações infantis: “O pátio da fazenda era um retângulo pouco alongado com os dois ângulos cortados no extremo oposto à casa grande, o que

em rigor lhe dava a forma de um hexágono irregular, mas simétrico em relação ao eixo maior.” (...)

“O lado menor e íntegro era ocupado pela casa grande, ao centro, tendo à direita a casa do engenho e à esquerda a estrebaria seguida do curral. O lado maior da esquerda começava, em frente ao curral, por uma casa de varanda na frente, que por muito tempo foi casa do professor, o português de barbas longas, Sr. Augusto Leonidio. Seguiam-se uns tantos pares de ranchos conjugados para os pretos. No extremo havia outro par, em novo alinhamento com 45 graus de inclinação e, a seguir, mais dois pares no alinhamento do pombal. Do lado direito reproduzia-se, simetricamente, a mesma coisa, com a única diferença de que a casa de varanda era substituída por um par de ranchos igual aos outros, onde morava o feitor branco (que por sinal era mulato), compadre Alfredo. O feitor preto chamava-se Ivo e era escravo. O pátio da fazenda era todo arborizado de mangueiras, no meu tempo ainda novas e pouco frondosas. Ao lado direito dele (tomada sempre a frente da casa grande para referência) ficava, no centro, a saída do caminho do açude e do poço.” (...)



² José Palhano de Jesus – Farrapos de tempos idos..., Ed. Casa da Moeda, Rio de Janeiro, 1950.



Sobre a casa grande, José Palhano nos conta o seguinte:

“Tinha a casa grande, em toda a sua frente, uma varanda coberta de telha e cercada por gradil de madeira, de largo peitoril. Para essa varanda, de terra batida, onde havia um ou dois veneráveis bancos de madeira, largos e longos, encostados à parede, davam sucessivamente as portas e janelas: do quartinho extremo que servia de loja; de dois grandes quartos de meus avós; da sala de jantar; do quarto assoalhado de minha mãe, onde dormíamos os três e onde estava a sua máquina de costura. Seguia-se o quarto dos

hóspedes, muito longo e, como os demais, providos de vários armadores para as redes. Vinha finalmente a capela, já construída no meu tempo e onde assisti ao enterro do meu tio Maneco e de uma irmã de meu avô, a que chamávamos Madrinha Vitória, à imitação de minha mãe” (...).

“À direita da casa grande ficava a vasta casa do engenho, toda coberta de palha de babaçu, como a parte central da casa grande, e também com uma grande varanda de terra batida na frente”.

10

A fazenda produzia quase tudo o que necessitava para a sua atividade agrícola e para a subsistência de seus moradores. Além do plantio e colheita do algodão, cultivava-se lá o milho, a mandioca, o arroz e inúmeros outros alimentos; criavam-se animais e fabricavam-se ou fazia-se a manutenção de vários equipamentos, principalmente os de ferro, couro ou madeira. A rotina incluía o processamento do algodão, da mandioca (farinha), do milho, do arroz; a ordenha das vacas; o abate do gado; a pesca e assim por diante.

Bem diferente da atual, nas áreas urbanas, a rotina de refeições das crianças na fazenda é assim descrita por José Palhano:

“Pela manhã, ao regressarmos do curral [onde tomavam leite tirado das vacas], era-nos servida a primeira refeição quente: na varanda do fundo estendiam-se no solo de barro batido duas meaçabas ou esteiras de pindoba e ali íamos

sentar de pernas abertas, colocando entre elas o prato de mingau de arroz (de leite ou com leite). Eram pratos fundos, bem cheios. O mingau de leite já vinha pronto da cozinha mas o de arroz com leite era composto na esteira (...). Só havia, além do mingau, mais duas refeições quentes regulares: o almoço, creio que às dez horas, e o jantar, suponho que às quatro; o que não significa que ficávamos sem comer nos intervalos. Mesmo não falando nas frutas, tínhamos a pamonha, a canjica de milho verde, o milho assado, o fubá de coco babaçu socado com farinha e açúcar, a castanha de caju, a amêndoa de tucum, o bicho de coco assado no talo de pindoba e mil outras iguarias de toda hora.”

11

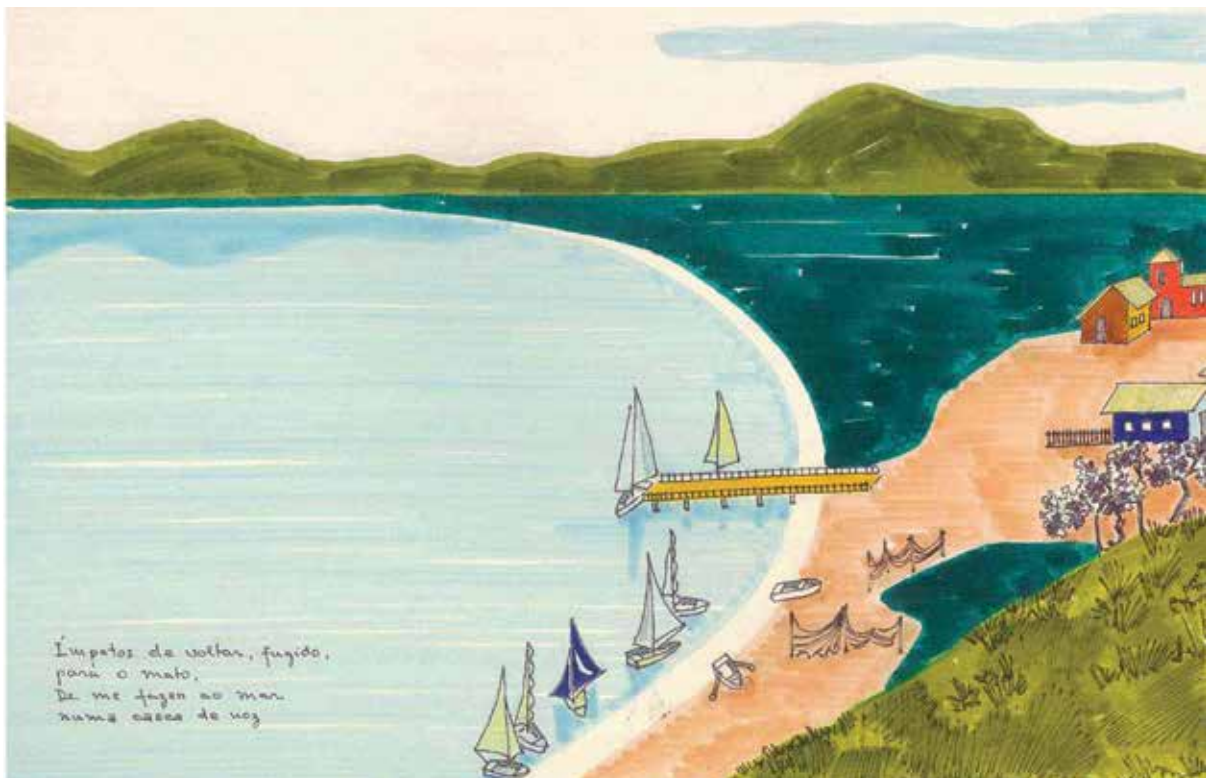
Enquanto na Louisiana os descendentes de Marie-Thérèse Coincoin se defrontavam com a devastação dos seus campos de algodão, durante a Guerra Civil, por volta de 1860-1865, no Maranhão meu bisavô pensava em como tirar partido dos excelentes preços desse produto. Em meados do século XIX, a Guerra Civil reduziu a produção algodoeira no sul dos Estados Unidos, dificultando o suprimento de matéria prima para a indústria têxtil inglesa. Em consequência, os preços do algodão dispararam no mercado internacional.



Fábio Alexandrino, que cultivava as terras exauridas da Fazenda Bacabal (ou Santa Rosa) nas proximidades da Vila do Codó, transferiu-se “com a sua numerosa família, os seus vários agregados e a sua escravatura, tanto própria como arrendada” para a Fazenda Mata Virgem, provavelmente maior e de terras florestais mais férteis, para expandir os seus negócios.

Por quase duas décadas, a fazenda prosperou. Com a retomada da produção nos Estados Unidos depois da Guerra Civil, entre outros fatores, os preços declinaram e a atividade algodoeira no Maranhão entrou em decadência. O golpe final veio com a abolição da escravatura, em 1888. A maioria das propriedades foi abandonada e as famílias dos produtores migraram para São Luiz, Parnaíba e outras cidades.

Durante o período áureo, a produtividade era garantida pela incorporação de terras férteis ao cultivo, com a derrubada constante das matas seculares, e por um método peculiar de controle do trabalho que José Palhano de Jesus descreve da seguinte forma:



“No tempo da apanha do algodão, voltavam os negros da roça, à tardinha, cada um com seu cofo [balaio de vime] à cabeça, ou trazido em carro de boi. Vinham chegando e depositando-os na extremidade da varanda da frente, junto à balança de enormes conchas planas, de madeira, suspensas por correntes de ferro. Caía a noite; no peitoril instalava-se um candeeiro de azeite. Compadre Alfredo, o feitor branco, presidia a pesagem. Era de 3 arrobas³ a tarefa diária, mínima exigida. Punha-se

numa concha o peso de ferro correspondente e na outra o cofo. Se o peso subia era o cesto pacificamente descarregado no paiol apropriado, junto ao da pluma, e o escravo estava livre até pela manhã do dia seguinte quando às 5 horas, partia novamente para a roça. Se, porém, era o cofo que subia, ai do mísero coitado! Compadre Alfredo, ou alguém por ele, aplicava-lhe ali mesmo 25 tacadas de relho cru. A cada chicotada seguia-se um gemido breve e brando, regado de lágrimas.”

3 Aproximadamente 45 quilos.

12

Luiza Benigna Carvalho Palhano (1834-1922), a esposa de Fábio Alexandrino, contraiu tifo depois de adulta, o que tornava precário o seu estado de saúde. Ainda assim, teve dez filhos e viveu até os 88 anos de idade, vindo a falecer em Belo Horizonte onde foi morar com Izabel, sua filha mais nova. Na fazenda, quem cuidava dos filhos pequenos era Luiza, sua filha mais velha que muito cedo ficara viúva. Entre eles estavam Izabel (Belinha), minha avó paterna, Delfina, Otaviano, Joaquim e Maneco, aos quais se agregavam os dois filhos da própria Luiza, Anísio e José (o autor do livro citado).

A prole de Fabio Alexandrino não se restringia aos filhos “legítimos”. Ao que parece, ele teve vários filhos com suas escravas, entre eles ao menos uma era bem conhecida, por ter acompanhado minha avó durante toda a vida: Tetê (Tereza ou Tertuliana). Esses filhos, embora escravos ou alforriados, eram tratados como empregados para serviços domésticos, escapando ao trabalho pesado na roça.

13

Um parágrafo das memórias de José Palhano chama a atenção. É quando ele menciona o velho escravo morador da fazenda chamado ti (tio) João Concõe. Aqui me lembrei do sobrenome de

Marie-Thérèse: Coincoïn. Será coincidência, ou ambos têm uma raiz comum, trazida da África?



“Deve ser 9 horas da manhã. Há muito que os pretos e pretas partiram para a roça, ao romper do dia, com os seus cofos e instrumentos de lavoura às costas, depois do primeiro café. Já o velho ti João Concõe, alforriado espontaneamente pelo tempo, esteve a esquentar sol num banquinho de três pés, à porta do seu rancho e agora, curvado para a terra, marcha lentamente, caminho da fonte, com um caniço ao ombro e um cofinho à cinta.(...) Corria, à boca pequena, que ti João Concõe, altas horas da noite, virava, às vezes, lobisomem.”





14

Depois de 1888, tudo se apaga.

Fabio Alexandrino, com as finanças depauperadas e a fazenda inviabilizada pelos baixos preços do algodão e pela abolição da escravatura, fica gravemente doente, provavelmente um câncer na boca causado pelo uso prologado do cachimbo. Abandona a Mata Virgem e muda-se com a família para a Vila do Codó. Não há registro de quando e onde faleceu, mas tudo indica que foi por volta de 1889 ou 1890, quando tinha algo em torno de 70 anos.

Nessas alturas, os filhos mais velhos já estudavam ou trabalhavam em São Luiz, Parnaíba ou no Rio de Janeiro e é para um desses lugares que os mais novos, pouco a pouco, vão se mudando e construindo novos destinos. Minha avó paterna, por exemplo, muda-se para São Luiz, casa-se com um oficial da Marinha nascido na cidade de Rio Grande, extremo sul do País, e vai se fixar, primeiro no Rio de Janeiro e depois, já viúva, em Belo Horizonte.

Apagam-se, com a chegada do século XX, as memórias de José Palhano de Jesus sobre a sua família de origem. Saindo adolescente da Mata Virgem, ele vai estudar no Rio de Janeiro e lá constitui família e consolida sua profissão de engenheiro. O livro continua – interessante

como sempre – mas focado nas lembranças do seu tempo de estudante na capital do País.

15

Pensei em voltar à região de Codó para dissipar as nuvens que envolvem tanto as origens da família Palhano, quanto o destino da fazenda Mata Virgem depois da morte do meu bisavô. Na incerteza do que poderia encontrar lá, recorri a pesquisas pela internet.

O quadro não é muito animador. A região é, hoje, um território marcado pelo conflito em torno da propriedade de terras, com muitos episódios de violência e morte. O que no passado teria sido a Fazenda Mata Virgem ou parte dela parece ser posse de um político maranhense, acusado, ironicamente, de explorar trabalho escravo. Movimentos de sem-terras e quilombolas reivindicam a desapropriação das terras pelo Governo Federal e sua redestinação, dentro de um ambiente tenso e violento.

Imaginei-me em Codó, fazendo perguntas sobre uma propriedade em litígio e como as

pessoas interessadas reagiriam. Alguma chance de obter respostas construtivas? O caminho talvez seja o de rodear o tema à distância até encontrar uma alternativa segura de abordá-lo *in loco*. É o que pretendo fazer, se a vida me der tempo e saúde.

Quem sabe um dia a Mata Virgem, com sua história e seus personagens, será aberta ao público como o foram a Melrose Plantation, na Louisiana, ou a Fazenda Babilônia, em Goiás?



A painting of a room with a window, a table, and a chair. The window is open, showing a view of a green hillside under a blue sky. A white wrought-iron balcony railing is visible in front of the window. On the left, a blue vase with purple flowers sits on a blue table. Three round, orange-colored objects are on the table. A blue chair is partially visible in the foreground. The walls are a light, textured color.

HISTÓRIAS DE FAMÍLIA

(COM ALGUMA IMAGINAÇÃO)

LUIZ E DIVA

O BONDE DA FLORESTA

Eles se conheceram na Rua da Bahia, em Belo Horizonte. Saindo do trabalho com Juvenal, Diva notou o rapaz moreno, de olhos vivos e testa larga conversando com Jorge Werneck, seu ex-colega na escola da D^a Alzira Lobo. Bom motivo para parar e bater um papo. Logo soube que o rapaz se chamava Luiz e era estudante de engenharia. Não era de hoje que ele acompanhava à distância aquela moça sorridente, de pele muito clara e cabelos curtos, vestida com elegante simplicidade e que chamava atenção pela suavidade de sua beleza.



Diva e Luiz

Foi Jorge quem sugeriu o *encontro ocasional* na Rua da Bahia, para romper de vez com a timidez do amigo. A conversa já ia animada, quando veio a sugestão inevitável. Que tal um sorvete no Bar do Ponto? Eu acompanho vocês até lá, mas não posso ficar, disse Juvenal; a Ilda está me esperando. Jorge ainda ficou um pouco, mas logo se afastou, discretamente, juntando-se ao grupo de colegas que proseava ao lado.

Luiz e Diva emendaram uma conversa longa, como quem não quer perder o momento. Ela contou que havia se formado há pouco tempo na Escola Normal e que, enquanto não arranjava emprego como professora, tinha pegado um bico com Juvenal na Loteria Mineira para ajudar na contabilidade. Foi lá, onde era contador, que ele conheceu sua irmã, Ilda – paixão fulminante – e estão casados há pouco. Fazer lançamentos no livro caixa não era propriamente o que Diva queria da vida. Mas, em vista das dificuldades financeiras que sua família enfrentava, doze filhos e a saúde debilitada do pai, os filhos tinham que se virar muito cedo, mesmo as moças que, em outras circunstâncias estariam esperando marido e ajudando nas tarefas de casa. E você? Pelo jeito não é mineiro. Não, disse Luiz, eu nasci no Maranhão, mas, muito novo ainda, fui morar no Rio de Janeiro com minha família. Depois que

o meu pai morreu, mudamos para Belo Horizonte, minha mãe, eu e meu irmão Syr. Quando terminar a faculdade, se der sorte, arranjo um emprego por aqui mesmo. Ao barulho dos bondes e alarido da rapaziada, o papo continuou por algum tempo, os dois ignorando o que se passava em volta.

Bem, a conversa está boa, mas a essa hora mamãe está me esperando já aflita. Moro numa chácara, ali na Rua Sapucaí, na Floresta. Com essas palavras, Diva, ao mesmo tempo pesarosa e feliz, despediu-se, atravessou a Avenida Afonso Pena e foi tomar o bonde, logo ali na frente do Bar do Ponto. Luiz estava eufórico e nem se lembrava mais da prova de cálculo da manhã seguinte. Seguiu noite adentro, no Bar do Ponto, festejando e comentando com Jorge e os outros colegas o sucesso do “encontro ocasional”.



BELO HORIZONTE NOS ANOS 20



Os anos vinte marcam uma época romântica da história da capital de Minas. Entre passeios de bonde e sessões de cinema, entre conversas nos cafés e o footing, a vida seguia alegre. Belo Horizonte era a “Cidade-Jardim”, onde o verde das árvores saltava das ruas e invadia as casas, tomando quintais e pomares.

Nesse período, a capital viu nascer a geração de escritores modernistas que mais tarde iria se destacar no cenário nacional. Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Luís Vaz, Alberto Campos, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos, João Alphonsus, Abgar Renault e Belmiro Braga, reunidos no Bar do Ponto, no Trianon ou na Confeitaria Estrela, eram rapazes inquietos que mudaram o panorama da literatura brasileira.

No campo das artes e da cultura, a cidade experimentou um grande desenvolvimento. Enquanto o Teatro Municipal vivia anos de glória, novas salas de cinema eram inauguradas como os cines Pathê, Glória, Odeon e Avenida. Em 1926, o maestro Francisco Nunes fundou o Conservatório Mineiro de Música. No ano seguinte, era criada a Universidade de Minas Gerais. Em 1929, fundou-se Automóvel Clube, ponto de encontro da elite belo-horizontina.

Como um reflexo do fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a indústria de Belo Horizonte ganhou impulso na década de vinte. Os serviços urbanos foram ampliados para atender a uma população sempre crescente. Parecia, finalmente, que a modernidade tinha chegado à Capital. Foram inauguradas grandes obras, como o viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem e o Mercado Municipal. Os automóveis circulando pelas ruas tornaram-se comuns, exigindo a criação de um código de trânsito e de auto-escolas. Surgiram também os auto-ônibus, complementando os serviços de bondes.

Como prova do desenvolvimento e do prestígio, Belo Horizonte recebeu a visita dos reis da Bélgica, em 1920. Na ocasião, toda a Praça da Liberdade foi reformada, adquirindo o seu aspecto atual. Em 1922, para comemorar os cem anos da independência do Brasil, a Praça 12 de Outubro passou a se chamar Praça Sete de Setembro e ganhou o famoso “Pirulito”!

Texto adaptado de www.portalpbh.pbh.gov.br. Localizar no “Mapa do Site”: História/Coletâneas de História/ História de Belo Horizonte/Anos 20 e 30 - A poesia toma conta da cidade. Pesquisa feita em 18/11/2008.



O namoro continuou nos dias, nas semanas e nos meses seguintes, cumprindo o mesmo ritual. Encontravam-se sempre no final da tarde, Diva descendo a Rua da Bahia, depois do trabalho, e Luiz esperando por ela em frente ao Bar do Ponto. Juntos, pegavam o bonde para a Floresta. Nada de descer na Avenida do Contorno, ponto mais próximo da Chácara, pois a conversa era longa para um percurso tão curto. Seguiam até o final da linha, na Rua Pouso Alegre e voltavam. Diva descia na Contorno com Sapucaí e Luiz continuava até a Avenida Afonso Pena, onde tomava um outro bonde, saltando em frente ao Colégio Arnaldo. Dali era um pulo até a Bernardo Monteiro 921, onde ele morava. Ambos guardavam uma distância prudente da casa do outro, intimidade que seria excessiva na falta de um compromisso mais firme. E, cada vez mais foram se encontrando um no outro. Em 1927, quando começaram o namoro, Diva tinha 21 anos e Luiz 23.

O lugar desse encontro era Belo Horizonte e já havia se passado quase três décadas desde que a cidade fora fundada, embora fosse ainda um centro jovem e vibrante.

Para namorar, bem melhor do que o bonde da Floresta, sempre apinhado de gente na saída do expediente, eram as festas no clube Belo Horizonte ou na casa do Dr. Hugo Werneck, pai do amigo Jorge. Nos intervalos da dança havia sempre uma varanda ou uma sombra no jardim, sob o céu estrelado, onde se podia roubar um beijo e sentir o arrepio de uma carícia.



Luiz Azevedo Cadaval, Izabel Palhano Cadaval e Luiz Palhano Cadaval

O NOIVADO

Depois de dois anos de namoro, Luiz ainda não estava formado, mas achou que era hora de começar vida nova. O ponto de partida era o noivado e isso tinha lá os seus problemas. Embora nenhum dos dois tivesse entrado na casa um do outro, as famílias já sabiam do namoro e até mesmo desejavam uma aproximação maior. Mas, daí a enfrentar Da Nazinha e “seu” Francisco, pais de Diva, ambos muito austeros, ele até mesmo ríspido, havia uma distância razoável. Juvenal, já bem entrosado na família, foi convidado para pedir a mão de Diva. E lá se foram, no dia marcado, muito enfatiotados, D^a Belinha, Syr e Luiz, à chácara dos Guimarães.

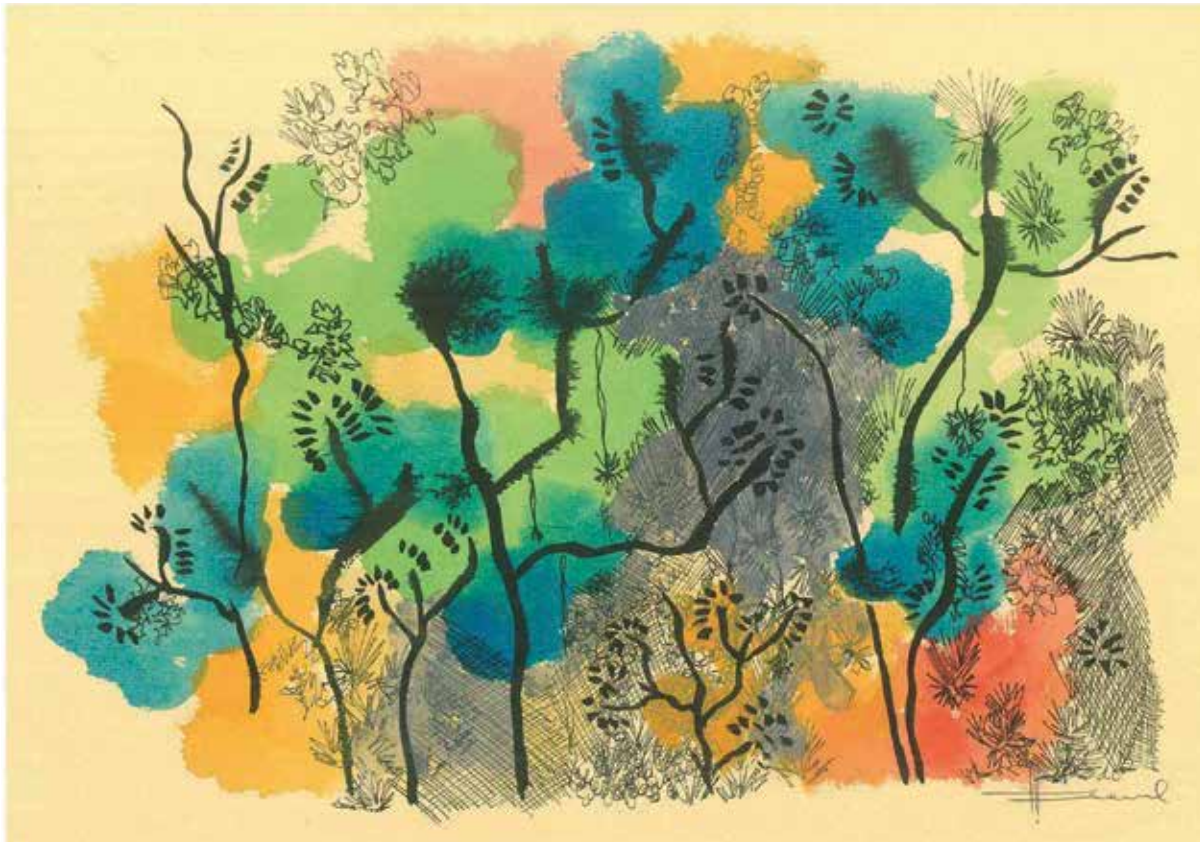
A entrada da chácara era pelo alto da Rua Sapucaí, de onde se avistava, ao fundo da ribanceira, os trilhos e a estação da estrada de ferro. No centro do terreno, cercado de arame farpado coberto de maricá, ficava a casa, simples e ampla, de dois pavimentos. Chegava-se ao andar de cima por uma escada rústica de cimento, sem corrimão; nele ficavam a sala, a cozinha e os quartos do casal e das filhas. Os filhos e os agregados, gente conhecida de Sabará, ocupavam o

andar de baixo. À noitinha, quando chegaram, não dava para ver a horta e o pomar, que Luiz só iria conhecer dias mais tarde. O Rubin, um pedreiro espanhol que trabalhara para o seu Francisco, havia plantado uma macieira junto à porta da cozinha que, desafiando o clima quente da cidade, dava frutos todos os anos. Para sua surpresa, Luiz descobriu também que cada filha tinha uma árvore: a de Diva era uma mangueira.

A iluminação era precária e havia pouco tempo que substituíra os lampiões a querosene. Não havia banheiro, as necessidades eram feitas numa privada de madeira fora da casa e o banho era tomado com bacia, nos próprios quartos, onde ficavam também os enxergões¹, com colchões de palha, dispostos um ao lado do outro. Na cozinha, chamava a atenção um grande fogão de rabo, à lenha, sempre acesso, com o bule de café fumegante.

Foram recebidos por Diva e Juvenal, acompanhados de D^a Nazinha. Seu Francisco, já muito doente, esperava na sala para evitar sereno. Aos poucos chegaram os outros moradores da casa: as filhas – Olga, Ara, Ilda, Dulce, Dora e Zulma – os filhos, Ninico, Tenente, Elton, Nhonhõ e Elminho

¹ Espécie de estrado de madeira com base trançada em arame.



e os agregados, que à época do noivado eram Otávio Sepúlveda, Martiniano, Adauto e Zezinho. Para alívio de todos, a visita foi breve e chegou ao fim sem maiores percalços, apenas envolta num clima que estava longe de ser descontraído, talvez pelo desconhecimento mútuo, talvez pela presença de gente refinada, como D^a Belinha e seus filhos. O licor de jabuticaba, servido com olho de sogra, bala de coco e biscoitinhos de nata, foi muito elogiado e ajudou a quebrar um pouco a formalidade do ambiente.

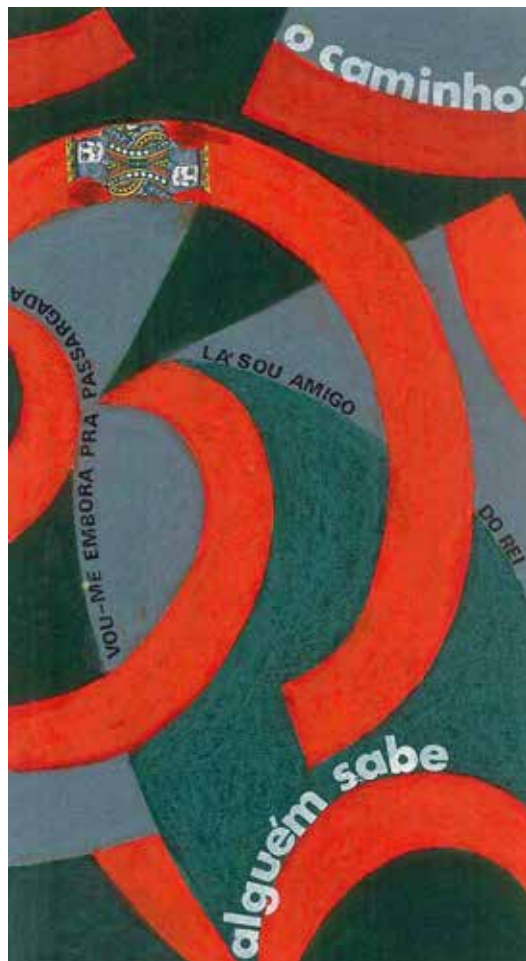
Durante o noivado, Luiz podia frequentar a casa, mas com hora marcada para se retirar. Os encontros no bonde da Floresta continuaram. Saídas à noite só acompanhados e os “paus de cabeleira” mais comuns eram Dora e Luiz Souza Lima, amigo de confiança da família. Já idosa, Diva se lembrava com saudade das festas dessa época em casa de suas primas, filhas de Altina e Aurélio Lobo.

Até o casamento, D^a Belinha continuou a ser quase uma estranha para Diva, que apenas uma ou outra vez entrava na casa da Bernardo Monteiro,

recém construída, sempre em ocasiões formais, como uma festa de aniversário ou durante a visita anual de Nossa Senhora. A verdade é que, duas personalidades fortes, uma não simpatizava com a outra e essa dificuldade viria a se acentuar mais tarde, depois do casamento.

D^a Belinha, cujo nome de casada era Izabel Palhano Cadaval, nasceu em Codó, no Maranhão, onde seu pai era um grande fazendeiro, produtor de algodão e dono de muitos escravos. Terminada a guerra civil americana, os Estados Unidos voltaram a ser grandes exportadores de algodão e a agricultura algodoeira do Nordeste brasileiro não suportou a concorrência, entrando em decadência. A família de D^a Belinha abandonou a fazenda Mata Virgem e radicou-se principalmente em São Luiz e no Rio de Janeiro. Izabel conheceu seu futuro marido, o então Capitão de Fragata Luiz de Azevedo Cadaval, natural da cidade de Rio Grande (RS), quando estava visitando uma prima em Belém. Casaram-se e moraram em várias cidades, fixando-se no Rio de Janeiro por volta de 1910, época em que Luiz Azevedo foi nomeado Contra-Almirante da Marinha. Seu filho, também batizado Luiz, nasceu no Maranhão, mas ainda pequeno mudou-se com a família para o Rio, onde eles moravam numa mansão da Rua Conde do Bonfim, na Tijuca.

Quando o marido morreu de um acidente em 1912, Izabel tinha 36 anos e dois filhos pequenos, Syr, de 14 anos, e Luiz, de apenas 7 anos. No meio de uma crise de depressão, viajou para Belo Hori-

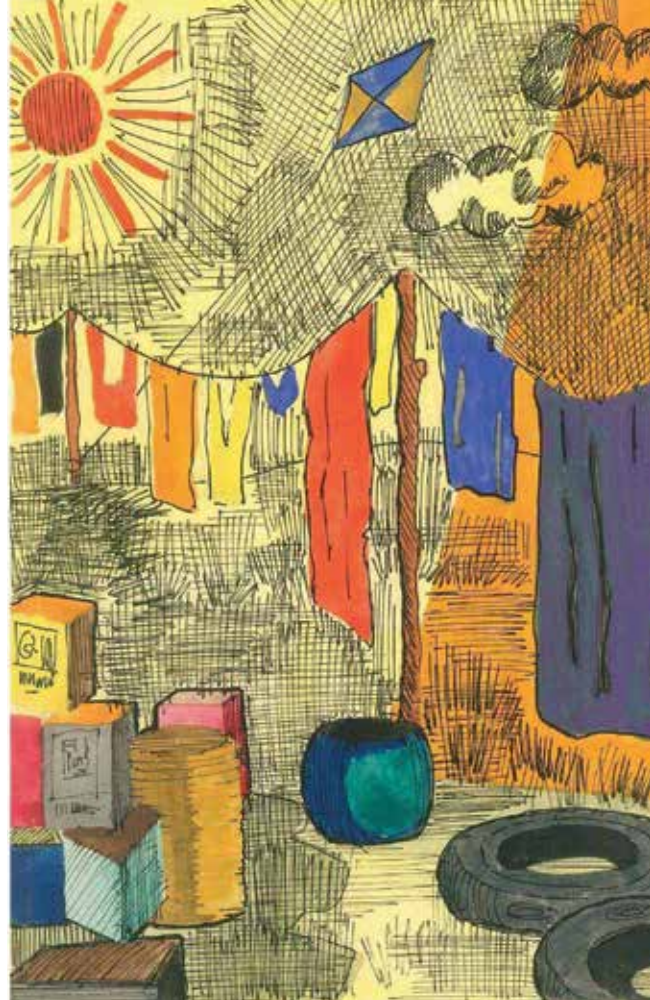


zonte a fim de se encontrar com sua irmã mais velha, Luiza, que estava passando uma temporada ali. Gostou tanto da cidade que para lá se mudou com os dois filhos por volta de 1916-1917.

A pensão de Almirante que o marido deixou para D^a Belinha dava a ela uma condição financeira excepcional na Belo Horizonte do início do século, uma cidade de funcionários públicos e operários. Tanto é assim que, depois de curta temporada numa mansão na Rua da Bahia, D^a Belinha alugou a casa do então Presidente da República, Rodrigues Alves, na Rua Aimorés, quando ele se mudou para o Rio de Janeiro. O passo seguinte foi construir sua própria casa na esquina da Av. Bernardo Monteiro com Padre Rolim.

Com D^a Belinha e os filhos, vieram morar em Belo Horizonte duas irmãs, Delfina e Tertuliana (que todos chamavam Tetê). Delfina, uma mulher delicada e sensível, era três anos mais velha do que Belinha e cedo ficou com problemas de audição e locomoção, quase não saindo de seu quarto. Tetê, uma mulata forte e sorridente, já de idade avançada, era tratada como empregada da casa, embora fosse filha natural do pai de Belinha com uma escrava da fazenda, condição que nem sequer podia ser mencionada na família. Viveu até os 105 anos.

Uma renda confortável, o convívio com família de militares de alta patente, uma cria-



dagem sempre à disposição e o ir-e-vir cosmopolita deram à Belinha ares de aristocracia. Junte-se a isso uma personalidade forte e tem-se uma mulher sempre ativa que quer impor os seus padrões a todos que a rodeiam, custe o que custar. Hábitos requintados de correspondência, culinária elaborada, prática religiosa, elegância no vestuário e nos modos de se comportar em público eram cultivados, tanto quanto o desprezo pelos serviços e pessoas humildes. Isso não combinava, decisivamente, com Diva.

O casamento de Luiz e Diva foi muito simples, renunciando o estilo que levariam a vida inteira. A cerimônia íntima reuniu um pequeno grupo de parentes e amigos na chácara onde Diva morava. Seu Francisco já estava muito doente e sem condições de arcar com as despesas de uma



festa e, por isso, não houve convites. Alguns dias depois, os recém-casados colocaram no correio uma mensagem nos seguintes termos: “Diva Guimarães Cadaval e Luiz Palhano Cadaval participam seu casamento. 15-4-929. Av. Bernardo Monteiro, 921. Belo Horizonte”. D^a Belinha não gostou, pois queria ver os nomes das famílias impressos no comunicado. Não houve acordo.

O endereço foi o da primeira residência dos dois, a própria casa de D^a Belinha, que tinha quatro quartos além de um apartamento anexo, dando para a Rua Padre Rolim. Não era espaço suficiente para abrigar duas personalidades fortes, como ficou claro depois do nascimento de Maria Neuza e de Paulo Nery.

PÉ NA ESTRADA

Quando Luiz se formou, em dezembro de 1931, Maria Neuza já estava com sete meses e Diva grávida de Paulo, que nasceria em meados do ano seguinte. Em plena crise econômica, não estava fácil conseguir emprego como engenheiro. O que estava mais à mão era trabalhar para o Governo na construção de estradas e ferrovias no interior do estado. Ele não hesitou e, literalmente, pôs o pé na estrada com toda disposição. Diva ia atrás com os meninos pequenos, morando em condições precárias nas cidades próximas às obras. Luiz





ora ficava nos canteiros de obras, ora morava na cidade, dependendo das possibilidades. Moraram em tantos lugares que a memória não conseguiu guardar todos: São José da Barra, Itapecerica, Lavras, Formiga, Caxambu, Poços de Caldas ...

Para Diva, o mais difícil não era o desconforto, ao qual estava acostumada na chácara da Floresta. Ela sentia mesmo era a falta do convívio com a mãe e as irmãs, tão importante para quem, inexperiente, entre 20 e 30 anos, tinha que lidar com duas crianças pequenas. Às vezes havia uma surpresa.

Nessa época, Nhonhô, irmão mais novo de Diva, trabalhava com Luiz na construção de uma estrada perto de São José da Barra. Diva, com Paulo e Maria Neuza ainda bebês, vivia na cidade próxima, quase um povoado, sem notícias de casa e isolada de tudo e de todos. O telefone do posto mais estragava do que funcionava. A vontade era de chorar e sair correndo com as crianças para

encontrar uma alma amiga, não importa quem fosse. Ah, se eu soubesse dirigir, pensava ela, pegava o Ford bigode de Luiz e me mandava para Belo Horizonte. Era uma sexta feira e ela saiu a perambular, junto da casa, enquanto os meninos dormiam. Mas, onde estava o carro? Será que roubaram? Quando Luiz chegar vai ficar uma fera, foi o primeiro pensamento que lhe veio à cabeça. Não deu outra: voltando do canteiro de obras, já ao anoitecer, Luiz ficou branco ao receber a notícia do sumiço do carro e correu para falar com o delegado, que a essa hora já comemorava o fim de semana na venda do Tônico. Entre “vamos ver” e “fique calmo”, nada foi feito e os dois, Diva e Luiz, passaram um fim de semana de cão. Se ao menos Nhonhô estivesse por aqui para ajudar na busca ... Mas não, ele havia pedido uma licença e, na sexta à tarde fora para Belo Horizonte passar o fim de semana. Feliz dele, na flor dos 20 anos.

Domingo, uma tarde modorrenta, Luiz sintoniza o rádio na sala quando escuta buzinas insistentes e o barulho inconfundível do Fordinho. Não tinha dúvidas, era ele. Diva deixou Paulo no berço, veio correndo e os dois foram para a rua, com o coração acelerado, para receber o bem-vindo. Eis que surge, no meio do poeirão, Nhonhô descendo do carro, todo feliz, e ao seu lado, D^a Nazinha, com ares de cúmplice. A satis-

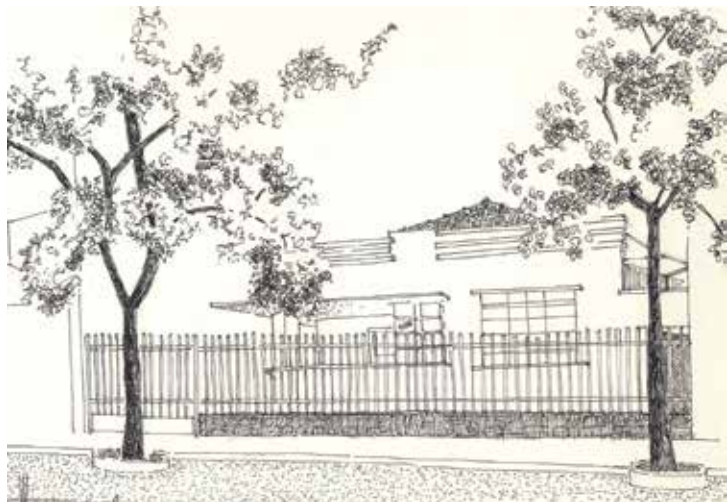
fação de ver a mãe abafou em Diva a vontade de espinaftrar Nhonhô que havia roubado o carro para fazer farra em Belo Horizonte. Luiz não ousou soltar a sua raiva e Nhonhô recolheu-se, estrategicamente, à venda do “seu” Tônico para comemorar o fim do domingo.

O vigor da juventude ainda estava lá, mas, depois de alguns anos de vida nômade, o bom senso prevaleceu e Diva resolveu instalar-se na casa de D^a Belinha e esperar o retorno de Luiz nas folgas do trabalho. Foi muito bem recebida de início. Entretanto, nora e sogra repetiram a saga milenar e, pouco a pouco começou a faltar espaço para o mando. O conflito se instalou. A gota d’água foi a insinuação, mil vezes repetida por D^a Belinha, de que Diva deveria entregar Maria Neuza para ela criar. Não fora assim com ela mesma, no Codó, criada pela irmã mais velha depois que a mãe adoeceu? Diva engolia em seco e deixava passar. Até que um dia, sem mesmo falar com Luiz, alugou uma casa ali perto, na Rua dos Otoni, e mudou-se para lá. Luiz, já cansado com as rinhas, concordou de imediato, mas começou a tomar providências para construir a sua própria casa. Com a ajuda da mãe, que não conseguindo aninhar o casal preferiu a proximidade, comprou um terreno na Rua Padre Rolim. A construção da casa terminou em 1933 e, com alguns acrés-

imos, continuou lá 75 anos depois, cercada de arranha-céus.

Os tempos eram difíceis e, para construir a casa, Luiz tomou um empréstimo de 20.000 contos de reis na Caixa Econômica.

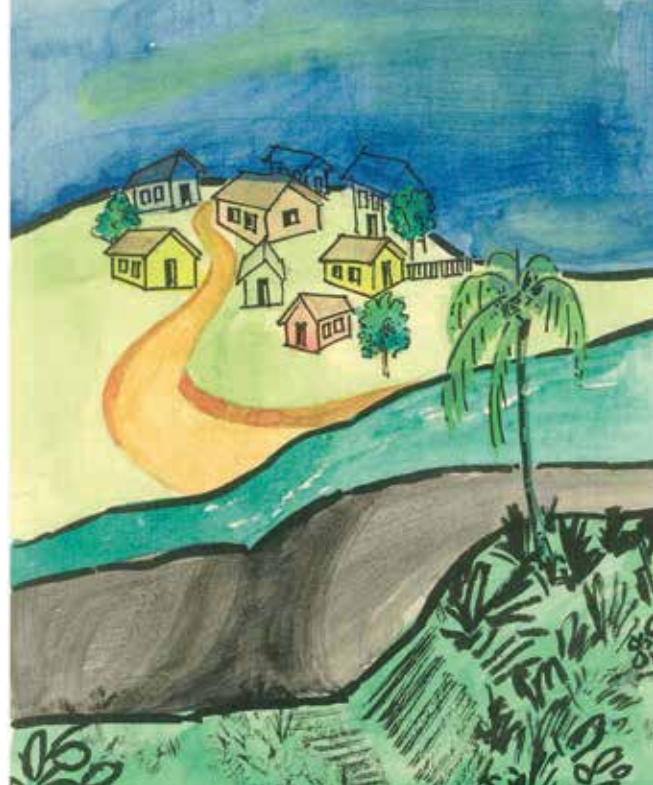
De início era uma casa térrea com três quartos, duas salas conjugadas, banheiro e cozinha. Na frente e do lado esquerdo uma faixa de jardim com canteiros e piso de tijolo. O murinho, como era chamado, marcava o limite da rua e, mais do que proteção, como a grade alta que o substituiu anos depois, era o lugar preferido das crianças para



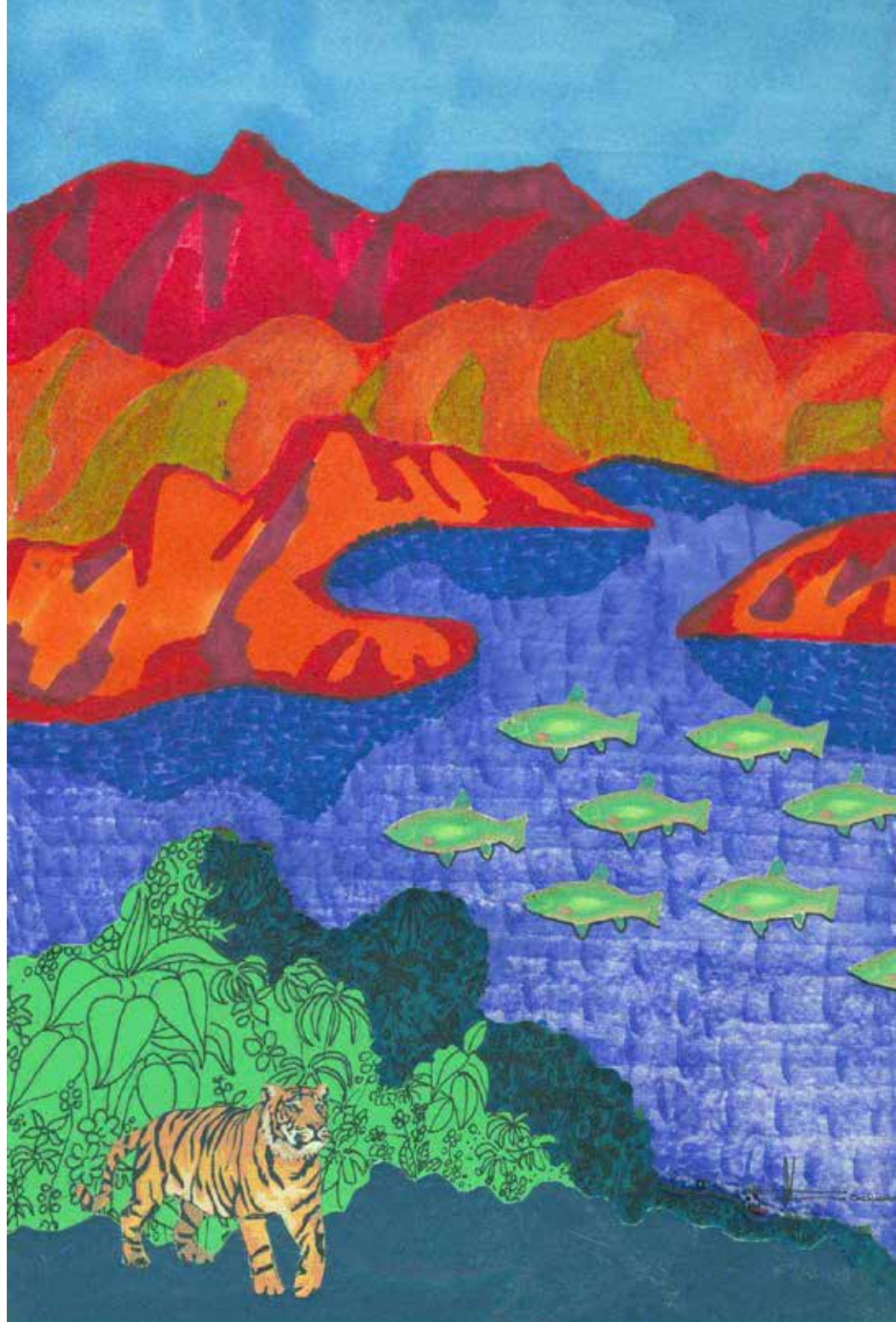
observar, sentadas, o que se passava na rua. Três degraus de escada davam acesso ao alpendre e à porta da sala. O revestimento das paredes externas era cinzento, de pó de pedra que refletia a luz do sol nos fragmentos de mica, produzindo um efeito mágico que encantava os olhos. Do lado direito ficava o portão de acesso a um corredor externo para o qual se projetavam as janelas dos quartos. No fundo, uma faixa estreita de quintal e o barracão com o tanque ao lado, área de serviço e de moradia das empregadas.

Com o aumento da família, a casa ganharia, mais tarde, dois outros quartos e uma copa, mediando o espaço entre a sala, a cozinha e o banheiro.

Entre a casa de D^a Belinha, de esquina, e a de Luiz e Diva espremia-se um pequeno apartamento que, por muitos anos, foi alugado pelo Dr. Juvenal, colega de serviço de Luiz, e sua esposa, D^a. Dina, que não tinham filhos. A entrada era por um pátio ladrilhado que dava frente para a Rua Padre Rolim, mas havia também uma porta, sempre trancada, que comunicava o apartamento com o alpendre da casa de D^a. Belinha. As crianças circulavam entre esses espaços como se fossem a sua própria casa, sem noção de propriedade ou privacidade, coisas que só diziam respeito aos adultos.



Hoje, a rua é um espaço agressivo que todos evitam, na medida do possível. Nem sempre foi assim. As redondezas da casa de Luiz e Diva eram, por excelência, um espaço de convivência e socialização de crianças, jovens e idosos. Todos se conheciam. Além do Dr. Juvenal e D^a. Dina, a D^a. Izaura e seu Levy Leste, D^a. Iá e D^a. Elza, Dr. Gastão Behring e D^a. Mariana, Dr. João Vasconcellos e Eunice, Dr. Ismael Faria, D^a. Liça, Cel. Bragança, Heitor Menin, Mario Coutinho e Cecília, D^a. Milota, família d'Ávila, os Tenuta, D^a. Benvinda de Carvalho, Zé Santeiro e Lourdes, as “compridas” e tantos outros. Nos sobrados da frente ficavam duas repúblicas, onde moravam estudantes de medicina, – a Amor e Cana e a Canaã – e a casa da D^a. Anita, que alugava quartos e dava pensão para estudantes.



De onde pra onde caminha o sol na Padre Rolim? Pedro Nava², que morou ali com sua mãe nos tempos em que Luiz ainda era adolescente, responde de forma belíssima num dos seus livros de memórias: “Esse logradouro corta o bairro e a cidade na direção leste oeste, desaguando, lado oriente, na Avenida do Contorno e lado ocidente, na Avenida Mantiqueira. Essa posição lhe dá sol dia inteiro e ela fica cor de ouro branco pela manhã, de ouro fino à luz zênite, de ouro vermelho à tarde e de ouro preto à noite. Se tem lua – então fica de prata. Sua luminosidade contrasta com o tom acobreado e crepuscular da Avenida Bernardo Monteiro ainda cheia dos velhos fícus de outrora. São estes e a terra da alameda central do logradouro – que dão ao lugar seus coloridos especiais. Duas cores só – o verde e o marrom – mas ambos com todas as nuances graduadas pelas estações, pelas noites claras ou de breu, pelos dias limpos ou de chuva, pela hora do nascente, do meio-dia, do poente.”³

Com o passar do tempo, Luiz conseguiu um emprego na Secretaria de Viação e Obras Públicas, que acumulou, até quase o final da vida, com outro na SIT, empresa de construção, onde cuidava de instalações elétricas e hidráulicas. Os filhos foram nascendo mais ou menos a cada

três anos. Depois de Maria Neuza (que todos chamavam Maninha) e de Paulo, vieram Carlos Alberto, Maria Sílvia, Mauricio, Maria Lúcia e Daisy. Todos receberam nomes duplos, embora o tempo tenha mantido no esquecimento o Nery de Paulo, o Eduardo de Mauricio e o Maria de Daisy. O Hospital São Lucas, com uma das melhores maternidades de Belo Horizonte, ficava logo ali, a poucos metros da Padre Rolim, mas Diva teve todos os sete filhos em casa.

Aos poucos, a situação econômica de Luiz foi melhorando e o empréstimo da Caixa Econômica pôde ser pago. Mas, a verdade é que, com o aumento da família, o dinheiro não chegava até o fim do mês. Em alguns momentos, a ajuda de Syr, engenheiro da Rede⁴ que ganhava bem e não tinha filhos, foi providencial, completada pelos mimos de D³ Belinha.

Com todas as dificuldades, Luiz sempre teve um carro velho. Paulo sabe contar histórias deliciosas de alguns deles, acontecidas nos anos 50⁵. Antes e depois, outros carros fizeram parte da família, sem que a memória os tivesse alcançado.

O programa de domingo era sempre o mesmo. De manhã, Diva ia à missa na capela do Colégio Arnaldo com os meninos, quase sempre acompanhada de D³. Belinha, Titia⁶ e Tetê. Luiz,

2 Pedro Nava, nascido em 1903, é reconhecido como um dos melhores memorialistas do Brasil. Formou-se em medicina pela Universidade de Minas Gerais em 1927. Sua obra mais conhecida, “Baú de Ossos”, foi publicada em 1972, seguindo-se “Balão cativo”, “Chão de ferro”, “Beira mar”, “Galodas trevas” e “O Círio perfeito”. Morreu no Rio de Janeiro em 1984.

3 Pedro Nava, Galo-das-Trevas, Ateliê Editorial, São Paulo, 2003, p. 311 e 312.

4 Rede Mineira de Viação, companhia de estradas de ferro do Estado existente à época.

5 Ver “Os carros de Luiz” mais adiante.

6 “Titia”: assim era chamada Delfina de Carvalho Palhano, irmã de Da. Belinha, pelos sobrinhos netos.



ateu confesso, se recusava a ouvir os sermões dos padres alemães que, segundo ele, eram “cacetes demais”, cheios de promessas de inferno para os pecadores da paróquia. O almoço era em casa, não faltando o macarrão com frango assado, de praxe aos domingos. À tardinha, uma visita, na maioria das vezes à D^a. Nazinha, mãe de Diva, que, depois que o marido falecera, morava com Olga na casa da Rua Silva Ortiz.

Uma vez ou outra, Luiz passeava com os meninos no Parque⁷, onde as diversões preferidas dos meninos eram dar farelo de pão para os patos que nadavam no pequeno lago circular e brincar nas gangorras e escorregadores.

A CASA DA PAMPULHA

Com essa rotina domingueira, a família só poderia receber a boa nova com alegria. Numa segunda feira, à hora do jantar, Luiz contou que havia comprado um terreno na Pampulha, isto é, vocês entendem..., perto, mas não ao lado da represa da Pampulha. A ideia veio do Schmidt⁸, seu colega na Secretaria de Viação, que também comprou um terreno na mesma área e já se preparava para construir um chalé.

Você entende, Diva, agora já são quatro meninos e precisamos arranjar uma diversão melhor para eles nos fins de semana; além do mais, já acabamos de pagar o empréstimo da Caixa Econômica e o terreno é bem barato. Mas, não fica muito longe? perguntou Diva. Bom, não é como daqui até ali na esquina, mas acho que dá para ir com facilidade. Para chegar lá basta pegar o bonde até o final da Antônio Carlos, descer a pé para o Aeroporto, atravessar a pista e pronto. O ônibus é uma opção melhor, pára na frente da estação de passageiros do Aeroporto, mas custa mais caro. As obras que o Juscelino está fazendo na Pampulha certamente vão valorizar – e muito – os terrenos por lá.

Negócio feito, agora era tomar posse do terreno e, quando der, construir uma casinha pequena, que possa crescer com a família. A essa altura a família já incluía, além de Maninha e Paulo, já grandinhos, Nonô e Naná⁹. Quando Mauricio nasceu, a casa da Pampulha já estava pronta e havia algumas plantas espalhadas pelo terreno arenoso, sinais da vitória sempre precária contra a secura do solo e as saúvas, abundantes e famintas. A água vinha

⁷ Parque Municipal, flanqueado pela A. Afonso Pena.

⁸ Eduardo Schmidt Monteiro de Castro, engenheiro.

⁹ Nonô e Naná são, respectivamente, os apelidos de Carlos Alberto e Maria Sílvia.

de uma cisterna escavada junto à cozinha. No início a água era retirada com balde, preso por uma corda à manivela, que, por sua vez, era apoiada num cavalete de madeira; mais tarde, como diz Paulo, veio o avanço da tecnologia e foi colocada uma bomba manual.

O terreno de 2.000 m² era retangular e, no centro dele, foi construída a casa com uma sala grande, dois quartos, banheiro e, no fundo, uma cozinha com fogão a lenha. A iluminação era por lampião à gás com camisinha, que produzia uma luz muito forte.

Além de Luiz, Diva e os filhos, a casa da Pam-pulha era frequentada pelos parentes e pelos amigos de cada um, entre eles Tenente, Nhonhô, os primos, filhos de Ara e Octávio, Murilo Menin, Mario Lott e muitos outros.

Chegar até lá não era tão fácil como Luiz imaginava. Do alto da Avenida Antônio Carlos, final da linha de bonde, aquele bando de meninos e adultos, carregados de sacolas, balaios e pacotes, comandados por Luiz e Diva, descia o morro até a estação de passageiros do Aeroporto. Dali era preciso cruzar a pista de grama, onde raramente



descia um avião, e seguir por um caminho de terra até o ribeirão¹⁰. A travessia era feita por uma pinguela¹¹ muito estreita que amedrontava até os mais experimentados. Titia era uma das que mais temiam a pinguela. Para atravessá-la, fechava os olhos e ia, passo a passo, conduzida por um dos sobrinhos. Alguns anos mais tarde, Daisy também empacava na pinguela, indo em frente a duras penas, com a meninada rindo a valer. Depois era só subir a meia encosta para chegar à casa.

O que se fazia lá? É Paulo quem explica. “Apesar de a terra ser muito ruim, só areia e cascalho, vivíamos plantando qualquer coisa, desde milho e mandioca a flores; de um dos lados do terreno plantei algumas mudas de eucalipto junto à cerca de arame farpado. Muitos fins de semana foram dedicados a tapar as bocas de formigueiros e introduzir fumaça de enxofre em uma delas com a ajuda de um fole para matar as formigas. Havia também muito pernilongo, mas os meninos não podiam reclamar disso. Ganhei de Nhonhô um radiogalena¹²; eu e Papai passávamos horas tentando sintonizar alguma estação com aquela geringonça que usava a cerca de arame farpado como antena. Quando conse-

guíamos, todo mundo vinha correndo, guardando silêncio absoluto para ouvir alguma coisa. Eu e o Mario Lott passávamos muito tempo no alto do morro, observando a pista do aeroporto e a Base Aérea, na esperança de ver um avião chegando ou saindo, o que era raro; se aparecia algum, era motivo de muita alegria e assunto para o resto do fim de semana. Certa vez alguém descobriu nas imediações da casa muitos pés de goiaba vermelha, repletos de frutos maduros. Logo catamos uma enormidade e Mamãe organizou a fabricação da goiabada. Voltamos para casa no domingo carregados de doce.”

Passear na casa da Pampulha era um “programa de índio”, mas sempre muito apreciado. Divertia-se à beça!

Com os filhos crescendo, mudando e casando, ninguém mais ia à casa da Pampulha. Diva contratou um caseiro para manter as coisas em ordem, mas, em vez disso, ele vendeu e cedeu partes do terreno a outras pessoas que construíram ali os seus barracos. Nos anos 70 a área se transformou numa grande favela e a casa da Pampulha virou apenas lembrança.

10 Dreno da represa.

11 Pinguela: tronco ou prancha que serve de ponte sobre um rio.

12 Radio de galena: aparelho rudimentar de rádio no qual se usa o cristal de galena ou sulfeto de chumbo.





A VIDA CONTINUA

E assim, o tempo foi passando e a família crescendo. Os que eram meninos se tornaram adultos e fizeram suas próprias vidas, mas isso é outra história. Diva engavetou o sonho de ser professora e dedicou seu tempo a espalhar amor e firmeza para toda uma geração de pessoas, filhos, netos, bisnetos, parentes e amigos. Morreu aos 101 anos, em fevereiro de 2008. Luiz foi o esteio. Discreto e sorridente, era o espelho em que todos se miravam, silenciosamente. Parece ter sido feliz, apesar de uma longa doença na velhice. Morreu em Belo Horizonte aos 89 anos.

ORIGENS DA FAMÍLIA CADAVAL

Não é de hoje que circula entre alguns parentes a versão de que o sobrenome Cadaval estaria ligado à linhagem dos Duques de Cadaval, de Portugal. Essa versão foi reforçada quando Luiz recebeu a carta de um desses nobres portugueses pedindo informações sobre as origens da família no Brasil (e nunca respondeu). A verdade é que ninguém tinha essas informações e os Cadaval brasileiros continuaram sem direito a um título nobiliárquico e a uma quinta no interior de Portugal...

Mitos como esse surgem quando a nossa curiosidade natural em relação às origens não encontra resposta no conhecimento objetivo dos fatos. O mito, não é tanto uma mentira coletiva, mas sim o esforço para entender o passado, incitando as pessoas a ultrapassar seus próprios limites e elevar-se para os modelos sociais, religiosos etc. O que eu me pergunto sempre é porque algumas pessoas da família elegeram como “modelo” essa estrutura arcaica da nobreza...

Para ser sincero, sempre duvidei dessa origem nobre. Cadaval, em Portugal, é a designação de um título nobiliárquico antigo e não um sobrenome de família. O nome do primeiro Duque de Cadaval, que viveu no século XVII, era D. Nuno Caetano Alvarez Pereira de Melo. Atualmente, quem tem o título é uma mulher, a 11a. Duquesa de Cadaval, nascida em 1978 e que

se chama Diana Mariana Vitória Álvares Pereira de Melo. Escritora com três livros publicados, dizem ser também uma excelente empresária que administra as propriedades da família em Évora e outras localidades de Portugal. Casou-se com um nobre francês e tem uma filha.

Em 2007, incomodado com a ignorância sobre o passado de nossa família, mas sabendo que o meu avô nasceu na cidade do Rio Grande, contratei um especialista de Porto Alegre para fazer uma pesquisa nos inventários da família Cadaval existentes no Rio Grande do Sul. O que vem a seguir é, em parte, resultado desses levantamentos.

Anastácio Francisco desembarcou no Porto de Recife, no final do século XVIII, com a intenção de começar vida nova na colônia. Vinha de Portugal e, ao que parece, deixou lá os seus filhos do primeiro casamento (Antônio José das Mercês, Gertrude Maria, Bernardina Maria das Mercês e Lourenço Francisco). O sobrenome Cadaval veio, provavelmente, do lugar onde nasceu. Por muito tempo, em Portugal, a maioria das pessoas simples não era registrada com um sobrenome e se identificavam ora pelo lugar onde nasceu, ora pela profissão ou outra característica. Assim Anastácio Francisco poderia ser conhecido por sua proveniência, ou seja, de Cadaval. O problema é que tampouco os nomes dos lugares permaneceram constantes ao longo dos anos. A pequena



cidade de Cadaval, que hoje existe próxima de Caldas da Rainha, pode ter tido outra denominação no passado e outra localidade ou região é que se chamava Cadaval. Ou seja, tudo é muito impreciso e, para conhecer melhor as origens de um antepassado é preciso muita pesquisa. Nada se sabe também sobre sua profissão e condição social, mas, na época, eram quase sempre as pessoas pobres que emigravam, à procura de melhores condições de vida no Novo Mundo.

Em Pernambuco, Anastácio Francisco conheceu Anna Joaquina dos Anjos, com quem se casou pela segunda vez. Com ela teve quatro filhos: João Anastácio Cadaval, José Anastácio Cadaval, Senhorinha Joaquina e Caetana Maria de São José. Por algum motivo, a família mudou-se

para a Cidade de Rio Grande, na então Província do Rio Grande do Sul. Foi lá que morreram Anastácio Francisco, em 1823, e Anna Joaquina dos Anjos, seis anos mais tarde.

A linha de descendência que veio dar no meu pai (Luiz Palhano Cadaval) partiu de Caetana Maria de São José. Não se sabe se em Pernambuco ou já no Rio Grande, ela casou-se com Manoel Antônio de Carvalho. É certo que teve um filho, chamado Luiz Anastácio Cadaval. O curioso é que, nos inventários, Luiz Anastácio Cadaval aparece como filho natural de Caetana e pai incógnito. Aí vale qualquer especulação.

Foi na Cidade do Rio Grande que Luiz Anastácio cresceu, prosperou e constituiu a sua extensa família. Em meados do século XIX, Rio Grande

era uma importante cidade portuária, por onde passava grande parte do movimento comercial com as outras províncias do Brasil. O comércio era principalmente de charque, o principal produto da região, essencial na alimentação dos escravos em todo o Brasil. Meu bisavô viveu em Rio Grande na época da Revolução Farroupilha e é provável que, como a maioria dos comerciantes locais, fosse partidário dos monarquistas (legalistas) e contra a emancipação política da província. Aliás, os habitantes de Rio Grande, assim como os de Porto Alegre e Pelotas, na época as principais cidades do Rio Grande do Sul, nunca aderiram, em sua totalidade, ao movimento republicano.

Luiz Anastácio, meu bisavô, era um homem abastado, considerando a época e o lugar onde morava. Quando morreu, em 1888, era proprietário de cerca de 30 casas e credor de inúmeras pessoas. Naquela época, não havia um sistema bancário desenvolvido e os empréstimos eram feitos pelas pessoas de maiores posses, sobretudo os comerciantes. Seu inventário, em 1889, registrou um saldo acumulado de quase cem contos de reis, dos quais cerca de sessenta e cinco eram as então chamadas dívidas ativas, ou sejam valores que lhe eram devidos por várias pessoas.

Ele se casou duas vezes: a primeira com Maria Silvana Cadaval, em 1841, e a segunda com Josefa Rodrigues, em 1847, natural de Pelotas. Teve 10



filhos: Arthur Luiz, José Ribas, João Bento, Luiz, Regina, Urbano, Alípio, Pedro, Enéas Gustavo e Octavio Brasileiro.

Meu avô Luiz, cujo nome completo era Luiz de Azevedo Cadaval (não se sabe de onde veio o

sobrenome Azevedo), assim como José Ribas e Enéas Gustavo, era oficiais da Marinha e moravam no Rio de Janeiro. É provável que, por influência deles, toda a família tenha se mudado de Rio Grande para a Capital do País, onde Luiz Anastácio e Josefa faleceram no final do século XIX.

Em Porto Alegre permaneceu apenas Arthur Luiz, o filho mais velho, nascido em 1852, que se formou em Direito, foi Promotor Público e Deputado na Província do Rio Grande do Sul entre 1883 e 1886.

Luiz de Azevedo Cadaval nasceu na cidade de Rio Grande (RS) em 1855. Entrou para a Marinha com 16 anos e aí permaneceu por 41 anos, reformando-se como Almirante pouco antes de falecer em 1912. Como é normal na carreira militar, morou em muitas cidades, entre elas Vitória, Manaus, Belém, Recife e São Luiz, mas sua residência permanente era no Rio de Janeiro. Luiz conheceu Izabel de Carvalho Palhano, minha avó, em Belém, onde ela – que nesta época residia em São Luiz – foi visitar uma prima. Casaram-se em 1895, quando Luiz tinha 40 anos e Izabel 19. No ano seguinte o casal fixou residência em Belém onde nasceram Laide e Zilda, falecidas ainda crianças, e Syr, meu único tio na linha paterna. Em 1903 mudaram-se para São Luiz, no Maranhão, e foi lá que nasceu Luiz Palhano Cadaval, meu pai, em 1904.

De volta com a família ao Rio de Janeiro em 1905, meu avô veio a falecer sete anos mais tarde, atropelado por um bonde, aos 57 anos de idade. Deprimida com a morte do marido, Izabel, minha avó, aceitou o convite para passear em Belo Horizonte, feito por sua irmã mais velha que estava passando uma temporada na nova capital de Minas Gerais. Gostou tanto que resolveu se mudar para a cidade com seus dois filhos, Luiz de 8 anos e Syr de 14. Syr não teve filhos e Luiz casou-se com Diva abrindo uma nova página para a família.

Como se vê, é bem possível que a origem de nossa família Cadaval seja muito semelhante a de outras famílias brasileiras, lançando suas raízes em gente simples de alguma pequena vila de Portugal. Por enquanto, não há qualquer sinal de nobreza. Aliás, a residência principal dos duques de Cadaval não está na vila que deu nome à linhagem, mas num palácio em Évora.

O palácio foi fundado no século XIV sobre as ruínas de um castelo mouro e desde então pertence à família Cadaval da nobreza portuguesa. Ao lado fica a igreja de São João Evangelista, com uma bela coleção de azulejos do século XVIII. O interior é um museu aberto à visitação, onde se encontram peças históricas e artísticas muito bem conservadas. Vale a pena ser visitado.

OS GUIMARÃES

Antes de se casar, minha mãe tinha o sobrenome Costa Guimarães. Isso mesmo, estou falando da Vovó Diva, como os netos a conheciam, e que faleceu em 2008 aos 101 anos de idade, em Belo Horizonte. O Costa veio de sua mãe, de uma família antiga de Sabará. O Guimarães ela herdou de seu pai, Francisco Antunes da Silva Guimarães, nascido na Alemanha.

Mas, como é mesmo...? Guimarães, com til e tudo, era o nome de um pai alemão? Calma, pois eu vou contar a história toda.

O GUIMARÃES ALEMÃO

Hans Becker e Catarina Salter Becker emigraram da Alemanha para Portugal, provavelmente em fins do século XIX. Levaram seu filho pequeno, meu avô¹.

Primeiro fixaram residência na cidade de Guimarães, em Portugal. De lá vieram para o Brasil em uma das ondas de imigrantes europeus estimuladas pelo governo brasileiro. Pararam primeiro em Curitiba e em seguida mudaram-se para uma pequena cidade nas imediações de Juiz de Fora (MG), chamada Pati

do Alferes. Lá Hans registrou os seus filhos, mas queria que eles tivessem um nome brasileiro. O nome escolhido para meu avô foi Francisco Antunes da Silva Guimarães. Ao que parece, o último sobrenome foi emprestado da cidade de Guimarães, onde viveram em Portugal. Os outros, só Deus sabe que inspiração tiveram.

Essa é uma versão. A outra teria sido contada pela própria Vovó Diva que, nesse dia, estava sentada na sala de almoço, no seu lugar de sempre². Vejam o que ela contou:

“Meus avós paternos eram da Alemanha. Lá nasceu meu pai. Meus avós foram para Portugal, onde nasceu o segundo filho e minha avó morreu no parto. Os dois filhos tinham uma grande diferença de idade. Viúvo, o meu avô veio para o Brasil, onde morou primeiro no Rio de Janeiro com os filhos. Como tiveram muitas dificuldades financeiras, mudou-se para uma cidade vizinha a Juiz de Fora. Meu avô e meu pai mudaram de nome, do alemão para o português, para facilitar a comunicação no Brasil. Como eles moraram na cidade de Guimarães (em Portugal), tomaram emprestado seu nome e o colocaram como sobrenome”.

¹ Não se sabe o nome que Francisco tinha na Alemanha. Ele teria um único irmão chamado José, nascido em Portugal, pelo que dizem alguns parentes. Numa árvore genealógica desenhada por Carlos Alberto Cadaval aparecem mais duas filhas de Hans Becker, Alice e Carmem, mas não foi possível identificar a fonte desta informação.

² Essa versão foi anotada por Ricardo Cadaval.



Há algum tempo atrás encontrei um manuscrito de Diva, datado de 1986, onde ela diz: “Francisco A. S. Guimarães, nascido em Simão Pereira (Juiz de Fora) em 09/05/1861, filho de Francisco Guimarães e Catarina Guimarães, descendente de português e alemã...”

Como se pode ver, há muito a ser explicado sobre a origem de Francisco Antunes da Silva Guimarães. Mas, tudo indica que ao menos sua mãe tinha origem alemã e que o Guimarães do sobrenome, adotado pela família no Brasil, é uma referência à cidade portuguesa de Guimarães. É certo também, por vários testemunhos, que ele era um tremendo “casca grossa”, como se dizia antigamente.

UMA HISTÓRIA DE AMOR

A origem dos Costa é menos controversa, mas nem por isso menos interessante. Tudo começa com uma história de amor, aí por volta de 1840. O amor de José Felisbino por Margarida.

Margarida nasceu em 1826 e era escrava do Barão de Sabará. Aos 14 anos já era uma menina linda, de pele aveludada, feições de rosto delicadas e corpo sensual. Cedo foi chamada para o serviço da Sinhá, longe da fazenda e da senzala. Morava no sobrado que o Barão construiu para a família em Sabará.

Não conheceu mãe nem pai e foi criada com as outras escravas na fazenda, solta e livre como bicho, até que um filho do Barão começou a se enrabichar por ela. Informada do que se passava, a patroa logo mandou trazê-la para a trupe de aias e mucamas na cidade e em pouco tempo se afeiçoou a ela.

Quando Margarida saía para fazer compras no armazém ou para passear com sua patroa, os olhares masculinos de negros e brancos se dirigiam para ela mais do que para as filhas da Sinhá, refletindo admiração e desejo. Um olhar em especial era retribuído por Margarida. O



de Luiz Felisbino³, um fazendeiro português de 40 anos radicado no Brasil, solteiro, que vinha sempre à cidade. Só mesmo na cabeça de uma menina podiam vingar os sonhos de um futuro comum. A diferença de idade não era problema, pois Margarida assistia sempre na igreja os casamentos de meninas com senhores maduros, abençoados e cercados pelas benesses da gente fina de Sabará. Difícil, quase impossível, era imaginar um casamento de escrava com fazendeiro.

Por isso, a surpresa foi muita quando Luiz Felisbino veio visitar o Barão e sua esposa numa tarde quente de dezembro. Margarida não foi chamada, mas ouviu tudo pela porta entreaberta da sala de visitas. Depois de exaltar o caráter benevolente do ilustre casal, ele se propôs a comprar Margarida pela soma que fosse exigida. Disse apenas que via nela a serviçal perfeita para os seus serviços domésticos, eximindo-se de declamar a sua paixão pela moça.

As intenções reais foram perfeitamente entendidas pelo Barão e sua esposa que, gentilmente, se negaram a vender Margarida.

Luiz Felisbino voltou à carga várias vezes, sempre com ofertas mais atraentes, até que depois de muito tempo o Barão concordou com a venda. Mas, havia uma condição, disse o Barão,

³ Luiz Felisbino Costa, falecido em 1871.

imposta por sua esposa: Margarida só iria morar com ele depois de se casar. A felicidade foi total, Margarida ganhou alforria e se casou com Luiz Felisbino na Igreja do Carmo, numa cerimônia quase luxuosa.

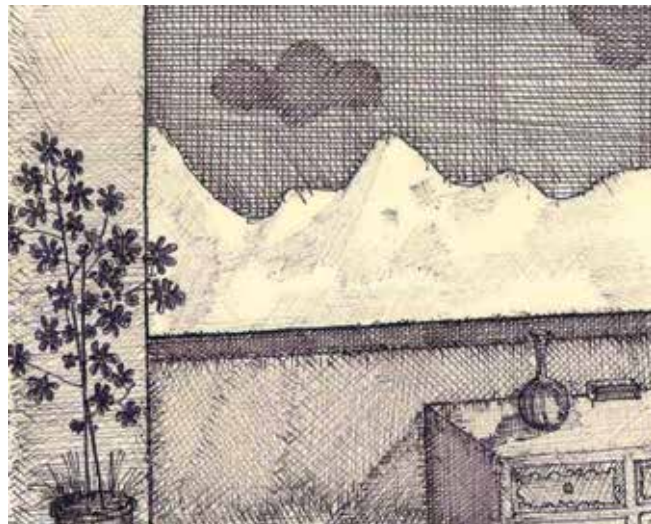
Um ano depois, ela estava grávida e mais bonita do que nunca, fazendo planos para o filho e preparando o enxoval. No dia do parto os sonhos dela e de Luiz se esfacelaram. Margarida não resistiu a uma séria complicação e faleceu aos 16 anos de idade, em 1842. A criança sobreviveu e recebeu o nome de Martiniano.

Luiz Felisbino voltou a se casar bem mais tarde com uma outra Margarida, esta da família Soares Ferreira, com quem não teve filhos. Morreu em 1871.

MARTINIANO E ANA EMILIA

Martiniano Augusto Costa (1842-1917) era mulato e tinha vergonha dessa condição. Talvez por causa disso tenha escolhido a moça mais loira de Sabará para se casar, Ana Emilia Martins (1846-1918).

Mas, quem era exatamente Ana Emilia Martins Costa? Seu pai, Francisco Lopes, era um comerciante rico de Sabará que recebeu (provavelmente comprou) o título de visconde no Segundo Império. Dizem que teria gasto toda a sua fortuna na tentativa de restaurar o trono



de D. Pedro II, perdido com a Proclamação da República em 1889. Empobrecido, concordou a contragosto com o casamento de Ana Emília, sua filha única, com o mulato Martiniano que, na época, teria uma vida abastada⁴. A mãe de Ana Emília era Francisca Assis Martins. Ela e seu

⁴ Em 1889 Ana Emilia já era uma “viele dame” de 43 anos (sic), provavelmente já casada, o que não combina com o empobrecimento de Francisco Lopes depois da Proclamação da República.

irmão, Inácio Antônio Assis Martins (1839-1903), eram filhos de Eufrásia Assis.

Aqui há uma séria divergência. Maria Cristina⁵ diz que Eufrásia era mãe solteira de vários filhos. Já José Francisco⁶ traz a informação de que ela era casada com Francisco Assis Martins Costa. Nas origens genealógicas os gatos são quase sempre pardos...

O irmão de Ana Emília foi mais um nobre (tardio) do Segundo Império. Depois de ter sido deputado e senador entre 1872 e 1889, Inácio Antônio Assis Martins ganhou ou comprou o título de Visconde de Assis Martins, recebendo-o em 20 de julho de 1889. Quatro meses depois a República foi proclamada. Saiu da vida pública e foi ser presidente do Banco Construtor do Brasil. Afinal, a troca não foi tão ruim assim.

O BARONATO

A nossa árvore genealógica faz referência a vários barões e viscondes. Mas, quem foram eles?

No Brasil, os títulos nobiliárquicos eram quase sempre comprados por fazendeiros e comerciantes ricos e serviam para ostentação do poder político da elite. O baronato acabou sendo uma espécie de legitimação do poder local, nos moldes dos coronéis da extinta Guarda Nacional. Os títulos

não eram hereditários. Quando o barão morria, seu filho tinha que pagar uma vultosa quantia ao Imperador para perpetuar o título do pai. Foram concedidos cerca de 950 títulos durante o Segundo Império, sem dúvida uma boa fonte de renda para o Imperador e sua família.

FRANCISCO E ESMERALDINA GUIMARÃES

Mas, voltemos a Ana Emília e Martiniano. O casal teve 9 filhos⁷, entre eles Esmeraldina Costa Guimarães (1872-1962), minha avó materna, mais conhecida como Nhazinha.

O fecho da história se dá quando Francisco Antunes da Silva Guimarães, o provável alemão, conhece Esmeraldina em Sabará, onde se casam em dezembro de 1893. Francisco era agrimensor



5 Maria Cristina Assunção Nunes Pinto é filha de Mário, meu primo, e foi quem deu a contribuição decisiva para a montagem da árvore genealógica da Família, no ramo Costa-Guimarães. Ela preencheu pacientemente e com muita competência um sem número de Folhas de Grupo Familiar consultando várias fontes, que são a base de todo o trabalho posterior. Ficam aqui os nossos agradecimentos a ela.

6 José Francisco Guimarães Costa é meu primo. Ele coletou e nos enviou preciosas informações sobre ancestrais bem antigos do ramo Costa-Guimarães e para isso usou, entre outras fontes, os depoimentos de sua tia, Maria Costa. A ele também o nosso reconhecimento e agradecimento.

7 Por ordem de idade: Antônia, Maria José, Esmeraldina, Francisca, Altina, José Augusto, Duarte, Antônio e Noeme.

da equipe de Aarão Reis, o engenheiro contratado pelo governo de Minas Gerais para planejar e implantar Belo Horizonte. Para se ter uma ideia de como era a relação entre eles, basta dizer que Nhazinha tratava o marido como “Senhor Guimarães”. Inaugurada a nova capital, a família veio morar numa chácara bem atrás da atual Estação Ferroviária, onde nasceram os 12 filhos⁸ com exceção da mais velha, Olga.

Meu avô acabou perdendo a chácara, que se estendia por todo um quarteirão nas imediações das ruas Itajubá e Sapucaí, pois um “amigo”, de quem ele era avalista, não pagou as obrigações e ele foi obrigado a vender o imóvel para saldar a dívida. A situação financeira da família piorou quando Francisco ficou doente; mudaram-se para uma casa alugada na Rua Davi Campista. Meu avô morreu em 1930, um ano depois que Diva se casou com Luiz. Esmeraldina foi morar com os filhos numa casa à Rua Silva Ortiz, no bairro da Floresta, comprada por Olga, a filha mais velha que a essa altura estava formada em Farmácia e trabalhava no Instituto Ezequiel Dias, como química. Para enfrentar os problemas financeiros, os filhos e também as filhas foram obrigados a trabalhar, numa época em que o trabalho da mulher fora de casa ainda era uma raridade. Mas, foi por conta de seu emprego que Diva conheceu Luiz.

⁸ Por ordem de idade: Olga Catarina (o Catarina foi em homenagem à avó), Elvan (Tenente), Ara, Elton, Ilda, Dulce, Élson Antônio (Ninico), Diva, Dora, Eder (Nhonhô), Elmon (Elminho) e Zulma.





A stylized, graphic illustration of a cityscape. The background is a solid dark grey or black. In the foreground, there are several buildings of varying heights and colors. On the left, a tall red building has two sets of three small, vertical rectangular windows. In the center, a shorter red building has two sets of three similar windows. To the right, a tall green building has three horizontal rectangular windows near the top and a set of three vertical rectangular windows lower down. In the bottom left corner, a bright green plant with large, rounded leaves grows out of a blue pot. The overall style is flat and minimalist, reminiscent of mid-century modern graphic design.

MEMÓRIAS

DESEMPENHO ESCOLAR

Tudo se passou em Belo Horizonte, de 1946 a 1964, num ambiente nada parecido com o de hoje. Isso me tranquiliza quando penso na possibilidade dos meus netos e bisnetos virem a ler esse relato nem sempre exemplar.

JARDIM DA INFÂNCIA

Meu melhor desempenho escolar foi no jardim da infância da Escola Delfim Moreira, onde me formei com “ótimo aproveitamento”. E isso nada tem a ver – posso adiantar – com o fato de Dona Violeta Lott, minha professora, ser aparentada e amiga de meus pais. Eu era bom mesmo, principalmente no recorte de figurinhas com tesoura sem ponta e no canto orfeônico (canto em coral ensinado em algumas escolas naquela época). Eu me formei com oito anos porque faço aniversário em dezembro, mas nessa época já sabia escrever o meu nome e assinei meu diploma.

GRUPO ESCOLAR

A partir daí o desempenho não foi tão bom, com algumas exceções. No Grupo Escolar D. Pedro II eu tinha uma queda toda especial pela professora (como todos os meus coleguinhas) e passei a acreditar que ela, percebendo isso, ajudava no boletim. Justiça seja feita: meu desempenho no teatrinho da escola foi brilhante quando representei D. Pedro I no Dia da Independência. Com a cabeleira de algodão branco e o uniforme de cetim verde que minha mãe fez, acho que emocionei a plateia na hora do *Independência ou Morte*.

No quarto ano do primário, como se dizia então, fui transferido para o Grupo Escolar Barão do Rio Branco. O único fato notável foi na formatura. Dona Irene Guimarães, a orientadora educacional, comentou na frente de todos os alunos da escola a minha redação de português, em que eu escrevi *necessário* ao invés de *necessário*. A partir de então, procurei ser mais cuidadoso com a escrita. Puro pragmatismo que não se refletiu nas minhas notas de português. Às vezes achava que o meu bom desempenho tocando tambor na bandinha da escola, que desfilava no Sete de Setembro, me ajudou um pouco a passar de ano.

GINÁSIO E CIENTÍFICO

Fiz o ginásio no Colégio Dom Silvério, dos Irmãos Maristas. Na minha lembrança, as notas eram medianas. Quando consultei os boletins escolares que minha mãe guardou, fiquei surpreso ao ver que, com aquelas notas, eu ainda conseguia boas classificações. Entre meus alfarrábios, achei três certificados mensais de honra ao mérito por minha “aplicação e procedimento”, assinados pelo Irmão Ilídio Gabriel, o que não é muito considerando os quase 40 meses de duração do curso ginásial, mas prova que eu me esforcei.

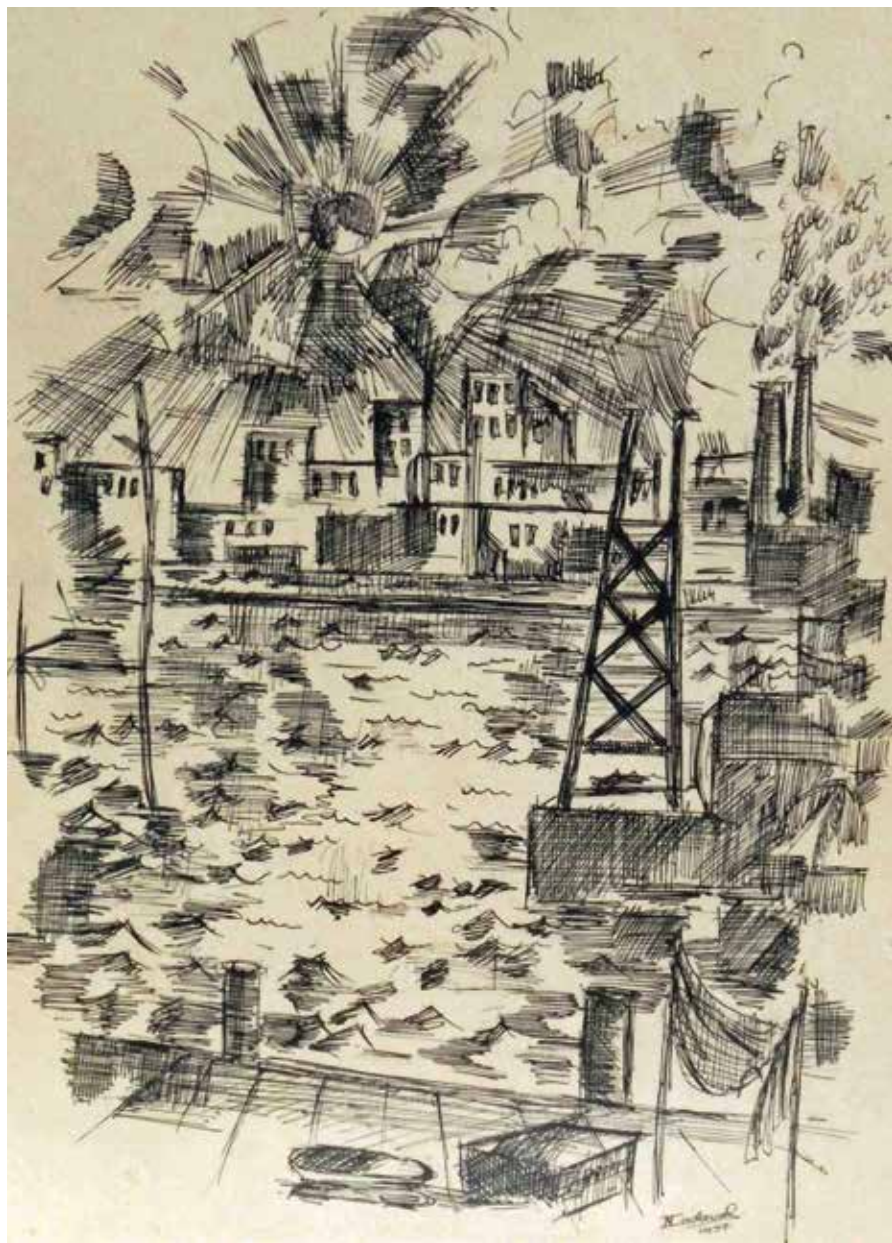


Lembro-me bem de ter sido aprovado com louvor para ingressar na academia de letras do colégio, defendendo uma tese sobre Monteiro Lobato. Naquela época o autor de *Reinações de Narizinho* não era acusado de preconceito racial, mas de ser comunista e por isso minha tese foi uma ousadia, talvez uma temeridade.

Até aqui, embora o desempenho não fosse ótimo, eu passava de ano, às vezes com uma ou duas dependências (chamava-se *segunda época*) que me roubavam parte das férias. No primeiro científico o caldo entornou. Levei bomba em matemática, química e física e fui obrigado a repetir o ano. Diante desse resultado, os padres

jesuítas do Colégio Loyola sugeriram delicadamente a meus pais que me transferissem para outro colégio, o que foi feito. Apesar do fracasso, eu tirava boas notas em desenho decorativo e o professor Gil Lemos sempre elogiava as minhas borboletas amarelas.

Fui para o Colégio Arnaldo, menos exigente e mais barato, onde atravessei os três anos do científico estudando pouco e sem reprovações. Lá comecei a atuar em política estudantil e fui eleito presidente do DACA – Diretório Acadêmico do Colégio Arnaldo. Logo passei a me relacionar com um grupo de colegas pouco afinados com os métodos dos padres alemães que dirigiam a



escola. Um dos companheiros mais chegados era o Henriquinho que anos mais tarde se tornaria o cartunista Henfil. Entre outras iniciativas, montamos um cine clube no colégio, com o compromisso de não passar filmes “pornográficos”, categoria que na época se caracterizava pelas cenas de beijos prolongados. Como nem sempre era possível obedecer, os padres adotavam a estratégia de acender as luzes do auditório na hora dos beijos e *amassos*, com protestos veementes da plateia.

Nessa época (1958) colaborei para fundar a UEC – União dos Estudantes Católicos, entidade criada por inspiração dos donos de colégios religiosos “para combater os comunistas infiltrados na UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas”. E andei simpatizando com o integralismo. Acho que essas adesões contribuíram para melhorar o meu conceito escolar junto aos padres da Congregação do Verbo Divino, que dirigia o Colégio Arnaldo. E assim rompi mais uma etapa da vida estudantil. Na formatura do terceiro científico recebi um cartucho vazio, pois havia ficado de segunda época em biologia, matéria em que jamais consegui decorar as classificações das espécies vegetais.

Lá pelo segundo científico, eu já havia desistido do integralismo e entrado na JEC – Juventude Estudantil Católica, que era vista como

uma agremiação de esquerda, dirigida pelos freis dominicanos. Em pouco tempo me tornei membro da equipe de direção, um triunvirato que dirigia o movimento. Por extensão, passei a ter certa atividade de liderança no movimento estudantil de Belo Horizonte.

FACULDADE

Era época de escolher um curso universitário. Eu oscilava entre arte e política; se fosse arte, eu tentaria arquitetura, se fosse política eu ingressaria em alguma faculdade de ciências humanas, como, por exemplo, sociologia (eu não fazia a mínima ideia do que se ensinava lá). Optei por esta última, pensando em me capacitar para fazer a revolução social.

A escolha não foi fácil. Desde criança, fui estimulado a me dedicar à pintura artística por duas figuras que sempre tive em alta conta. Titia, como chamávamos minha tia-avó Delfina Palhano, que pintava paisagens e naturezas mortas e guardava os meus desenhos dentro do seu oratório, e meu pai (Luiz Palhano Cadaval), um ótimo desenhista que me levou, ainda adolescente, para a Escola do Guignard. Em plena crise de adolescência, eu temia que a arte me fizesse gay como vários artistas; achei que o Curso de Sociologia, além de me preparar para a revolução, me tiraria daquele “mau caminho”.

O interesse pelas artes plásticas me rendeu dois empregos. Um deles, o primeiro que tive na vida, foi aos 14 anos, na empresa de engenharia em que meu pai trabalhava. Por algum tempo, fui desenhista-aprendiz de instalações elétricas e hidráulicas. Depois, durante mais de seis anos, trabalhei como desenhista no Banco da Lavoura de Minas Gerais, preparando material audiovisual para treinamento dos bancários.

Não sei bem como passei no vestibular da Faculdade de Ciências Econômicas, onde estava o Curso de Sociologia em 1960. Li apenas dois livros e até hoje não sei se os entendi muito bem: Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado, e Formação Política do Brasil, de Caio Prado Junior. Pensando bem, os candidatos eram poucos e alguma osmose resolveria tudo (para os estudantes da época, osmose era absorver conhecimentos andando com os livros debaixo do braço).

Na Faculdade eu estudava pouco, mas nunca repeti um ano e, curiosamente, era considerado um bom aluno, ao menos pelos meus colegas. A verdade é que a política estudantil e sindical não deixava muito tempo para os livros e o aprendizado se restringia a ouvir as aulas matutinas. Além de participar ativamente do Diretório Acadêmico da Faculdade, da JUC – Juventude Estudantil Católica

e, mais tarde, da AP – Ação Popular, um movimento da esquerda católica, eu trabalhava no Banco da Lavoura de Minas Gerais no período da tarde, atuava no sindicato dos bancários e à noite fazia bicos numa empresa de audiovisual que criei com dois colegas. Viajava pelo interior de Minas, quase sempre em missões políticas, frequentava os bares da juventude, como o Bucheco, e namorava nas horas vagas, quando havia. A vida doméstica consistia em dormir e discutir com meus pais sobre minhas ideias políticas, das quais eles discordavam radicalmente.

No dia primeiro de abril de 1964, quando eu estava no último ano do curso, minha casa amanheceu cercada por soldados do Exército armados com metralhadoras. Vieram me prender. Quando sai da prisão fui informado que eu havia sido demitido do emprego por causa de minhas atividades subversivas. Aos trancos e barrancos, traumatizado e respondendo a dois inquéritos policiais militares, consegui me formar na Faculdade com a ajuda de alguns professores e colegas. Decididamente, os militares não estavam preocupados com o meu desempenho escolar.

Hoje, olhando pelo retrovisor, acho que a escola formal me deu alguns conhecimentos básicos que foram úteis durante toda a minha



vida. Aprendi a ler e a escrever, sei algumas operações de aritmética, decorei a tabuada e outras coisas importantes.

Num outro plano, o que a escola formal me ensinou de mais importante foi *aprender a aprender*. Em outras palavras, método de aprendizado. Entre outras coisas, descobri – a duras penas – como obter conhecimentos específicos, como encontrar e consultar fontes quando necessário. Alguns chamam isso de “metodologia científica”, nome que acho pomposo e impreciso para operações às vezes tão simples como consultar um dicionário ou esquematizar um relatório. Os conteúdos, estes eu aprendi mesmo fora da escola, alguns extraídos meio a fórceps, outros tranquilamente na vida cotidiana, junto aos parentes, amigos e colegas de trabalho.

Pensando bem, o meu desempenho escolar não foi tão ruim quanto eu às vezes imagino.

MUITAS REVOLUÇÕES

Na entrada do tribunal, um longo corredor com muitos soldados armados de metralhadoras. Depois de uma longa espera, a sessão começou. Eu não conseguia prestar atenção no discurso inflamado do promotor ainda que o acusado fosse eu mesmo.

Não sei por que, sempre que me lembro daquele dia em que estive sentado no banco dos réus do Tribunal de Justiça Militar, em Juiz de Fora, vem-me à memória um episódio semelhante do livro “O Estrangeiro” de Albert Camus. Meursault, o personagem principal, estava atento a tudo o que se dizia a seu respeito no tribunal e conta os fatos nos seus mínimos detalhes. Ele era acusado de ter matado um homem – e de fato matou – podendo ser condenado à morte. No meu caso não houve menção a assassinato, mas a penalidade era de 30 anos de cadeia pelos crimes de terrorismo, assalto a instalações militares, destruição de linhas de transmissão de eletricidade e outros do mesmo nível. E isso não se faria, evidentemente, sem a morte não de uma, mas de muitas pessoas. Isto é, se tudo de que me acusavam e a meus companheiros fosse verdade. Como nada daquilo tinha acontecido, as palavras raivosas do promotor me soavam como peças de ficção e não mereciam crédito. Naquela hora, no entanto, nem me passava pela cabeça que o juiz poderia não pensar como eu.

Quando recebi a notificação para comparecer ao Tribunal, comentei o fato com amigos e eles sugeriram que eu fosse para o exterior e lá ficasse como refugiado político, como muitos tinham feito. A ideia não me agradava, mas não chegava a ser absurda, pois em nenhuma hipótese eu queria ser preso novamente. Meu advogado, na época um iniciante em causas criminais na Justiça Militar, pensava o contrário. Ao menos daquela vez eu deveria me apresentar porque se tratava apenas de uma sessão de qualificação, ou seja, de identificar a mim e a meus companheiros e associar-nos à acusação. Com a ajuda de meu pai que, apesar de discordar terminantemente de minhas ideias políticas sempre me apoiou, decidi ficar e me apresentar ao tribunal. Mas, as coisas não se passaram como meu advogado previu. Na sessão, além da qualificação, o promotor pediu a prisão preventiva de alguns dos acusados, entre eles eu.

Se até então eu estivera quase alheio ao que se passava, naquele momento o medo de voltar para a prisão ressurgiu e passei a prestar atenção em tudo o que se discutia à minha volta. A sessão durou quase três horas e, por fim, para meu alívio, o Juiz negou o pedido de prisão preventiva, acatando os argumentos de nosso advogado. O processo continuaria, mas poderíamos ficar em liberdade. Retornei a Belo Horizonte com a decisão de jamais voltar àquele lugar.

Era setembro de 1964, eu estava noivo, desempregado e precisava terminar o curso de sociologia na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Além do IPM¹ que me levava ao Tribunal de Juiz de Fora, eu estava incluído no IPM dos professores universitários por conta de aulas que dera, como professor substituto, na Escola de Serviço Social. Este IPM me obrigava a interrogatórios semanais na 4^a. Região Militar do Exército. Minha ficha no DOPS² registrava atividades subversivas no movimento estudantil e no Sindicato dos Bancários (trabalhei de 1961 a 1964 no Banco da Lavoura de Minas Gerais) como membro da JEC, da JUC e da Ação Popular³ em articulação com o Partido Comunista. Ou seja, um completo ficha suja, sem qualquer perspectiva, num momento em que eu, jovem, me preparava para entrar na vida profissional.

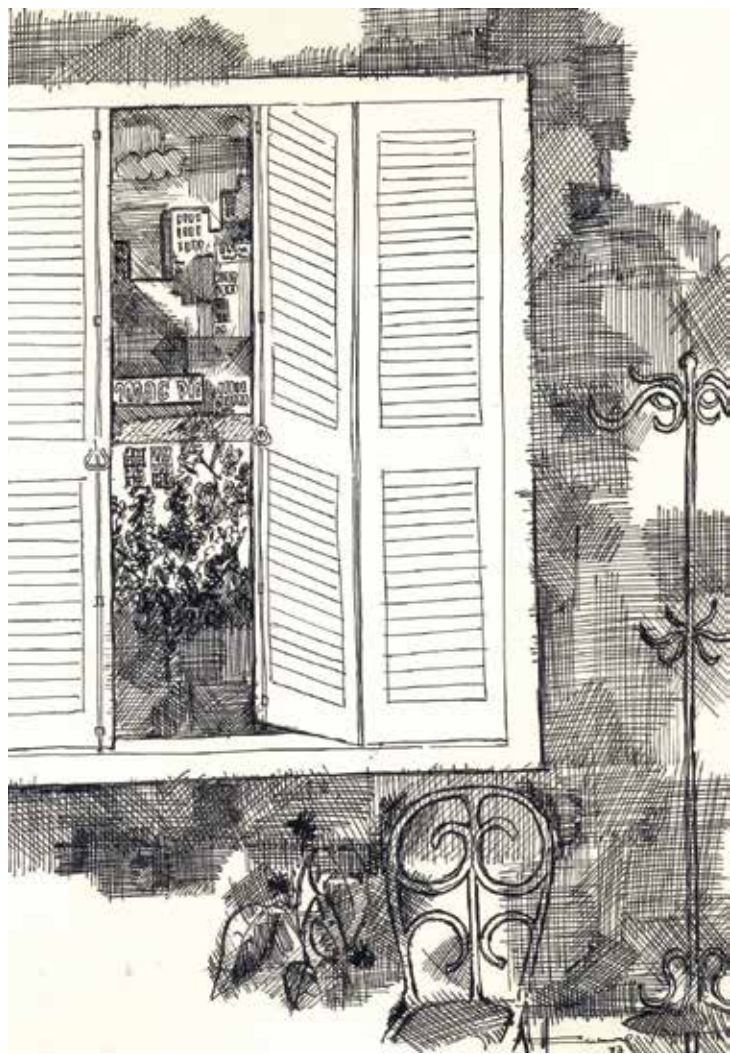


1 Inquérito Policial Militar.

2 DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

3 JEC - Juventude Estudantil Católica e JUC - Juventude Universitária Católica. AP - Ação Popular. Ver outras menções a essas organizações no restante do texto.

Alguns meses antes, bem cedo, na manhã dia 1º de abril, eu conversava com meu pai, na varanda de nossa casa da Rua Padre Rolim sobre o golpe militar que derrubara o governo João Goulart no dia anterior, quando um caminhão do Exército se aproximou e dele desceram vários soldados armados com metralhadoras, em posição de combate. Um homem em trajes civis e armado com um revólver logo se destacou da tropa e, ainda da rua, gritou que eu estava preso e deveria acompanhá-los. Meio atordoado com toda aquela encenação, eu disse que estava de pijama e precisava trocar de roupa. O homem e dois soldados armados entraram na casa e, no meu quarto, enquanto eu me trocava, um deles revistou a prateleira de livros. Saí e disse até logo para o meu pai. Colocaram-me na boleia do caminhão entre dois soldados e, em silêncio total, me levaram para o DOPS. Lá me fizeram descer uma longa escada em semiescuridão, rolando pelos degraus, à força de socos e coronhadas. Lembro-me apenas que não senti medo, mas fui dominado por uma forte sensação de revolta que anestesava a dor dos golpes. Fui colocado numa cela onde já estavam – me pareceu na época – um amontoado de pessoas, algumas já conhecidas, outras não. Quando acostumei os olhos à escuridão do ambiente, vi que alguns companheiros de prisão, deitados no chão, estavam ensanguentados.



Apaguei da memória muitos detalhes daqueles dias e noites de medo e revolta. Alguma coisa revive agora quando a idade ativa a memória remota. As noites eram particularmente angustiantes: os guardas simulavam execuções no pátio que circundava as celas e não era visível devido à falta de janelas. Nesses momentos eu me perguntava quando seria a minha vez e o medo se

unia ao desconforto do chão frio, transformando a insônia num pesadelo. De dia, as idas e vindas dos companheiros interrogados e torturados deixavam manchas de sangue no chão e angústia nas almas: quem será o próximo? A tortura psicológica e o medo da morte suplantavam o sofrimento físico; talvez por isso a memória não tenha registrado a precariedade da comida, das condições para a higiene pessoal, da falta de colchões e a superlotação da cela. Mas esses problemas certamente existiram.

Depois de dez dias sem contato com o mundo exterior, recebi a visita de meu pai que, depois de muita insistência, conseguira uma autorização de um dos líderes da revolução, vizinho e conhecido de minha família. Só mais tarde eu soube do fato hilário que aconteceu na sala de recepção do DOPS. Meu pai era parecidíssimo com o Marechal Castelo Branco, um dos membros do triunvirato que governava o país, e foi recebido com continências pelos soldados de plantão. Desfeito o engano, deixaram-me falar com ele em pé, na presença de vigias armados. Aproveitando-me da distração dos soldados, pedi ao meu pai que

queimasse todos os meus livros e documentos, já antevendo que eles poderiam me incriminar. Isso foi feito numa bela fogueira anti-subversiva no quintal de minha casa.

No dia 13/04/1964 às 16h30 fui posto em liberdade. No dia seguinte apresentei-me ao departamento onde trabalhava no Banco da Lavoura, recebendo a informação que eu havia sido demitido. Em todos os lugares os rádios tocavam o sucesso do momento: Dominique, com a cantora paulista Giane⁴.

Minha iniciação política, ali pelos quatorze ou quinze anos, foi marcada pela influência do integralismo⁵, naquela época uma ideologia já nos seus estertores (assim como a influência do seu líder principal, Plínio Salgado⁶), mas ainda em vigor entre alguns Irmãos Maristas, do colégio em que estudei. Lá me candidatei à cadeira de Monteiro Lobato na academia estudantil de letras, atraído pelas tendências nacionalistas do escritor. Pesaram também as indicações de leitura de um general reformado, figura interessantíssima de minhas relações familiares, centradas em autores e políticos como Gustavo Barroso⁷ e Juarez

4 Música de autoria da freira Jeanine Deckers, cantada por ela mesma e também por Rita Pavone, que fez um enorme sucesso nos anos 1960.

5 Integralismo: doutrina política inspirada nos movimentos de massa europeus do início do século XX, notadamente o fascismo italiano. Valorizava a propriedade privada, o resgate da cultura nacional, o nacionalismo e liberalismo econômico, a prática cristã, o princípio da autoridade. Algumas vertentes do movimento apoiavam o antisemitismo.

6 Plínio Salgado (1895-1975), político, escritor e jornalista que liderou a Ação Integralista Brasileira.

7 Gustavo Barroso (1888-1959): advogado e escritor, foi um dos líderes da Ação Integralista Brasileira e um de seus mais destacados ideólogos.

Távora⁸. Por sua influência, frequentei por algum tempo as palestras no Centro Lúcio dos Santos⁹.

Mais ou menos na mesma época, fui convidado e aceitei participar de uma entidade estudantil, criada por inspiração dos diretores dos colégios católicos para combater os comunistas que, segundo eles, controlavam a União Municipal dos Estudantes Secundaristas.

Nas reuniões de política estudantil fiquei conhecendo militantes de outra entidade católica que me pareceu bem mais interessante e aberta aos problemas da época, a JEC – Juventude Estudantil Católica¹⁰, orientada pelos freis dominicanos. Em pouco tempo, não só me associei, como me tornei um dos seus dirigentes até o fim do período colegial. Foi a porta para uma guinada à esquerda e um novo estilo de participação na política estudantil.

Mais do que a iniciação política, o período de JEC proporcionou uma intensa vivência religiosa (de que me afastei mais tarde) e a ampliação de meus horizontes culturais, seguindo a trilha dos frades dominicanos. Escritores e filósofos como Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, Georges Bernanos, Charles Peguy, Tristão de Ataíde, Tei-

lhard de Chardin e muitos outros entraram para o meu repertório de leitura, embora nem sempre bem assimilados. Foi também um período de convivência com a cultura cinematográfica da época – principalmente francesa e italiana – nos cineclubes da cidade e de contato com a obra de pintores, sobretudo os impressionistas franceses. A Livraria Duas Cidades, de propriedade dos freis dominicanos, era um centro de irradiação de primeira



8 Juarez Távora (1898-1975): militar e político, participou do movimento tenentista em 1922 e da Coluna Prestes. Defendia a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo e era contra a criação da Petrobrás.

9 Centro Lúcio dos Santos: centro de estudos em Belo Horizonte que se dizia ter relações com grupos integralistas.

10 Organização pertencente à Ação Católica, assim como a JUC – Juventude Universitária Católica.

ordem, local de muitas ideias e referências e de poucas compras para um jovem estudante *duro*.

Com a entrada na universidade, era suposta uma transição tranquila da JEC para a JUC – Juventude Universitária Católica. Não foi o que aconteceu comigo. Minhas ideias políticas estavam se transformando e não se ajustavam ao enquadramento da Ação Católica, ela própria já em conflito com a hierarquia oficial da Igreja. Crescia sobre mim e em muitos de meus amigos a sombra da revolução social, ainda que em moldes diferentes do modelo marxista. Assim, a inserção seguinte foi na AP – Ação Popular, organização que ajudei a fundar em Belo Horizonte.

No início, as atividades na AP eram, sobretudo, reuniões de estudo e de estratégia política, quase nenhuma prática. Eu participava também da administração do jornal da entidade que, por razões financeiras, teve vida curta. De vez em quando viajava ao Rio de Janeiro e São Paulo para reuniões políticas. Uma dessas viagens foi para o encontro de um pequeno grupo da UNE com o presidente João Goulart no Palácio das Laranjeiras. Não me lembro do assunto, mas, provavelmente, era algo ligado às reformas de base, tema em grande destaque naquela época. No entanto, lembro muito bem que o presidente atrasou e, passada a hora do almoço, estávamos famintos. A solução foi assaltar a mangueira que

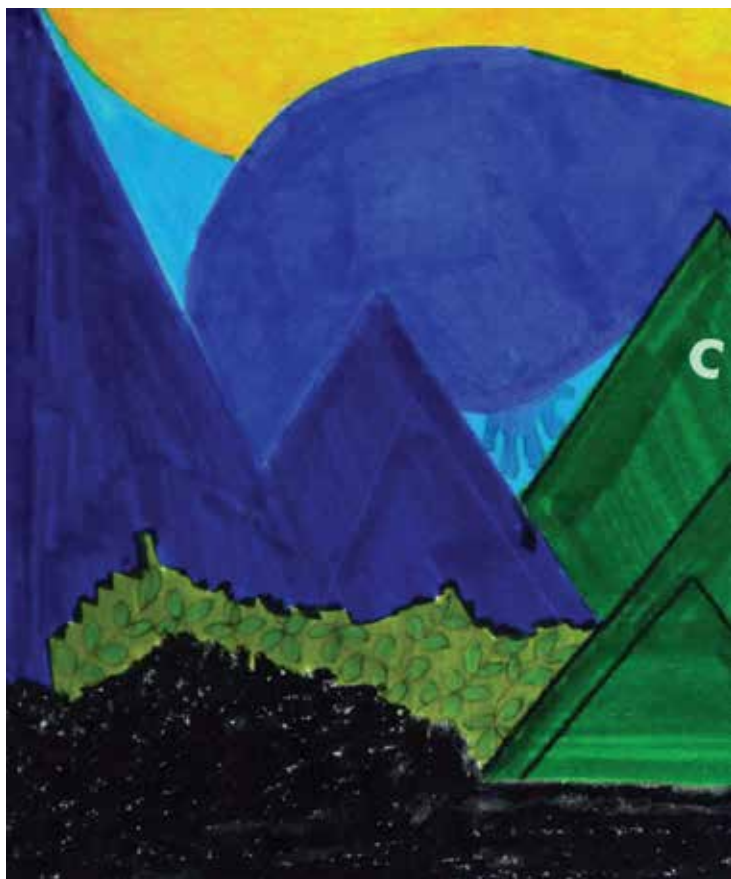


avançava pelo imenso terraço da sala de audiências e ali mesmo devorar as mangas federais.

Em Belo Horizonte, minhas práticas políticas estavam vinculadas ao diretório acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas e ao Sindicato dos Bancários. Eram principalmente conferências, congressos, passeatas e outras manifestações de rua. Em 25 de fevereiro de 1964 Leonel Brizola pretendia realizar um comício em Belo Horizonte em defesa das reformas de base. Seria no antigo prédio da Secretaria da Saúde em frente ao Mercado Municipal. No início da noite, fomos, eu e um grupo de bancários, carregando faixas e cartazes, para o local do comício. Tudo parecia tranquilo, pois o Governador de Minas – Magalhães Pinto – prometera apoiar o evento. Mas não cumpriu a palavra e mandou a polícia militar cercar e cair de paulada em cima dos manifestantes. Simultaneamente, militantes

da TFP-Tradição, Família e Propriedade¹¹, entrincheirados ao lado da Secretaria, começaram a lançar enormes blocos de pedra sobre os grupos que chegavam. Uma dessas pedras me atingiu na cabeça, desmaiei e cai no chão. Quando acordei, poucos minutos depois, estava na carroceria de uma caminhonete da polícia, último lugar onde eu deveria estar. Com um enorme corte na cabeça e todo ensanguentado, rolei para fora do veículo e acordei no Pronto Socorro, suponho que levado por amigos. Depois de vários pontos no ferimento e revoltado com toda a situação, tentei voltar para o *campo de batalha* e não consegui tal era a minha fraqueza. No dia seguinte, o Jornal do Brasil estampou minha foto na primeira página com anotações que devem ter ido direto para os arquivos do DOPS.

Foram muitos os eventos desse tipo. No afã revolucionário, eu me considerava forte e corulento para enfrentar os embates, exatamente o oposto da realidade. Difícil mesmo era chegar em casa estropiado e ainda levar uma bronca da minha mãe. Para evitar isso, eu sempre entrava pé ante pé, eliminava os vestígios do dia no tanque de lavar roupas e me recolhia, silenciosamente, ao meu quarto. Às vezes não dava. Numa das greves fui escalado para fazer piquete na porta do Banco da Lavoura de Minas Gerais que era



propriedade do meu tio, Vicente Araújo. Logo meus pais ficaram sabendo pelo telefone. Além do mais, cheguei em casa sem a minha meia de nylon, inteiramente corroída pelo gás lacrimogêneo lançado pela polícia militar para dispersar os grevistas.

Neste clima de radicalismo político e de crise econômica¹², fui preso e processado em 1964.

11 Organização de inspiração católica tradicionalista fundada em 1960 pelo escritor, jornalista e político Plínio Corrêa de Oliveira. Combatia as ideias maçônicas, socialistas e comunistas e alinhava-se com a defesa da monarquia como sistema de governo para o Brasil.

12 Para entender o ambiente da época, ver: José Murilo de Carvalho - "Fortuna e virtú no golpe de 1964", Revista de Estudos Avançados, N.º. 28, pag. 80, 2014.



Logo depois que me formei, no final deste ano, recebi um convite para lecionar na UnB – Universidade de Brasília. Fiquei eufórico com a possibilidade de iniciar uma carreira acadêmica e parti para a recém- fundada Capital do país, sem imaginar o que me esperava ali.

Os primeiros meses da nova vida foram ótimos e deles tenho, até hoje, uma lembrança agradável. Fui alocado no Departamento de Sociologia e convivi com grandes personalidades de várias áreas de conhecimento num clima informal e

criativo que jamais imaginava existir numa instituição universitária. Mas logo fui envolvido numa nova tempestade política. A Universidade foi ocupada pelas Forças Armadas e o cerne da crise era um dos professores do meu departamento. Depois de semanas de muita tensão, 130 professores pediram demissão e eu entre eles.

Sem qualquer perspectiva profissional na cidade, fui tentar um emprego em São Paulo. Lá fiquei uns seis meses hospedado na casa de meu irmão em Santo André, cumprindo a rotina de, aos domingos, selecionar ofertas de emprego nos classificados do Estadão e, durante a semana, visitar as empresas que precisavam de alguém com o meu perfil (será que alguma precisava?). Depois de dezenas de tentativas, consegui ser admitido numa indústria de autopeças como chefe de pesquisas e desenvolvimento de vendas (sic). A nova rotina era acordar às quatro horas da manhã, tomar um ônibus perto de casa quando ainda estava escuro, seguir até a estação de Santo André, viajar por uma hora num trem lotado até o centro de São Paulo, tomar outro ônibus e bater o ponto na portaria da empresa às 7 horas; trabalhar o dia todo, almoçar no refeitório da fábrica e, no fim do dia, fazer o trajeto oposto. Sobrevivi por algum tempo até alugar um apartamento mais próximo da fábrica. Minha primeira missão no novo emprego foi demitir cinco funcionários da seção, à minha escolha. Duro golpe nos meus ideais revolucionários.

E assim começou a minha vida de paulistano, que durou 25 anos, nesta cidade onde nasceram meus três filhos. Nenhuma revolução em vista, apenas mudanças suaves no plano pessoal. Era o que eu pensava, mas novos caminhos me esperavam. Por indicação de um amigo, mudei de emprego e fui parar numa empresa de consultoria para trabalhar em planejamento urbano. Meu chefe era um senhor muito simpático, de cabelos grisalhos, na faixa dos 55 anos, que logo fiquei sabendo ser Diógenes Arruda, o principal dirigente do Partido Comunista Brasileiro depois de Luiz Carlos Prestes por mais de trinta anos. Meus dois colegas de trabalho eram Sergio Vieira da Cunha, da Ação Popular em São Paulo, que muito mais tarde veio a ser ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, e Kalil Chade, ex-secretário do Partido Comunista em São Paulo. Havia duas outras empresas coligadas, uma na área de urbanismo e outra na área de administração pública. Seus dirigentes e principais quadros eram também do Partido Comunista em diversos estados que, perseguidos pelas forças de segurança, vieram se esconder em São Paulo (sim, isso era possível na época). Em síntese, meus sonhos de uma vida despreocupada logo se esvaíram. Embora eu não assumisse qualquer militância política, não podia me esquivar dos pedidos para abrigar perseguidos políticos e gente da guerrilha



em minha casa por várias semanas, sem nem ao menos poder perguntar pelo nome dos *hóspedes*.

Imigrantes em São Paulo, eu e minha esposa, Maria Amália, tínhamos como opções de relacionamento pessoal os antigos amigos da JEC e da Ação Popular que haviam se mudado para a cidade. Entre eles estavam alguns freis dominicanos que foram alvos de violenta repressão por suas relações com o líder guerrilheiro Carlos Marighela.

Neste período passei incólume, apesar da forte tensão provocada pela repressão policial que se infiltrava na vida das pessoas e em todas as esferas da sociedade. Muitos fatos aconteceram ao longo dos últimos quarenta anos, vários relacionados com ideologia e política. Mas aqui não é o lugar para lembrá-los.

Não posso terminar este relato sem voltar um pouco a Diógenes Arruda, essa figura querida, anacrônica, autoritária, mas cheia de sentimentos humanos e ideais sociais. Ele dedicou 33 anos de sua vida à construção do PCB e depois mais alguns ao novo partido que ajudou a criar, o PC do B. Era muito respeitado nos países socialistas e conheceu figuras como Mao Tse-tung e Stalin, sobre as quais contava mil histórias. Com exceção de um curto período como deputado federal, nunca havia trabalhado fora das estruturas partidárias quando o conheci. Isso explica porque esta figura que correu o mundo não sabia preencher

cheques e para isso sempre vinha me pedir ajuda bastante constrangido.

Arruda e sua esposa, a pintora pernambucana Tereza Costa Rego, me tratavam como um filho ou neto, sei lá o que. Quase nunca conversávamos sobre política quando os visitava no seu pequeno apartamento, atulhado de diários oficiais, livros e revistas.

Em 1968, quando nasceu meu filho Guilherme, meu salário estava atrasado e eu não podia tirar minha esposa e o recém-nascido do hospital sem dinheiro para pagar a conta. Reclamei com o Arruda e ele, *incontinenti*, saiu comigo atrás de vários devedores da empresa a exigir os pagamentos e explicando porque era importante receber. Resolvemos o problema imediato, mas não os futuros atrasos. Pouco depois ele foi preso, torturado e, solto em 1972 quase à beira da morte, exilou-se no Chile e depois na França. Em 1978 eu o encontrei em Paris: Arruda, aquele guerreiro destemido, chorou como uma criança ao me ver. Nunca aprendeu a língua, não se adaptava aos costumes e sonhava com um retorno ao Brasil o que só aconteceu um ano depois.

Morreu em 1979, após a sua volta ao Brasil.



RESENHAS

FARRAPOS DE TEMPOS IDOS

A vida na fazenda no final do século XIX

“Farrapos de Tempos Idos ...”, de José Palhano de Jesus, foi finalizado em 1933, no Rio de Janeiro e impresso em 1950, quando o autor completava 75 anos¹. Como sugere o título, conta histórias de uma época que se foi para não voltar. José Palhano de Jesus nasceu quando o Brasil era uma monarquia, passou pela abolição da escravatura, em 1888, e pouco depois pela proclamação da República. Apesar de tantas mudanças, do ponto de vista do menino que se apresenta na primeira parte do livro, a vida corria tranquila, recheada de histórias pitorescas e aventuras de criança.

O livro retrata o período em que o autor viveu na Mata Virgem, fazenda escravagista de algodão de propriedade do seu avô, localizada no interior do Maranhão, distante cerca de 80 quilômetros da cidade de Codó, à época uma pequena vila. Os costumes e as situações que compunham o jeito de viver de brancos e escravos na fazenda, entre 1880 e 1890, são apresentados ao leitor em detalhes.

O cotidiano e as impressões das crianças aparecem em primeiro plano. Há muitas e divertidas histórias relacionadas aos brinquedos e brincadeiras da época, ao momento de alfabetização e às confusões que elas faziam ao absorver o conhecimento comum à época, pautado muito

mais pela religião do que pela ciência. Confusões que afetavam também os adultos, cercados por folclores, crendices e histórias de almas penadas e lobisomens.

José Palhano e seu irmão, Anísio, passaram a infância em longas explorações pela fazenda e suas imediações. Desde bem pequenos, com suas camisolinhas feitas pela mãe e sapatos talhados por um único sapateiro na vila de Codó, os dois passavam os dias em brincadeiras ao lado dos tios – também crianças à época – e dos “moleques e negrinhas”, como eram chamados os filhos dos escravos. Encontravam diversão em cada canto: nos currais, paióis, açudes, riachos e ranchos.

A mãe de Palhano é figura importante na narrativa. Ao contrário das mães de hoje, ela não acompanhava de perto todas as aventuras – algumas até bem arriscadas – de seus filhos. Tendo se casado com apenas quinze anos com um “senhor” de 35, ficou viúva muito cedo, quando Palhano tinha apenas quatro anos e seu irmão seis. A partir daí, se dedicou a cuidar da administração da Casa Grande, de seus filhos e dos irmãos menores (já que a mãe dela estava debilitada após ter sofrido de tifo) e ainda costurava, à máquina, roupas simples que vendia aos escravos e agregados da fazenda.

¹ JESUS, José Palhano – Farrapos de tempos idos... Rio de Janeiro: Casa da Moeda, 1950. 353 p. O autor era tio-avô de Mauricio Cadaval.

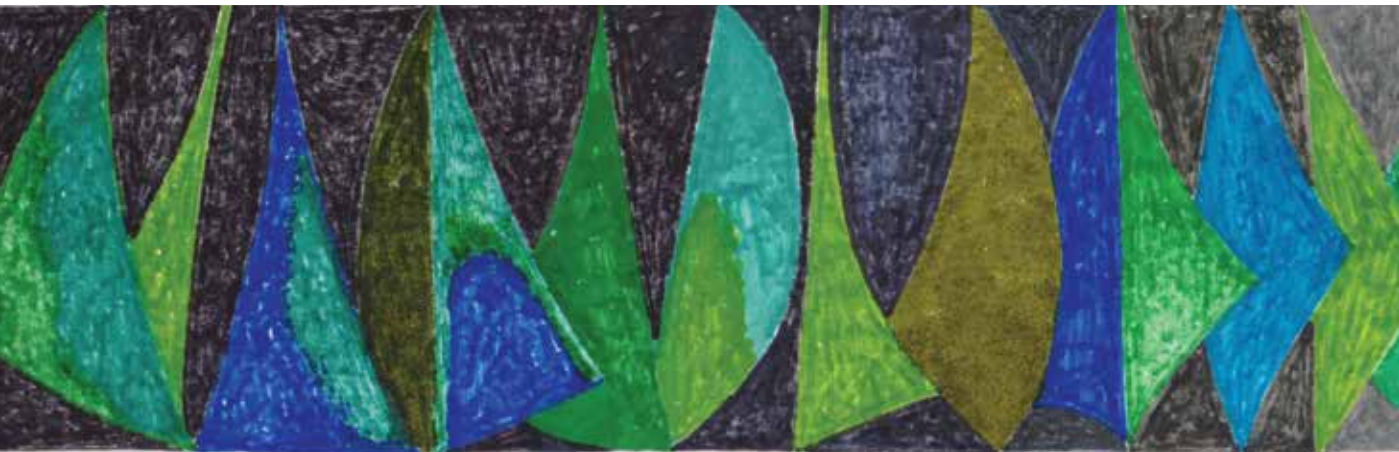


O principal produto da fazenda era o algodão, colhido por escravos que tinham a obrigação de trazer pelo menos três arrobas por dia, caso contrário eram açoitados. Palhano relata como assistiu várias vezes ao “degradante espetáculo” da pesagem do algodão, realizada no início da noite, em frente à varanda da casa. O menino viu, por exemplo, a confusão que se criou quando a velha escrava Otávia tentou esconder dentro do algodão umas duas ou três pedras para aumentar o peso e escapar da sova.

O trabalho dos negros era incessante, comandado pelo feitor branco (que por sinal era mulato), compadre Alfredo, e pelo feitor preto, chamado Ivo. O autor descreve como algumas escravas passavam o dia socando o arroz em um pilão, para separar a casca do grão. Ou como na “eira” de bater arroz e secar algodão – um grande pátio de terra socada – os escravos batiam

cadenciadamente a planta com grandes paus, enquanto entoavam versos simples. Cantigas e versos faziam parte da rotina de todos, brancos e escravos, crianças e adultos.

Os meninos se misturavam ao trabalho da fazenda, se divertindo e também aprendendo. Uma das brincadeiras tinha como cenário o paiol onde era depositada a pluma do algodão. A farrá era saltar por cima da pluma, para baixar o volume e permitir que uma quantidade maior fosse armazenada. “Nós, os meninos, nos oferecíamos para aquele serviço: ou melhor, para aquele agradável desporte, não raro em companhia de moleques e até negrinhas, estes e estas nus, segundo a moda deles até os 10 anos. E era um atirar-se de bruços sobre aquela tênue matéria que se comprimia deixando-nos inteiramente mergulhados num mundo branco e leve”.



Além do algodão, a fazenda era autossuficiente: plantava-se arroz, milho, fumo e outras culturas, criava-se gado, porcos e galinhas. Roupas, facas, enxadas, esteiras, balaio e vários outros objetos também eram produzidos ali. Meio na brincadeira, meio a sério, as crianças aprendiam atividades diversas típicas da fazenda, como o plantio e tratamento do fumo, o trabalho de ferreiro ou a construção de casas de taipa.

Só se obtinha da vila de Codó raros itens industrializados. Fazia sucesso, por exemplo, o presente que o avô trazia quando ia à vila: pães pequenos e ovais, “os únicos que ali se fabricavam”. Mesmo sendo já “pães dormidos”, agradavam à meninada por conta da novidade. O usual no café da manhã da fazenda era ter iguarias como bolo de tapioca, “bolo podre”, cuscuz, pamonha, macaxeira, abóbora (jerimum), beiju, entre outros.

A rica produção da fazenda e as comidas preparadas com o que se plantava e colhia aparecem em vários trechos e chegam a dar água na boca no leitor. Como diz Palhano em certo trecho, era uma

fartura “estupenda”. Ele descreve, por exemplo, as “sete maravilhas do mundo da cana de açúcar” obtidas no processo de refino do açúcar, que vão desde o rolete de cana até cascões e raspas que se formam nas paredes do tacho de cobre.

O mocotó era outro prato famoso. Quando se matava um boi, chamavam-se os brancos das fazendas vizinhas para o banquete: havia o mocotó comum e o mocotó coberto (com ovos), ambos bem temperados com pimenta de cheiro. Para acompanhar, pirão, leitoa guisada, leitão assado, guisado de carneiro, lombo de porco, entre outros pratos. Palhano relata que, em um daqueles dias de festa, ouviu os adultos pedirem várias vezes: “passe a pimenta...”. Achando que era uma coisa essencial, pediu também. O desejo foi negado, mas ele tanto insistiu que o avô se irritou e despejou pimenta no prato da criança. “Daí por diante nunca mais quis saber de tão bárbaro tempero...”.

O autor conta que o avô havia plantado, próximo à mata nativa, um vasto campo artificial. Ali se criava, além dos bois, porcos e carneiros,



sendo estes últimos de alta qualidade, de raças que o fazendeiro procurava melhorar com a importação de espécimes ingleses. Do boi, tudo se aproveitava. Os meninos acompanhavam o espetáculo da matança do animal, realizado uma ou duas vezes por mês, e disputavam os despojos: a bexiga era o mais desejado pela criançada: “soprada, amarrada e batida no chão, ia-se distendendo até constituir um grande ovoide, translúcido e leve, que servia de peteca e de açoite”.

Entrando no tema das brincadeiras, uma das mais comuns era a criação de filhotes de passarinhos, como pombos, juritis, fogo-pagou

e sangue-de-boi, apanhados com o uso de arapucas. Para alimentá-los, utilizavam um processo que não seria muito bem visto pelas mães de hoje: imitando os pássaros, enchiam a própria boca de arroz cru e água e mergulhavam o bico do filhote ali dentro. Aparentemente, o sistema funcionava e os bichinhos sobreviviam. Já as andorinhas não tinham tanta sorte. Ao observar que elas não comiam grãos e que ficavam frequentemente pousadas nas bostas de cavalos e bois, concluíram os meninos que este seria seu alimento e insistiam em alimentar os filhotes com pequenas “pílulas” de excremento. Obviamente, eles rapidamente morriam.



Em certa ocasião, Palhano teve a sorte de encontrar um tucano, a quem criou com muito cuidado. As crianças também alimentavam filhotes órfãos de porcos, veados, antas, cotias, pacas, preás, raposas, catetus e queixadas. Além da distração proporcionada por essas criações, possuíam vários brinquedos, que eles mesmos construíam. Eram violinhas feitas com cabaça, elástico de botinas velhas, fios da cauda de cavalo e outros itens, carros de boi de cabaça, reque-reques, papagaios de papel, armas de arremesso, zarabatanas, entre vários outros.

De vez em quando, o avô ou um dos jovens tios trazia da vila de Codó ou de São Luiz alguns brinquedos “de loja”. O retorno de viagem deles era esperado com impaciência. Numa daquelas “memoráveis aberturas de mala”, Palhano viu surgiu um livrinho com figuras na capa. Aparentemente, o tio não tivera tempo de comprar brinquedos e deixou que o menino ficasse com o livro. Ainda sem saber ler, ele adorou o “presente” que descobriu, mais tarde, ser um simples catálogo de máquinas de costura.

Cantos e rezas eram frequentes e havia um verso para cada momento e necessidade. Palhano descreve, por exemplo, que quando as chuvas demoravam um pouco a chegar, organizava-se uma procissão que unia, “numa tocante fraternidade”, brancos e pretos, mulatos e cafuzos. Carregando os santos do oratório de “Mãe-

-Dondom”, a matriarca da fazenda, saíam pela fazenda até a beira da mata, espantando no caminho os jacus, macacos e periquitos. “Sendo as procissões realizadas no tempo próprio das chuvas, quando estas já não tardavam, não é de estranhar que o milagre se operasse às vezes ao apelo dos nossos cantos. E lá voltávamos, estrada afora, completamente ensopados...”.

A religião aparece em várias outras histórias. Em uma delas, Palhano com seus dez anos, empolgado com o catecismo, se esforça para achar um pecado para confessar, na véspera da primeira comunhão. Depois de muito pensar, resolveu relatar ao padre certo “incidente que, quando ocorrido, audível ou sensivelmente, junto dos outros, mesmo que por descuido, não deixava de provocar protestos”. A descrição fica clara em outro trecho: ele estava falando de gases. Obviamente, o padre se divertiu e o liberou do “pecado”.

Em outra passagem, Palhano conta que a reza dos “pretinhos” da fazenda era comandada pela Tia Eufrásia, que chamava o Pai Nosso de Oponosso e rezava assim: “venha a nós avó torreno”... E completa: torreno era o nome que se dava, no Codó, ao torresmo.

Ainda nesta linha, um dos causos descreve uma noite em que, assustados com raios e trovões de uma tempestade, todos na casa grande se puseram a rezar juntos. A mãe de Palhano lia as frases que eram ecoadas em

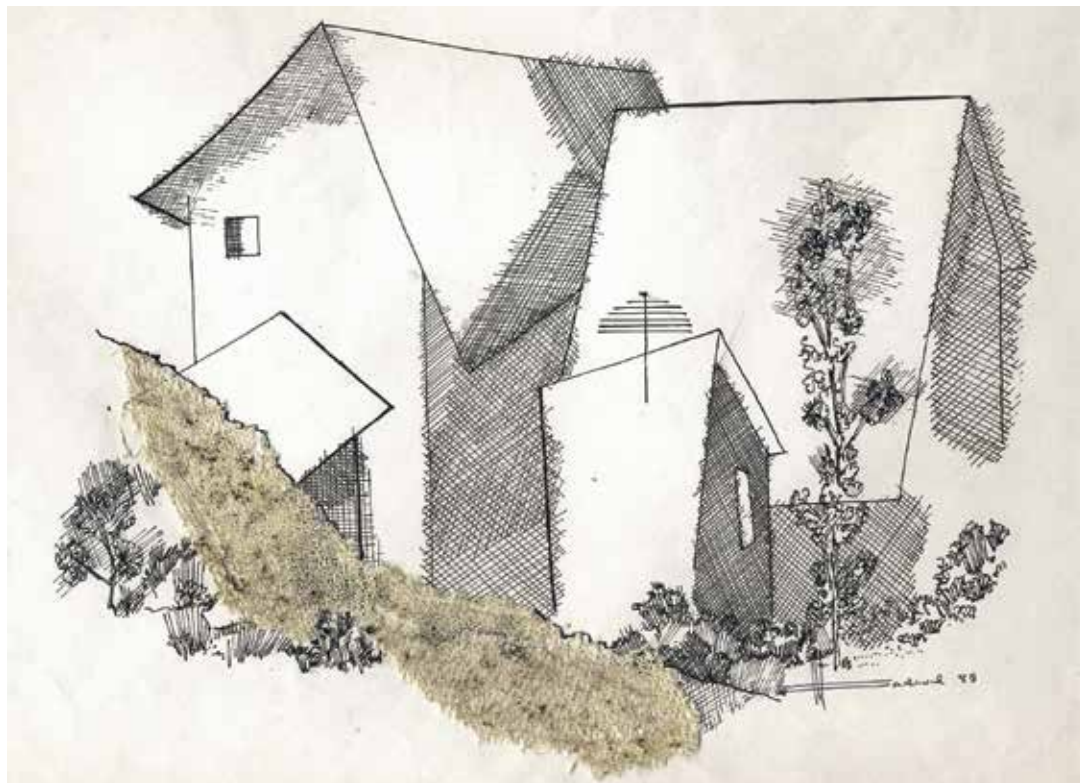


coro pelos demais. Em certo momento, a mãe interrompe a reza para dar um recado a alguém: “vai ver se Dondom está precisando de alguma coisa”. Ao que a que a criança repete, achando que ainda era parte do coro: “vai ver se Dondom está precisando de alguma coisa”. “Não é assim, meu filho”, replica a mãe e ele, imediatamente:

“não é assim meu filho”, provocando risos e acabando com a solenidade do momento. Para o menino, “para aplacar o padre eterno, com as suas furiosas barbas, bastavam as ininteligíveis palavras cabalísticas”.

O relacionamento das crianças com os adultos era bem diferente do de hoje em dia. Em um dos capítulos, Palhano conta de alguns merecidos “bolos” que levou, por conta de desobediências ou por falar palavrões. O respeito ao mais velho era exigido sempre, inclusive em relação aos escravos. Certa ocasião, Palhano e seu irmão brincavam na varanda por cima de um monte de algodão em caroço que havia sido espalhado ali para secar. O preto velho Benício, ex-feitor muito respeitado – “tão estimado que sentava-se à mesa dos brancos, coisa extraordinária naqueles tempos” – chamou a atenção das crianças. Palhano respondeu, sem intuito de ofender: “qual compadre! Você é preto!”. Benício levou o menino à mãe, que lhe aplicou um corretivo imediato.

Quando Palhano completou doze anos, sua mãe, na dificuldade de achar um professor ou um local em que ele pudesse continuar seus estudos, iniciados na casa de um padre em Codó, mandou o menino para a vila de Parnaíba, onde ele foi trabalhar como aprendiz na farmácia de seu tio Mundico. Lá, presenciou casos como o do “poeta” Joao Mandubé, que havia “cismado” de ser professor primário. Alguns dos nomes importantes da cidade, entre eles seu tio Mundico, resolveram



formar uma banca para examinar o candidato. Em certo momento, perguntam a Mandubé quem era o poeta Fábio Everton. O rapaz entendeu mal a pergunta, mas não quis se fazer de vencido e respondeu: “sim senhor, Fábio é verbo”.

Na farmácia, Palhano também vivenciou as fraudes que ocorriam em nome do “interesse comercial”. Ele conta que viu seu tio fabricando uma pomada de mercúrio, remédio muito procurado à época. No processo de mistura, se adicionava “pó de sapato” para dar uma cor mais escura à pomada e diluir o custo, já que o mercúrio era caro. O aprendiz, ao ver o processo,

passou a fazer a pomada apenas com o tal pó, sem uma grama de mercúrio, principal medicamento operante. “Nem me passava pela cabeça que aquilo era mal feito”, conta.

Entre tantas outras histórias, há descrição de várias festas da fazenda, como o Bumba meu Boi, o São João ou a Festa de Nossa Senhora da Conceição. Nesta última, realizada no final do ano, uma das atividades era uma roda de cantorias no meio da qual dançava sempre uma jovem, negra ou mulata. Também ocorriam os “chorados”, espécie de quadrilha, da qual raramente os brancos tomavam parte.

Um dos momentos relatados no livro conta da chegada de ciganos à fazenda. Um grupo de aproximadamente 20 cavalos chega de surpresa numa manhã qualquer, trazendo homens, mulheres e crianças, e logo movimentam a rotina da fazenda. Os ciganos negociavam cavalos, liam as mãos, ou a “buenadicha” em troca de algum dinheiro – sempre com boas notícias para agradar ao ganjão (nome dado a quem não é cigano) – e as crianças surrupiavam discretamente frangos e ovos. Mas os moradores se davam por pagos com a quebra da rotina monótona da fazenda, admirando as vestimentas, costumes e jeito de falar diferentes e ouvindo as novidades que eles traziam.

O final da temporada de Palhano na fazenda coincide com o início da decadência da fazenda Mata Virgem, causado por problemas econômicos (a queda do preço do algodão) e precipitado pela doença do avô e pela abolição da escravatura. Palhano lembra bem do dia em que chegou a notícia do fim da escravidão. Era o dia seguinte ao ato da princesa Isabel e a boa nova chegou da Corte por telégrafo. O fazendeiro quis que os agora já ex-escravos fossem informados imediatamente.

“O sino da varanda começou desde logo cedo a badalar em frente à capela e os pretos, intrigados com a extemporânea chamada, foram se reunindo no pátio em frente, mal iluminado pela luz pálida dos candeeiros de azeite”. Foi neste cenário que o tio Otaviano, antigo autor de versos abolicionistas, anunciou o grande fato: “Vocês

estão todos livres! Não há mais escravos no Brasil!”. A reação, ao contrário do que se poderia esperar, foi de silêncio.

Os brancos, sorridentes, olhavam para o grupo de escravos da varanda, mas a quietude permanecia. Foi preciso que tio Otaviano descesse e fosse se colocar no meio dos escravos para repetir a novidade. Aos poucos, começou um crescente murmúrio, indicando que eles começavam a se dar conta que a abolição era uma realidade. Foi, novamente, o tio que conclamou o grupo para a festa, chamando um “viva” para a princesa Isabel e outros abolicionistas e decretando: “agora vão brincar tambor, vão se divertir”.

À noite e na manhã seguinte houve festa, dança e cantoria. Os escravos não foram embora, “como seria de esperar em homens ansiosos de experimentar, fora das telas do antigo viveiro, as novas asas da Liberdade. Fez-se com eles um contrato verbal e quase todos, se não todos, voltaram à roça”, conta Palhano.

São muitas e muitas histórias. Cada capítulo é nomeado com frases que indicam três ou quatro histórias que serão contadas ali. Há histórias das viagens a cavalo que se faziam entre uma fazenda e outra, versos, trechos de cantigas e mais algumas travessuras de Palhano. Um livro rico e divertido, que, apesar do estranhamento causado pela linguagem antiga, encanta ao leitor que se interessa por conhecer um mundo tão diferente.

O MÉDICO INVENTOR DE AVIÕES

Entrevista com José Ribas Cadaval¹

“Dentro de pouco tempo, a navegação aérea não será mais um mito, será uma realidade pura e completa” José Ribas Cadaval.

José Ribas Cadaval, médico, inventor e autor do livro *Tratado de Aeronáutica*², primeira obra de um brasileiro sobre o tema, publicada em 1913, viveu no auge da segunda Revolução Industrial. Era a época do surgimento de grandes invenções, como o avião e o navio a motor. Em poucos anos, o mundo assistiu a um desenvolvimento significativo das tecnologias para a indústria química, elétrica, de petróleo e do aço, com enormes consequências na economia e na vida da população.

Havia uma grande ebulição na área de ciência e tecnologia e as boas ideias se transformavam rapidamente em produtos, a maior parte deles voltados ao mundo militar. No curto período entre as duas grandes guerras mundiais, os países sabiam que a paz não seria duradoura. Quem estivesse mais preparado largaria na frente.

Imbuído pela filosofia em voga à época, o positivismo, e por uma grande dose de patriotismo, Ribas Cadaval buscava contribuir, com a publicação de seu *Tratado*, para o desenvolvi-



mento de uma “aeronáutica militar” no Brasil, o que envolveria a fundação de uma escola e a criação de um arsenal de guerra, com a construção de dirigíveis e de outros aparelhos de navegação aérea.

¹ *Texto literário, baseado em trechos do livro *Tratado de Aeronáutica* e em pesquisa sobre a vida e obra de José Ribas Cadaval, nascido em 1863 e falecido em 1920.

² CADAVAL, JOSÉ RIBAS – *Tratado de aeronáutica: Navegação Aérea, dos mais leves que o ar (dirigíveis) dos mais pesados que o ar (aeroplanos)*. Bélgica: Typ. Cl. Thibaut, 1911. 392 p.,. O autor era tio-avô de Maurício Cadaval.

Apenas sete anos antes, em 1906, Santos Dumont havia realizado o primeiro voo público de que se tem notícia, circulando a torre Eiffel a bordo do 14 Bis. A indústria aeronáutica, portanto, ainda não existia e o conhecimento científico e técnico sobre o tema estava em desenvolvimento.

Ribas Cadaval, apesar de não ser matemático ou engenheiro, estudou as teorias que havia até então e, com base nelas, inventou e conquistou a patente de um novo aparelho, o “aerostoplano”, um sistema híbrido entre um balão dirigível e um aeroplano.

Com base em informações retiradas de seu livro, imaginamos como Ribas Cadaval responderia a uma entrevista sobre seus inventos, experiências e motivações. Confira:

Quando o senhor começou a se envolver com a aeronáutica?

Corria o ano de 1897 quando voei pela primeira vez. A bordo de um balão cativo, subi a 1000 metros acima do solo, marca significativa para a época. Eu tinha 34 anos e estava trabalhando como médico da Armada no navio cruzador-torpedeiro Tupy. Quando surgiu a oportunidade de embarcar em um balão que fazia testes aéreos nas proximidades de Bruxelas, em companhia do aeronauta Baud Filho, não hesitei. Na longa viagem de volta da Europa para o Brasil a bordo

do Tupy, me dediquei a idealizar o projeto de um balão dirigível.

O que o motivou a estudar este tema?

Era claro para mim que o avanço da aeronáutica, muito mais do que satisfazer desejos inconscientes do ser humano, ligados às ideias de voo e liberdade, oferece um alto interesse prático à humanidade, que justifica todos os esforços e sacrifícios envolvidos no processo.

Quanto mais me envolvo com o tema, mais percebo que o Brasil precisa disso! Somos uma grande potência mundial e, apesar de não sermos um país conquistador, precisamos estar suficientemente aparelhados para garantir a defesa territorial e a soberania nacional. O que me encorajou neste caminho é, devo admitir, a vaidade do inventor, mas também o entusiasmo de patriota.

Em 1908, o senhor apresentou um protótipo de dois metros de uma aeronave a autoridades civis e militares, inclusive ao Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, e à imprensa. Como era este projeto?

Tratava-se de um balão, batizado de “Cruzador Aéreo Hermes”, que já trazia as origens da ideia que me deu destaque na aeronáutica: os planos de sustentação. Ou seja, ele foi projetado de tal



forma que, se a força para subir faltasse, ainda assim a máquina seria capaz de planar, descendo demoradamente e evitando acidentes.

Como era uma máquina de uso militar, incluí como armas os torpedos-flecha e o “devastador incendiário”, substância que eu mesmo inventei e que, depois de liberada, se espalhava queimando tudo que houvesse pelo caminho. Cada quilo da substância poderia se espalhar por uma área de 25 metros quadrados, com labaredas intensas e duradouras.

Hoje, no século XXI, as aeronaves voam a mais de 10 mil metros de altitude e a velocidades em torno de 900 quilômetros por hora. Comparativamente, como era o cruzador Hermes?

Bem, com a tecnologia disponível à época, previmos que ele seria movido por um motor de 60 cavalos e conteria 2,5 mil metros cúbicos de gás hidrogênio, podendo atingir 90 quilômetros por hora e cerca de 1000 metros de altitude. A aeronave seria feita de alumínio na metade inferior e seda na parte superior. Hoje, além do alumínio, se usam materiais sofisticados que não existiam à época, como fibras de vidro e de carbono.

O senhor chegou a aperfeiçoar este projeto. Como foi isto?

Alguns anos mais tarde, aprimorei a ideia inicial ao desenvolver o projeto de um “aerostoplano” –

sistema misto que inventei, que utiliza a aerostação, ou seja, a construção de aparelhos mais leves do ar, como os balões, conjugada ao sistema dos aeroplanos, que precisam de um motor e um propulsor para voar, já que são mais pesados que o ar.

Nesta época, o senhor estava totalmente dedicado à aeronáutica e chegou a realizar experiências em um túnel de vento na Suíça, tendo sido o primeiro brasileiro a trabalhar com este tipo de teste. Como foi este período e o quê mais o senhor desenvolveu por lá?

Em 1909 eu pedi licença da Marinha para estudar eletroterapia e higiene naval na Europa e nos Estados Unidos. Estudei os dois temas, mas também aproveitei para aperfeiçoar meus conhecimentos aeronáuticos e, inclusive, cursei a Escola Superior de Aeronáutica de Paris.

Em 1911, obtive o primeiro sucesso: consegui a patente francesa para um “aeróstato planador dirigível”, ou seja, o aerostoplano, o que mostra que a minha invenção era viável e inédita.

Em 1912, montei um gabinete aerodinâmico para estudar a reação do ar sobre corpos em movimento em Teufen, na Suíça. Lá, construí um túnel de vento de 23 metros de comprimento e 3 metros de largura, que serviu para que eu testasse modelos reduzidos de aeronaves.

Quando voltei ao Brasil, pedi ao Ministro da Marinha, o contra-almirante Joaquim Marques

Batista de Leão, autorização para construir na Escola Naval da Ilha das Enxadas o meu mais novo projeto: o Hidroplano Estável Cadaval.

E ele foi construído?

Infelizmente, não. O professor responsável pela escola, o capitão-de-corveta José Pinto da Motta Porto despachou meu pedido informando que as oficinas teriam condições técnicas para a construção do hidroplano, mas que ele não iria autorizar o uso da mão de obra dos alunos.

Quando o assunto chegou novamente ao gabinete do Ministro da Marinha, ele decidiu enviar a proposta à Inspetoria de Engenharia para avaliação. Acredito que os engenheiros se irritaram por eu ter dito que não haveria órgão técnico habilitado para avaliar o assunto e decidiram negar a continuidade do projeto. Apontaram falta de precisão, mas não quiseram rediscutir os cálculos ou fazer novas propostas.

Na sua opinião, faltou apoio do governo brasileiro ao desenvolvimento da tecnologia nacional?

Sim, em discurso que fiz na inauguração oficial da Sociedade Nacional “Confederação Aérea Brasileira”, mostrei que o Brasil teve pioneiros relevantes na aeronáutica, como Bartolomeu de Gusmão, que inventou o aeróstato, Júlio César,

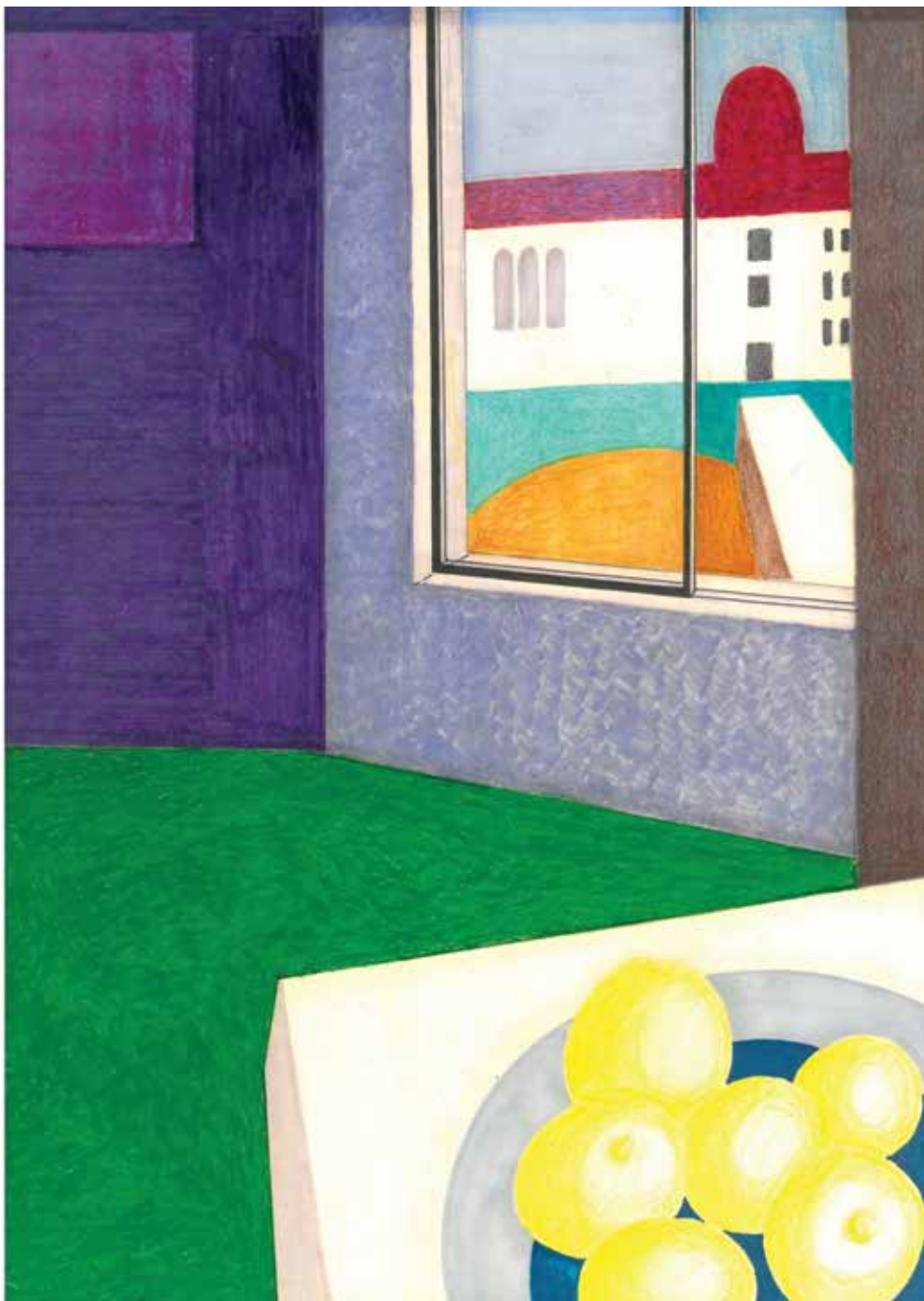
Augusto Severo e o glorioso Santos Dumont, mas, ainda assim, absolutamente nada estava sendo feito até aquele momento em prol da navegação aérea. Abro exceção para dois personagens que defenderam a aeronáutica do país, que foram o Barão de Tefé e o marechal Hermes da Fonseca.

Há quem o critique por ter se dedicado à aeronáutica, afinal, a sua formação é de médico e não de engenheiro ou matemático, como haveria de se supor.

O que o senhor acha disso?

Não temo as críticas dos que acham estranho que um médico se aventure nestas questões. Acredito, afinal, que os profanos, como eu, inventam por intuição e os engenheiros depois fazem aquilo que lhes compete, isto é, aperfeiçoam.

Quando editei meu livro na Bélgica, tendo mandado imprimir 20 mil exemplares inteiramente às minhas custas, já tinha a convicção que mantive ao longo da minha vida: dentro de breve tempo, a navegação aérea não será mais um mito, será uma realidade pura e completa. E não se dirá mais dos que se dedicam com verdadeiro e estoico heroísmo a esta nova e futurística ciência, que eles são sonhadores ou semi-doidos...



HISTÓRIAS DE PAULO



ENCONTRO NO CARIBE

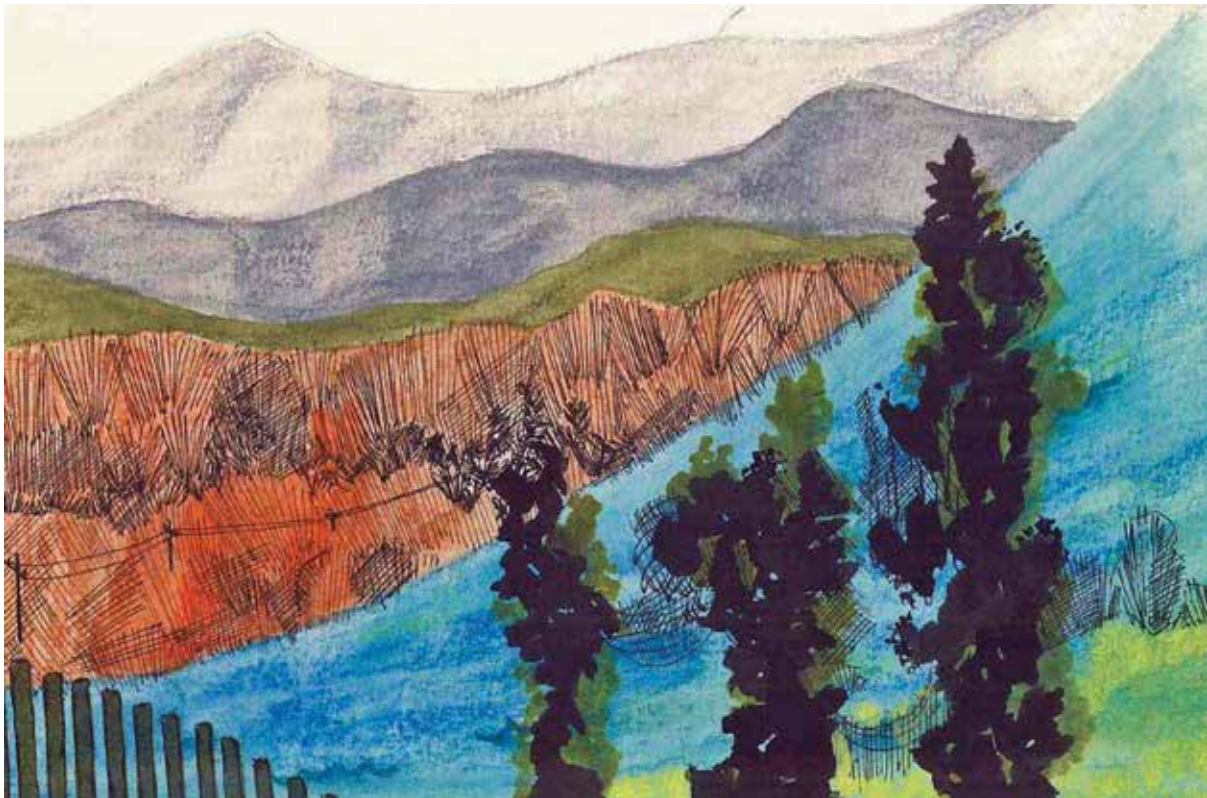
Estávamos na década de sessenta e eu trabalhava na indústria automobilística. Era gerente de suprimentos, responsável pelo planejamento e abastecimento das linhas de produção da empresa. Um de nossos fornecedores mais importante era do ramo de pneus. Nos primeiros dias de cada mês, religiosamente, o gerente de vendas desta empresa marcava uma reunião comigo para que fosse analisado o desempenho das entregas do mês anterior, os problemas encontrados e os programas de produção para os meses seguintes. Esta reunião acontecia na parte da manhã e terminava lá pelo meio dia, seguida de um convite ao fornecedor para almoçarmos em um restaurante próximo, em São Bernardo do Campo.

Durante o almoço nada de falarmos de serviço. Ele, John, era inglês e falava de seu país, da cidade em que tinha nascido (Londres), de sua família e da satisfação de morar no Brasil há mais de cinco anos. Eu, por outro lado, falava sobre minha família, sobre futebol, aviação e de meu desejo de conhecer a Europa. Todo mês era a mesma coisa. Estes encontros fizeram nascer uma amizade entre nós. No fim de cada ano John convidava todos os gerentes de suprimento das outras indústrias automobilísticas para um jantar com as esposas em São Paulo. Passaram-se anos e este cerimonial se repetia rigorosamente.

Numa das reuniões mensais, John me avisou de sua saída da indústria, pois ia se aposentar e voltar para a Inglaterra. Lá ele ficaria por um ano e em seguida iria com a esposa, Kate, passar o resto de sua vida em uma ilha, muito pequena, no Caribe. A ilha era uma possessão inglesa. Na única cidade (?) desta ilha moravam aproximadamente vinte e cinco famílias de ingleses idosos, que lá possuíam pequenas chácaras.

No fim do ano John despediu-se de mim e partiu para a Inglaterra, com a promessa de escrever para mantermos tão boa amizade. Isto realmente aconteceu algumas vezes e depois o nosso contato acabou.

Passados alguns anos, iniciei uma atividade alternativa que consistia em fazer traslado de aviões pequenos dos EUA para o Brasil. Um amigo, o Alcy, comprava estes aviões, trazia-os para cá e os revendia com um lucro fantástico. Convidou-me para ser seu sócio, mas o *bobão* aqui preferiu ficar na indústria automobilística... Entretanto ofereci-me para fazer o traslado de alguns aviões, já que ele tinha dificuldade de encontrar pilotos que falassem inglês e tivessem bom conhecimento de aviação (eu tinha e falava bem inglês, mas meu número de horas de voo era diminuto, pois a aviação para mim era como um esporte). O Alcy aceitou a minha oferta, com a



promessa, nunca cumprida, de instruir-me e possibilitar que eu fizesse o voo *solo* das aeronaves a serem transladadas.

Um belo dia ele me procura e convida para acompanhá-lo numa viagem aos EUA, para trazer um Piper. Era um Cherokee Arrow 200, com trem de pouso retrátil, hélice de passo variável, asa baixa, VOR e NDB no instrumental, entre outras tecnologias. Eu não deveria fazer um voo *solo*, mas apenas acompanhá-lo como passageiro. Aceitei e trouxemos a *águia*, tirada da fábrica da Piper em Vero Beach, Florida. Aproveitei para conhecer a rota Miami-São Paulo, em detalhes,

já que pilotá-lo nem pensar, pois o Alcy não permitia a quem voasse com ele colocar a mão nos controles: puro ciúme. O meu objetivo, nesta viagem era preparar-me para translados que faria em seguida. De posse de todos os *macetes* cheguei a São Paulo *checado* (pronto) para um traslado *solo*.

Finalmente, alguns meses depois, veio o convite para participar como piloto solo do traslado de quatro aviões, todos da Piper de Vero Beach, Cherokee 140 – PA28-180. Eram pequenos aviões de quatro lugares. Não cabia em mim de tanto orgulho pela façanha que ia realizar.

Sáímos de Vero Beach tendo Miami como destino. Aí seria regularizada a documentação do traslado para a viagem até São Paulo. O grupo era formado pelo Alcy (dono das aeronaves), eu e dois fazendeiros do interior de São Paulo, irmãos. Uma das aeronaves era para a fazenda destes dois.

Ficamos em Miami quatro dias, enquanto a documentação era liberada. Foi uma viagem maravilhosa, apesar de não me adaptar ao voo com um grupo tão heterogêneo. O Alcy, que deveria ser o líder, cuidava só dele: “venham atrás de mim”, dizia. Os dois irmãos fazendeiros eram uns bagunceiros, voavam bem, mas cada um por si. Na chegada a São Paulo eu avisei ao Alcy que continuaria com os traslados durante minhas férias na indústria automobilística, mas, frisei, sozinho. Ele concordou e ficou de me avisar sobre a próxima viagem.

Meses depois chegou a notícia do Alcy: “tem uma aeronave para você buscar”. Desta vez era um Cherokee Arrow 200! Tinha chegado a oportunidade que eu esperava: faria um voo técnico, dentro de padrões de segurança severos e uma navegação, como se dizia na época, *no book* ou seja, absolutamente dentro das normas vigentes. Acontece que o meu pedido ao Alcy, para *solar* um Arrow antes da viagem, não tinha sido atendido. Iria assim mesmo e ponto final.

O recebimento do Arrow na fábrica, consistia num voo acompanhado de um piloto de provas da empresa. Não mencionei ao piloto da fábrica que





nunca tinha sido solo naquela aeronave. Fiz a decolagem, algumas manobras e parti para o pouso que era a parte mais problemática. Este não foi bom como eu desejava, de forma que decolei novamente e me preparei para um pouso “perfeito”. Não foi tão perfeito assim, mas, *dava pro gasto*. Avisei ao piloto que estava tudo ok e poderia considerar a aeronave como recebida por mim.

Sem querer, comentei com ele que aquele era meu primeiro voo *solo*, mas que durante a viagem iria me adaptando à aeronave. Ele quase caiu de costas. O senhor, sem nenhuma experiência de voo com este tipo de aeronave, vai sozinho fazer uma viagem de cinco dias até ao Brasil? Falei que era brincadeira e encerrei o assunto com medo que ele avisasse o seu chefe e este me impedisse de fazer o voo.

Voei naquele mesmo dia para Miami (Opa Locka Airport), regularizei os documentos e daí a três dias estava partindo para o grande voo! Saí muito cedo para aproveitar bem o dia e enfrentei mau tempo na parte da tarde. Lá pelas 17 horas, faltando ainda uma hora para chegar ao ponto planejado para pernoite, vi que corria risco de passar apertado com o início da noite e muito mau tempo.

Estava, neste momento, *na vertical* de uma ilhota que, entretanto, tinha uma pista de pouso excelente. Modifiquei meus planos

e pousei ali. Lá de cima tinha visto apenas uma pequena vila, mas deveria ter um hotel onde eu pudesse passar a noite. No solo fui recebido por um afrodescendente muito alto e magro: era o responsável pelo aeroporto. Tinha ali um hangar diminuto e sua residência.

Expus a ele a minha situação e pedi ajuda para colocar o Arrow no hangar e conseguir condução para a cidade, onde desejava passar a noite. Para meu espanto ele disse que na cidade não tinha hotel, mas eu poderia ficar num quarto, junto à sua casa, destinado a pilotos que por ali pousassem. Problema resolvido. Lá pelas 19 horas ele me chamou para tomar um lanche na sua casa, um convite muito bem recebido, pois eu estava faminto. Ele me explicou que na ilha moravam várias famílias de idosos em pequenas chácaras.

Em seguida ao lauto lanche, dormi e acordei às 6 horas da manhã, com a intenção de partir logo para recuperar o atraso em relação ao plano. O *afro* me informou que tinha verificado as condições meteorológicas da região e a sugestão era que eu não decolasse antes das 12 horas, para não arranjar problema com um péssimo tempo à minha frente. Falei pelo rádio com uma base americana próxima dali e confirmei as informações. Portanto, era relaxar e aguardar as 12 horas.

Sem nada para fazer, resolvi fazer uma caminhada pela praia ao lado da pista. No fim



da praia tinha uma pequena elevação e decidi ir até lá. Ao me aproximar da elevação vi um pescador *molhando a isca* calmamente. Tinha um chapéu com as cores inglesas. Aí me deu um estalo: o *afro* tinha me dito que a ilhota era uma possessão inglesa e ... será que era a ilha do John? Na volta iria perguntar a ele.

Quando cheguei onde estava o pescador, ele me viu, levantou-se e ... ficamos ambos mudos. Era o John. Passado o susto, ele, apontando para mim, disse: “Paulo? *What are you doing here?*” Seguiu-se um abraço caloroso e amigo.

Aí ele me explicou que aquela era a ilha do Caribe da qual ele tanto me falava e onde moravam seus parentes aposentados e mais alguns amigos. Foi me puxando para ir à casa dele, garantindo que sua esposa, a Kate, *ia ter um troço* quando me visse. Ele tinha razão. Ao ver-me ela ficou muda e em seguida desandou a chorar.

Falávamos os três ao mesmo tempo e demorou até eu explicar como e porque eu tinha chegado ali.

Nessa altura, a notícia da chegada de um amigo brasileiro do John já tinha se espalhado e o pessoal da ilhota começava a chegar. Como viviam isolados, qualquer novidade era motivo para juntar todos

e comemorar. Vendo aquele movimento crescer, aproveitei para avisá-los que eu decolaria ao meio dia e já eram 10 horas. A resposta do John e de sua esposa foi clara e definitiva: “Não vamos deixar você sair daqui hoje, pode desistir. Faremos um almoço e jantar e todos os nossos amigos da ilha virão”. Aleguei que o proprietário da aeronave precisaria ser avisado e na ilha não tinha telefone (nem celular ou e-mail, que naquele tempo não existiam). “Não tem problema, disse o John, temos rádio amador e você pode se comunicar com o Brasil já”. Pegou-me pelo braço e me arrastou para a casa de um habitante que era rádio amador. Falei com São Paulo e o jeito foi relaxar e me preparar para a festança.

Começou a chegar gente, trazendo comida e bebida aos montes e ali mesmo, antes do almoço, já estávamos tomando uísque, cerveja, vodca etc.

O John me explicou que eles ficavam procurando motivo para comemorar seja lá o que fosse: parou de chover, o céu está azul, aniversários, visitas (raríssimas) e se não encontrassem nada, comemoravam também.

Apareceram dois ingleses, habitantes da ilha, que tinham sido pilotos de caça da RAF (Royal Air Force) na Segunda Guerra mundial, mostrando



grande interesse pela minha viagem e meu Arrow. Eles diziam que voaram, durante a guerra, em vários aviões de combate (Spitfire, Mustang, Typhoon Hurricane e o fabuloso Tempest), todos conhecidos meus de livros e revistas. Queriam ver a aeronave e voar comigo sobre a ilha, ensinando-me algumas acrobacias que faziam durante a guerra. Ficaram no meu pé até que eu lhes disse que tinha um contrato com o proprietário da máquina que impedia passar o comando para quem quer que fosse durante a viagem. Foram pedir ao John para me convencer, mas deixei claro que não faria isto. Além de tudo o Arrow não era acrobático.

E a farra continuava. Voltei ao aeroporto para buscar minha mala com roupas, acompanhado pelos dois pilotos de caça que apenas viram a aeronave.

A festa toda acabou lá pelas duas horas da madrugada, com um monte de ingleses de fogo.

Fiquei pensando como iria voar daí a algumas horas, *muito mais prá lá do que prá cá*.

Acordei lá pelas seis horas e a esposa do John já estava fazendo um café, rodeada por alguns *bebuns* que ainda estavam lá.

Por volta das oito horas o John e sua esposa me levaram para o aeroporto, carregado de garrafas de uísque. Tiramos o Arrow do hangar, despedi-me do *afro* e sua família e após um caloroso abraço nos amigos, John e Kate, fui para a cabeceira da pista iniciar a decolagem.

Já rolando para decolagem, tive a maior surpresa e emoção de minha vida: alinhados junto à pista estava um grupo de mais de cinquenta ou mais *amigos ingleses*, todos balançando na mão um pano branco, dando adeus para mim. Não sabia se cuidava da decolagem ou se acenava para eles. Balancei a asa do Arrow, em agradecimento por gesto tão amigo daquele pessoal.

Subi e resolvi voltar e dar um rasante, a toda velocidade, sobre a pista. Eles mereciam. Fiz isto e eles continuavam balançando os panos brancos de adeus. Dei uma *puxada* violenta e segui meu rumo balançando a asa. Levei muitas horas para me refazer de tão fantástica experiência.

Tive contato com John mais algumas vezes e depois a amizade silenciosa tomou conta de tudo...

OS CARROS DE LUIZ

Era um Ford sedan 1929, quarto portas, verde escuro em baixo e preto na capota, vulgarmente conhecido como “Ford bigode”, por causa das duas alavanquinhas que ficavam logo abaixo do volante para regular o avanço da ignição e aceleração. As rodas foram modificadas para o modelo 1932, deixando o Fordinho mais elegante. Não tinha vidros nas portas e sim “cortinas” com plástico transparente. Era lindo e motivo de nosso orgulho por termos um carro, naquela época.

Nonô, como fazia com todos os outros carros de Papai, dava um trato nele todos os sábados, na parte da manhã, não sei se para conservá-lo ou para prepará-lo para as fugidas à noite.

Certo sábado, à tarde, Papai resolveu colocar toda a família no carro e seguimos na direção da Pampulha. De repente o motor começou a falhar, falhar, até parar. Papai abre o capô, examina tudo e não encontra a causa do defeito. Eu e Nonô também fizemos o mesmo e ... nada. Aí, Papai perguntou ao Nonô se ele tinha mexido em algo durante a faxina habitual que fizera naquela manhã. Àquela altura ele, certamente, já tinha matado a questão, mas não se atrevia a falar com medo da bronca. Mamãe, nervosa, já queria voltar a pé para casa. Então Nonô, com seu

sorriso sarcástico, lembrou que havia trocado a tampa do radiador pela tampa do tanque de gasolina, que era muito mais bonita! Acontece que a tampa do tanque de gasolina tinha um suspiro para evitar que fosse formado vácuo no tanque (não havia bomba e a gasolina descia por gravidade). Trocadas as tampas e após sonora bronca, muito maior de Mamãe do que de Papai, continuamos o passeio.

Agora, chega de achar que Nonô era sempre o culpado e vamos passar a “bola” para mim.

Papai dormia muito cedo e sorrateiramente eu pegava a chave do Fordinho (como era chamado, carinhosamente por nós), e saía para dar umas voltas, com os amigos. Eram eles o Gláucio, o Chico D’Ávila, o Pedrinho e o Afonsinho. Fazíamos uma vaquinha e colocávamos quinhentos réis de gasolina, para que o crime não fosse descoberto, na manhã seguinte. O Gláucio batizou o Fordinho com o nome de “charanga”. De vez em quando ele falava: Ô Cadaval, pega a charanga pra a gente dar umas voltas e lá íamos nós, pela noite movimentadíssima de Belo Horizonte. Acontece que numa destas escapadas, passei com a charanga por um buraco e a frente do carro afundou. Por sorte, perto dali achamos uma oficina, ainda aberta e tocamos para lá. O mecânico





deu logo o diagnóstico: a mola mestra do feixe dianteiro quebrou. Solução: comprar outra, no dia seguinte, e fazer a montagem. Dois problemas se apresentaram: dinheiro para comprar a mola e como falar para Papai sobre o acontecido e levar sonora bronca da D^a Diva. Solução prática: soldar a mola. O mecânico estava irreduzível com esta proposta indecente, mas acabou aceitando, com minha promessa de, na manhã seguinte, comprar uma mola mestra (logo a mola mestra, a maior e a mais cara...) e trocar pela soldada. Feita a solda e montado o feixe, levei o carro para casa, com todo cuidado. O dia seguinte seria ... outro dia.

Acontece que a mola nunca foi substituída, até o carro ser trocado pelo Chevrolet 36. Muita irresponsabilidade, que, por sorte, não ocasionou um acidente...

Papai trabalhava numa empresa, cujos escritórios ficavam no Edifício Acaiaca, na Av. Afonso Pena, bem em frente à Igreja São José. Uma tarde ele me chamou lá e da sacada do escritório, apontou para um carro que estava estacionado junto à entrada da igreja, e falou: “vendi o Fordinho e comprei aquele Chevrolet 1936, preto, que está ali?”. Quase caí de costas. Um Chevrolet 36, preto, inteirinho! Que conforto! Vidro das portas que eram acionados por manivela, em vez das cortinas do Fordinho, motor potente, etc. Foi um progresso enorme. Nonô adorou, também.



O único caso que me lembro sobre o Chevrolet aconteceu uma semana após a venda do carro. Naquele tempo não se falava em manutenção preventiva e nem tínhamos dinheiro para isto. Quebrava, a gente mandava consertar... Com o passar dos anos o Chevrolet foi ficando muito ruim, cheio de defeitos e Papai resolveu vendê-lo, o que foi feito com rapidez. Exigiu o pagamento em dinheiro. Cheque era coisa rara de que mineiro, muito desconfiado, não gostava. Recebeu, em dinheiro, dentro de um saco pardo de armazém e para evitar problemas, pediu Nonô para levar o carro até a casa do comprador, e ... ponto final.

Uma semana depois, o comprador apareceu lá em casa. Houve um curto circuito no painel de ins-

trumentos, seguido de incêndio dentro do carro. Papai, muito calmamente, disse que lamentava, mas, o carro não era mais dele e nada podia fazer. O cara foi embora, muito P da vida e Papai morreu de rir (antes com ele do que com eu...).

Também houve o Mercury motor V8, preto, um “tanque”. A gasolina deveria ser barata naquela ocasião, pois o consumo daquele motor era muito alto. Lembro-me, apenas, de dois “causos” bem significativos do Mercury V8.

Era o dia do casamento de Maninha e Bedê. A noiva ia para a igreja com Papai no banco de trás, Nonô na direção e eu ao lado. Nonô preparou o carro todo, lavou, encerrou, poliu: uma joia! Logo que saímos lá de casa, começou a fazer em barulho na roda traseira direita. E agora? O que fazer? Resolvemos tocar em frente, devagar, até a igreja, rezando para o carro não quebrar, pois o vexame seria grande: levando a noiva, primeira filha a casar etc. Chegamos. Tratamos, logo, de conseguir outro carro para trazer os noivos de volta.

Nonô e eu voltamos, após o casamento, muito devagar, barulho aumentando, etc. Chegando em casa, fomos retirar a roda e, ao sair a calota, achamos o motivo do susto: um dos parafusos da roda soltou-se e ficou rolando dentro da calota.

O outro fato com o Mercury foi na volta de um passeio à Serra do Cipó. Carro lotado com filhos e



amigos, fim de tarde. Um barulho grande no eixo traseiro, o carro foi freando, freando e parou. Fomos olhar: o parafuso, forjado, que prendia as molas do feixe traseiro, quebrou-se e a mola mestra (sempre a mola mestra!) deslizou e travou a roda traseira direita. Aonde achar um parafuso naquele local, estrada de terra, longe de Lagoa Santa e naquela hora?

Papai não “esquentou” e falou comigo: tem uma casinha longe, no meio do pasto aí do lado. Vamos até lá ver se achamos um parafuso. Em minha opinião, a probabilidade de encontrarmos um parafuso que servisse era zero, mas fomos lá.

Apareceu um preto velho, magro, alto e muito atencioso. Papai conversou, explicou o que queríamos e o preto velho ficou escutando. Depois disse: venham aqui dentro de casa. O único parafuso que tenho é o da minha cama e se servir eu dou. Tirou o parafuso. Era muito grande e parecia que servia. Calçou a cama com dois tijolos e amarrou com um arame as tábuas da cama e nos

deu o parafuso. Papai quis pagar e ele não aceitou. Fomos até ao carro, levantamos as rodas de trás e batendo nas molas acertamos o furo e colocamos o parafuso. Deu certo. Inacreditável! Acontece que o parafuso era de aço e não tinha resistência para suportar a carga do carro. Fomos embora, devagar, mas chegamos. Não me lembro de Papai ter trocado este parafuso por outro forjado... Isto era um pormenor insignificante para ele.

Naquela época, havia muito Citroën em Belo Horizonte, todos na cor preta e do mesmo modelo. No começo, o de Papai era muito bom. Com o passar do tempo, sem manutenção preventiva ou outra qualquer, ficou, como era natural, cheio de defeitos: câmbio, fechadura das portas, etc. Papai não esquentava e ia andando. Quando as marchas “encavalavam”, Papai abria o capô, sacudia certas alavancas e ia em frente, como se nada tivesse acontecido.

Papai deixava o carro estacionado na rua, enquanto trabalhava. Certa tarde, eu estava na

porta de casa quando ele chegou e estranhei o carro, porque me pareceu muito mais novo que o de Papai, limpo, brilhando etc. Falei isso com ele e naquela sua calma característica, olhou, examinou o carro e disse: “Você está certo. Este não é o meu carro!”. Voltei com ele, imediatamente, para o local onde tinha estacionado o outro. Havia um grupo de pessoas ali, inclusive um senhor dizendo que o seu Citroën tinha sido roubado. A polícia foi chamada e acabara de chegar. Papai tinha levado o carro errado! A chave abriu tranquilamente o outro carro e o Dr. Luiz não estranhou estar dirigindo um carro mais novo, mais limpo, mais bonito e que não encavalava marchas. Explicado o engano, tudo foi esclarecido, desculpas pedidas, muitos abraços e muitas risadas.

PEGANDO CARONA NAS LEMBRANÇAS DE PAULO por Mauricio

Eu era menino quando a família toda ia para a casa da Pampulha no Fordinho 29. Não me lembro de incidentes na ida. Era na volta, quando todos estavam cansados e felizes, depois de um fim de semana de muita atividade, que o carro fazia das suas. O mais dramático era na forte subida da Av. Antônio Carlos, antes do IAPI. Ali o carro bufava, soltava uma coluna de vapor que embaçava o para-brisa e ameaçava fundir o motor. Alguns tinham que appear e completar a subida a pé para aliviar o peso. Para minha tristeza, eu sempre estava

entre eles. Lá em cima, entrávamos novamente na charanga e descíamos, vitoriosos e aliviados, em direção à Lagoinha e ao centro da cidade.

Lembro-me de uma viagem mais longa, a Divinópolis, onde Papai ia vistoriar uma obra. A toda hora tínhamos que parar o carro, entrar no mato e encher um garrafão com a água de algum córrego que passasse por perto para completar o radiador. Era tempo de seca e cada parada na estrada de terra significava uma nuvem de poeira sobre os passageiros. Fazer o quê?

Fomos e voltamos sem maiores problemas, uma vez que a água fervendo no radiador, o calor e a poeira da estrada eram coisas de rotina nessa época. Já chegando em Belo Horizonte, vimos um ajuntamento de pessoas na barragem da Pampulha. Papai parou o carro e descemos para ver o que era. Alguém mostrou um vazamento de água na parede de pedra, uma bica que parecia pouco ameaçadora. Vi que Papai ficou preocupado, mas não tinha o que fazer. No dia seguinte, a barragem rompeu inundando o Aeroporto e todo o vale a jusante. Foram meses, talvez anos, até reconstruir a barragem e ter de volta a bonita Lagoa da Pampulha.

O Citroën fez parte ativa da minha adolescência. Ai por volta de 1957-1958 eu já sabia dirigir, mas, em nenhuma hipótese, estava autorizado a sair sozinho com o carro. O jeito era surrupiar o posante à noite para passear com os amigos, seguindo a trilha de Paulo e de Nonô. A estratégia não era



simples. Primeiro, esperar os velhos dormirem. Depois, pé ante pé, no escuro, tirar a chave do carro que ficava sempre em cima da cômoda, junto ao Menino Jesus de Mamãe (que a essa hora também já estava adormecido).

O passo seguinte era mais complicado: tirar o carro da garagem sem fazer barulho. Os amigos (ao menos dois eram essenciais para o sucesso da estratégia) que já esperavam lá fora, ajudavam a empurrar o Citroën, cuidadosamente, primeiro para fora da garagem e depois até a Av. Bernardo Monteiro. Ali era a vez da gravidade, pois o carro raramente pegava na chave. Tinha que ser no tranco, na descida da avenida. Ele quase sempre

pegava até a Rua dos Ottoni. Mas, nem sempre. Uma vez reagiu valentemente, passou pela Praça Hugo Werneck e desceu o último quarteirão da Bernardo Monteiro até o Rio Arrudas. E lá parou, em repouso absoluto.

Um dos amigos, o Pedrinho, disse que já tinha sido ajudante de chofer de caminhão e entendia de motores, o que, provavelmente, não passava de lorota. “Deixa pra lá que eu resolvo...”. E mexe, remexe por mais de uma hora até que o carro pegou na chave, milagrosamente. Depois de tanta tensão, o Citroën ficou mesmo foi na garagem e partimos a pé para a noite de Belo Horizonte.

VÍDEOS E FOTOS

Tire um momento, cinco a dez minutos de cada vez, para viajar pelo mundo. Budapeste, São Petersburgo, Montreal, Chicago, Viena, Marrakesh, Estrasburgo, Paris... a lista é extensa. Ou melhor, tire mais tempo. Afinal, são muitos vídeos que Mauricio Cadaval editou, continua editando e estão disponíveis no Vimeo (www.vimeo.com/mcadaval/videos). Alguns trazem fotos e imagens de viagens e outros registram bons momentos entre familiares e amigos, nas mais diversas situações.

Não pense que nos vídeos de viagem você encontrará tradicionais fotos de rostos sorridentes, em frente a monumentos lotados de turistas. É bem diferente. São imagens muito bem feitas, com enquadramentos expressivos e ângulos inesperados, que trazem visões panorâmicas ou detalhes significativos das cidades. Retratam paisagens, mas também obras de arte, monumentos, cenas do cotidiano local, tesouros escondidos mundo afora.

Nos vídeos mais recentes, as técnicas de edição são mais aprimoradas, incluindo legendas com as informações sobre a história dos locais, brincadeiras com as fotos, imagens em movimento de shows de artistas de ruas ou de outros momentos marcantes da viagem. A trilha sonora combina com o espírito do lugar e traz o clima da viagem. O espectador sente como se estivesse mesmo viajando junto com o videomaker e seus acompanhantes.

Saindo das viagens, há um grupo de vídeos feitos em momentos distintos: uma festa de réveillon, o aniversário da irmã Neuza, encontro de amigos na casa de Sobradinho, em época de primavera, o casório de Dag e Diogo – dois palhaços profissionais em Belo Horizonte –, a visita dos netos à Brasília, uma brincadeira entre Rosana e sua neta Lia, com túnicas e véus, no clima das Mil e Uma Noites, entre vários outros.

Rosana, os netos – Chico, Pedro, Gabi e Lia – e a bisneta Manuela, são personagens frequentes. Aparecem também os irmãos, primos e vários amigos queridos. Sensibilidade, delicadeza, ternura, emoção e diversão dão o tom das filmagens e da edição.

Há no canal do Vimeo, ainda, um vídeo que reúne fotos dos desenhos e pinturas produzidos por Mauricio ao longo dos últimos anos. São telas produzidas com técnicas e motivos diversos. Paisagens ou temas abstratos em desenhos ou pinturas com nanquim, aquarela, tela a óleo, colagens e mosaicos. Vale a pena conferir.

Entre aqui e conheça o canal:

Vídeos



Site



Este livro foi publicado como obra independente por Mauricio Cadaval e impresso pela Qualytá gráfica e editora, com a família tipográfica Freight Sans e Avenir, usando papel couché 150g/m² no miolo e papel supremo 300 g/m² na capa, com acabamento costurado, em dezembro de 2016.